

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA – PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

**JAQUELINE MICHELE CUNICO**

**VIVER E TRABALHAR NO CAMPO: PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, RELAÇÕES  
DE TRABALHO E TENSÕES NO EXTREMO OESTE PARANAENSE, 1970-2012**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

**JAQUELINE MICHELE CUNICO**

**VIVER E TRABALHAR NO CAMPO: PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, RELAÇÕES  
DE TRABALHO E TENSÕES NO EXTREMO OESTE PARANAENSE, 1970-2012**

Trabalho apresentado à banca examinadora -  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
História, Poder e Práticas Sociais da  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
Unioeste. Vinculado a Linha de Pesquisa  
Trabalho e Movimentos Sociais, com orientação  
do Prof. Dr. Vagner José Moreira.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

C972v Cunico, Jaqueline Michele  
Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste Paranaense, 1970-2012 / Jaqueline Michele Cunico. – Marechal Cândido Rondon, 2014.  
134 p.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

1. Relações de trabalho. 2. Trabalhadores. 3. Reforma agrária. 4. Agroindústria. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 331.1  
CIP-NBR 12899



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

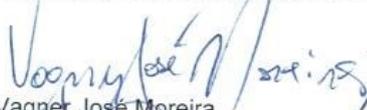
Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte dias do mês de março de 2014, às 14 horas, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Paulo César Inácio (GO), Dr. Humberto Perinelli Neto (UNESP) e Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Viver e trabalhar no campo: extremo Oeste paraense, 1960-2012*", apresentado pela pós-graduanda **Jaqueline Michele Cunico** para a obtenção do título de "Mestra em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, *Campus de Marechal Cândido Rondon*. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovada. Nada mais havendo a constar, eu Vagner José Moreira, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

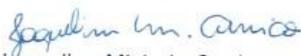
Marechal Cândido Rondon, 20 de março de 2014.

  
Vagner José Moreira  
Orientador

  
Paulo César Inácio  
Membro

  
Humberto Perinelli Neto  
Membro

  
Antônio de Pádua Bosi  
Membro

  
Jaqueline Michele Cunico  
pós-graduanda



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
UNIOESTE

**PARECER DESCRITIVO**

Título da Dissertação: *"Viver e trabalhar no campo: extremo Oeste paraense, 1960-2012"*

Nome do concluinte: **Jaqueline Michele Cunico**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE),;

Prof. Dr. Paulo César Inácio (GO);

Prof. Dr. Humberto Perinelli Neto (UNESP);

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE).

Parecer:

A Banca sugeriu a mudança do título para: <i>Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paraense, 1970-2012.</i>
<i>Vagos</i>

Marechal Cândido Rondon, 20 de março de 2014.

*Aos meus pais, Leira e Altair.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de dissertação de mestrado não seria possível sem a colaboração, esforço e ajuda de inúmeras pessoas.

Quero agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Vagner José Moreira, que me acompanha desde o segundo ano da graduação com a primeira pesquisa de iniciação científica. Que despendeu grande dedicação nesses cinco anos de orientação e que teve fundamental importância em meu processo de formação como historiadora.

Aos professores Rinaldo José Varussa, Antônio de Pádua Bosi e Paulo César Inácio, Humberto Perinelli Neto, pelas contribuições na banca de qualificação e defesa da dissertação.

Aos demais professores das disciplinas do mestrado, que contribuíram para a pesquisa por meio das discussões em sala, Gilberto Grassi Calil, Márcio Both da Silva e Paulo Kolling.

Agradeço a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida durante os dois anos do mestrado, sem a qual a pesquisa não seria possível.

Aos colegas Douglas Cristian Coelho e Salete Inês Walter, que contribuíram com a pesquisa no momento de buscar as fontes.

As colegas, companheiras e amigas Juliana Valentine, Ana Cláudia Branchi Durães e Lucinéia Fagnani, pelas discussões acadêmicas, as conversas e risadas.

Amiga e companheira Gilvana Machado Costa, com quem sempre pude contar em todos os momentos, dividir angústias da vida pessoal e acadêmica.

Irmã e amiga Fabiane Cunico pela amizade, carinho e compreensão.

Companheiro, amigo e amor Leandro, que me acompanhou desde o início da graduação, me ajudando de todas as formas possíveis.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que cederam seu tempo para a realização das entrevistas, sem as quais a pesquisa não seria possível.

A dois trabalhadores em especial, meus pais Leira e Altair, que não evitaram esforços para que pudesse concluir a graduação e o mestrado. Com toda certeza o maior incentivo para a pesquisa veio da nossa trajetória de vida. Dedico esta pesquisa a vocês!

A todos que de um forma ou outra contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada.  
Obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever e interpretar os modos de vida, as relações de trabalho e as formas de luta que atravessam as relações sociais de sujeitos que são ocultados na região: os trabalhadores do campo. A pesquisa abrange o extremo Oeste paranaense, especificamente os municípios de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado, de 1970 até o ano de 2012. Durante este período o campo da região passou por um profundo processo de transformação na forma de produzir, nas relações de trabalho e nos modos de vida. O que foi denominado hegemonicamente de “modernização do campo”, expressão que caracteriza o processo qualificando-o como positivo para toda a população rural. Este processo foi vastamente analisado por diferentes áreas do conhecimento, que por vezes o reduziram a mera intensificação do uso de tecnologias. Porém, ele vai muito além disso e passa pelas relações entre a reorganização da produção, as mudanças nas relações de trabalho e alterações na legislação trabalhista. Atualmente, o capitalismo no campo é denominado pela burguesia agrária como *agronegócio*, o que é tratado como algo novo, mas que é resultado de um processo de transformação das relações capitalistas. Também temos como objetivo investigar e analisar os modos de produzir e trabalhar dentro da lógica do que é chamado de agronegócio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Trabalhadores; Relações sociais; Questão Agrária; Agronegócio.

## **ABSTRACT**

### **Live and Work in the Field: Agricultural Production, Labor Relations and Tensions in the Far West Paranaense, 1970-2012**

This research aims to describe and interpret the ways of life, labor relations and forms of struggle that cross social relations of subjects that are hidden in the region: the field workers. This research covers the extreme west of Paraná, specifically the municipalities of Rondon and Pato Bragado, between the 1970s to the year 2012. During this period the fields of the region underwent a profound transformation process in order to produce, in labor relations and modes of life. What was called hegemony of "modernization of the countryside", a term which characterizes the process qualified as positive for the entire rural population. This process has been widely analyzed by different areas of knowledge, which sometimes reduced to the mere intensification of the use of technologies. However, it goes far beyond that and passes the relations between the reorganization of production, changes in work relationships and changes in labor law. Currently, the field is called capitalism in the agrarian bourgeoisie as Agribusiness, which is treated as something new, but that is the result of a process of transformation of capitalist relations. We also intend to investigate and analyze the ways to produce and work within the logic of what is called agribusiness.

**KEYWORDS:** Work, Workers, social relations; Agrarian Question; Agrobusiness.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS E MODOS DE PRODUZIR NO CAMPO: “NAQUELA ÉPOCA ERA TUDO DIFERENTE, TUDO MUDOU” .....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE TRABALHO E CAPITALISMO NO CAMPO: “QUERIA VIVÊ, ENTÃO, TINHA QUE TRABALHÁ” .....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO III - CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO: “POR QUE ELA NÃO CONHECE AS LEI, POR QUE NÓS FOMO SE INFORMA!” .....</b>	<b>101</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Desde criança assisti inúmeras novelas, seriados e filmes com personagens de boa aparência e com muito dinheiro que deslocavam-se nos finais de semana e nas férias para a casa de *campo*. A casa com dois andares, em cima situavam-se as suítes e logo abaixo a sala de estar, a sala de jantar e a cozinha, a qual não era frequentada pelas pessoas da família, ao menos não para cozinhar; uma das empregada preparava as refeições enquanto a outra era responsável pela limpeza. Também havia na casa de *campo* uma bela piscina, para que se refrescassem nos dias de muito calor. No final da tarde, andavam a cavalo pela propriedade ou pescavam na lagoa. Era o lugar em que encontravam tranquilidade e ar puro, muito diferente da *cidade*, na qual a vida era corrida com muito barulho e poluição.

De uma coisa sempre tive certeza: aquele *campo* que eu via na televisão não era o mesmo em que eu vivia. As casas em que morrei com meus pais e minha irmã até pouco tempo atrás, foram todas muito velhas. Falo em casas no plural, porque junto com minha família percorri parte do campo do pequeno município de Pato Bragado. Desde que nasci, no ano de 1990, moramos em sete propriedades diferentes até 2012. Não tão diferentes, pois a maior parte ficava na localidade da Linha Oriental, onde passei toda minha infância e meu pai trabalhou por cerca de trinta anos para um grande proprietário de terras. Das sete propriedades em que moramos, três pertenciam ao mesmo proprietário e estavam localizadas na Linha Oriental.

Depois de pedirem demissão, meus pais alugaram uma chácara na localidade do Km5, ainda em Pato Bragado, na qual fomos tentar a sorte como produtores de leite. Quase dois anos mais tarde, não conseguindo pagar o aluguel da propriedade e parcialmente endividados, meus pais resolveram sair daquele lugar. Voltamos para a Linha Oriental, onde meus pais levando o rebanho de vacas que possuíam, entraram numa espécie de “sociedade” com um pequeno proprietário de terra que vivia na cidade. Meu pai entrou com o rebanho e o proprietário com a terra, porém quem trabalhava eram somente meus pais. Embora fosse uma sociedade, a relação era de patrão e trabalhador. Depois de aproximadamente dois anos e ainda mais endividados, meus pais decidiram vender as vacas para cobrir parte das dívidas e foram trabalhar como “parceiros” para um casal de idosos nesse mesmo lugar, nesse momento éramos eu e meus pais, pois minha irmã já havia casado. Meus pais trabalhavam com as vacas de leite que o casal possuía e para isso recebiam vinte por cento da produção – relação de trabalho denominada “parceria”. Nessa propriedade ficamos apenas seis meses, o salário era

de fome, em nenhum mês chegou perto de um salário mínimo para cada integrante da família, sem falar na dificuldade em conviver com os patrões, que moravam muito próximos a nós. Então, fomos para uma propriedade nos arredores da cidade, na qual meus pais trabalhavam como assalariados – além do salário fixo recebiam uma porcentagem da produção, o que pode ser entendido também como uma relação de parceria – com a produção de leite. Depois de três anos e exaustos, meus pais pediram demissão, não tiveram um dia de folga nesse tempo, então resolveram trabalhar em outro lugar onde teriam um final de semana de folga por mês, novamente na Linha Oriental. Nesse momento seguiram sozinhos, eu já não morava com eles.

Se já estavam cansados do trabalho anterior, suaram até a última gota nesse novo local de trabalho. A patroa sabia muito bem o significado da mais-valia e não podia vê-los sentados que encontrava alguma nova tarefa para realizarem. Trabalhavam das cinco da manhã até cerca de oito horas da noite, com uma pausa de aproximadamente duas horas para o almoço. Aguentaram apenas quatro meses nesse lugar e então partiram para a cidade. Atualmente, meu pai está em processo de aposentadoria, mas continua trabalhando no campo como diarista e minha mãe trabalha em um supermercado como repositora de frutas.

Para minha família o campo nunca foi um lugar de descanso e tranquilidade, sempre foi um lugar de trabalho. Trabalho pesado que está ilustrado nas mãos e nas expressões marcadas da face dos meus pais. De duas uma, aquele campo que vejo na televisão não existe ou está em algum lugar bem longe desse que conheço.

Morei boa parte de minha vida no campo e percorri o *interior* de Pato Bragado indo todos os dias de ônibus para a escola, até os dezessete anos de idade. Posteriormente, ao ingressar na Universidade, realizava de ônibus também, todos os dias, o trajeto que vai de Pato Bragado até o município vizinho de Marechal Cândido Rondon. A paisagem nunca foi bonita como as fotos do *campo* estampadas nas revistas. De um lado, lavouras de milho cortadas por casas, na maioria das vezes muito singelas, mas com grandes granjas de suínos ou também com rebanhos de vacas. Do outro lado, plantações de soja e algumas casas acompanhando aviários de frangos. Algumas pequenas extensões de mato no meio das lavouras, que só permanecem lá ainda porque fazem parte da reserva legal. De 1996, quando comecei a frequentar a escola até 2011, ano em que terminei o curso de História, os aviários, granjas e as salas de ordenha só fizeram aumentar, exceto algumas variações. É a isso que se resume a composição da paisagem do campo no Oeste paranaense: milho, soja, aviários, granjas e salas de ordenha. O ar do campo do Oeste do Paraná, não é tão puro como o que parecem respirar os personagens da televisão, na verdade nada puro. É uma mescla de esterco

de porco, esterco de frango, esterco de vaca e muitos inseticidas, herbicidas e pesticidas. Aroma que ultrapassa o espaço do campo e infesta também a cidade.

Após o egresso no curso de História e, principalmente, a partir das discussões realizadas na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, passei a ver o que antes era apenas o meu dia-a-dia, como um problema que poderia ser investigado e analisado, partindo da *lógica histórica*<sup>1</sup>.

Talvez o principal motivo que levou-me a pesquisar o campo no Oeste do Paraná foi o profundo incômodo que tenho em relação à “história oficial” da região, que oculta os trabalhadores do campo e da cidade. Os trabalhadores do campo desta região têm sido os sujeitos e o meu objeto de pesquisa desde o segundo ano da graduação em 2009, quando comecei a iniciação científica com um projeto de pesquisa, orientado pelo prof. Dr. Vagner José Moreira. A pesquisa tratava especificamente dos trabalhadores vinculados à produção de leite voltada para a Frimesa Cooperativa Central. A segunda pesquisa de iniciação científica investigava os modos de vida e trabalho dos trabalhadores do campo a partir da década de 1960, que haviam vivenciado um profundo processo de mudança nas relações de trabalho e produção. Destes dois anos de iniciação científica resultou o meu trabalho de conclusão de curso apresentado em 2011: “A Produção de Leite para a Frimesa Cooperativa Central e as Relações de Trabalho no Campo do Oeste do Paraná”.

Desta forma, a atual pesquisa desenvolvida no mestrado é resultado de uma trajetória pessoal e acadêmica. Temos como objetivo geral descrever e interpretar o campo do extremo Oeste paranaense, entre a década de 1970 até o ano de 2012. Especificamente, os municípios de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado<sup>2</sup>, enfatizando os modos de vida, trabalho e luta que atravessam as relações sociais de sujeitos que são ocultados na região: os trabalhadores.

Inúmeras pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, afirmam que o campo do Oeste do Paraná é composto essencialmente pela chamada “agricultura familiar” e pela pequena propriedade<sup>3</sup>. Esta ideia foi legitimada e tornou-se hegemônica ocultando os

---

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: \_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Altusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>2</sup> Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon são municípios vizinhos e estão localizados no extremo Oeste do Paraná, sendo que ambos fazem divisa com o Paraguai através do lago de Itaipu. Pato Bragado foi distrito de Marechal Cândido Rondon até o ano de 1990, quando se desmembrou. Sua população atual é de cerca de 5.000 habitantes. Marechal Cândido Rondon tornou-se município no ano de 1960, quando desmembrou-se do município de Toledo. Sua população atual é de aproximadamente 47.000 habitantes.

<sup>3</sup> De acordo com a Lei Federal nº 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993, são consideradas pequenas propriedades as que tiverem uma extensão de até 4 módulos fiscais – em Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado um módulo fiscal equivale a 18 hectares. As propriedades que possuem de 4 a 15 módulos fiscais são consideradas médias propriedades e acima disso, grandes propriedades. Ou seja, até 72 hectares de terra é pequena propriedade.

latifúndios, a expropriação dos trabalhadores e os conflitos por terra e trabalho: reina a paz no campo da região Oeste do Paraná!

Embora o número de pequenos proprietários e propriedades seja considerável em comparação com a maior parte das regiões do Estado e também do país, as médias e grandes propriedades ocupam boa parte do território do Oeste paranaense. De tal maneira, alguns dados retirados de outras pesquisas tornam-se interessantes para reflexão. As tabelas abaixo indicam a estrutura fundiária dos municípios de Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon:

**Tabela I: Estrutura fundiária do município de Pato Bragado no ano de 2012.**

Grupo de área (ha)	Propriedades	Percentual (%)	Área (ha)	Percentual (%)
0 a 5	142	34,21	350	5,69
5 a 10	92	22,17	624	10,14
10 a 20	77	18,55	861	14
20 a 50	59	14,22	1.332	21,65
50 a 100	14	3,37	803	13,5
100 a 200	11	2,65	1.217	19,78
200 a 500	3	0,72	961	15,62
Produtor sem área	17	4,10	-	-
Total	415	100	6.150	100

Fonte: IBGE<sup>4</sup>.

**Tabela II: Estrutura fundiária do município de Marechal Cândido Rondon no ano de 2012.**

Grupo de área (ha)	Propriedades	Percentual (%)	Área (ha)	Percentual (%)
0 a 5	526	21,71	1.358	2,5
5 a 10	428	17,66	3.105	5,71
10 a 20	615	25,38	8.623	15,85
20 a 50	595	24,56	18.422	33,87
50 a 100	177	7,30	11.958	21,99
100 a 200	51	2,10	6.471	11,99
200 a 500	15	0,62	3.713	6,83
500 a 1000	1	0,04	X	X
Total	2.408	100	53.650	100

Fonte: IBGE<sup>5</sup>.

Acima de 72 e até 270 hectares é média propriedade e mais do que 270 hectares de terra é grande propriedade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2013.

<sup>4</sup> IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006.**

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

José Graziano da Silva ao analisar a estrutura agrária do Paraná através de dados do IBGE – Censos Agropecuários, Incra e IparDES das décadas de 1960 e 1970, reiterava que “o fato de um imóvel rural ser classificado numa dada categoria não permite avançar grandes conclusões a seu respeito”<sup>6</sup>. Segundo o autor, no ano de 1976, as propriedades de menos de 100 hectares, 95% do total de imóveis, possuíam 45% da área cadastrada. Por outro lado, os imóveis de mais de 100 hectares, 0,5 % do total de imóveis, se apropriam de 23,9% da área, quase um quarto das terras do Paraná. O que demonstrava uma elevação na concentração da propriedade da terra no Estado neste período em relação a anos anteriores. José Graziano da Silva afirma já no final da década de 1970 que o Estado do Paraná encontrava-se num processo de concentração fundiária  *muito forte*.

A forma como os grupos de área das tabelas I e II estão divididos não permitem contabilizar com exatidão o número de pequenas, médias e grandes propriedades, sendo que o 5º grupo de área entre 50 e 100 hectares, segundo a lei 8.629 de 1993, é considerada pequena propriedade as áreas de até 72 hectares. O mesmo acontece com o 7º grupo de área, de 200 a 500 hectares, as médias propriedade possuem área de até 270 hectares. Mesmo assim, é possível ter uma noção da disparidade na estrutura fundiária dos municípios. Somando as propriedades com até 50 hectares, em Pato Bragado são 384, aproximadamente, 92 % do total. Estas ocupam 3.970 hectares de terra, 64%. Enquanto as propriedade com área de 50 a 500 hectares, apenas 14 propriedades, 3,37% do total, ocupam 35,4% do território. Em Marechal Cândido Rondon, as propriedades com área de 0 a 50 hectares somam 2.164, 89,31% do total. Estas ocupam 31.508 hectares, 57%. Enquanto 243 propriedades com área de 50 a 500 hectares, 10,38%, somam 22.142 hectares, 40,81%. O que se destaca nestes dados, é o número reduzido de médios e grandes proprietários que ocupam uma área considerável de terras.

Ressalto aqui a necessidade de utilizar tais dados como uma fonte histórica, obviamente levando em consideração as especificidades de cada uma. Os *números* apresentados não expressam uma realidade inquestionável, muito pelo contrário. É necessário considerar qual o contexto e através de quais objetivos são produzidos. Mesmo que reafirmassem a pequena propriedade, não seriam capazes de negar as contradições, a luta pela terra, a exploração do trabalho e a expropriação do campo na região. O que pretendemos ao utilizar esses dados já no início da dissertação é desconstruir um  *mito* que é sacralizado

---

<sup>6</sup> SILVA, José Graziano. A Estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES**, Curitiba, n.87, p. 175-195, jan/abr, 1996. p. 179. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/347/299>>. Acesso em: 08 out. 2013.

através de diferentes aparatos ideológicos, inclusive pesquisas acadêmicas, que utilizam estes mesmos dados para isso. Apenas com um olhar mais atento é possível perceber as contradições.

Utilizo como referência para classificar pequenas, médias e grandes propriedades a Lei Federal nº 8.629. Mas, como podemos definir o que é uma pequena ou grande propriedade? De acordo com a lei, uma propriedade de até 72 hectares é considerada pequena. Mas, provavelmente um sujeito sem terra, ou que possua dois ou três hectares, irá considerar uma grande porção de terras. Assim, faz parecer que esta definição estabelecida fortalece o *mito* da pequena propriedade e favorece a criminalização e procura deslegitimar os movimentos que lutam por terra nesta região, como acontece com o movimento indígena atualmente<sup>7</sup>.

Muito embora, a pequena propriedade seja vista muitas vezes como uma forma de resistência ao que tem-se chamado de *agronegócio*<sup>8</sup>, parece que esta tem uma produção cada vez mais voltada para a lógica do mercado hegemônico<sup>9</sup>. A lógica do agronegócio influencia os modos de trabalhar e produzir na pequena propriedade, o que intensificou-se através do processo de agroindustrialização da região. Assim, existem pequenos proprietários de terra que alcançam altos níveis de produção, conseguindo uma renda considerável, inclusive contratando força de trabalho alheia à família, muitas vezes de forma irregular, para fugir de encargos trabalhistas e previdenciários. Portanto, o tamanho das propriedades rurais pouco nos diz sobre as relações sociais estabelecidas no campo.

---

<sup>7</sup> Cf. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI) – Regional Sul. Ações anti-indígenas no Oeste do Estado do Paraná. 08 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519128-aco-es-anti-indigenas-no-oeste-do-estado-do-parana#.UWQTgzai9rE.email>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

<sup>8</sup> Entendemos o agronegócio não como algo novo que surgiu nos últimos anos, mas como resultado da transformação das relações capitalistas no campo, trata-se do “velho capitalismo” no campo com uma nova roupagem.

<sup>9</sup> O estado do Paraná destaca-se nacionalmente pela grande produção agrícola. Segundo dados do IBGE, no ano safra 2011/2012 o Paraná foi o maior produtor de milho do país, com 16.757,1 mil toneladas do grão. Uma média de 5.580 kg por hectare, ou 93 sacas (60 kg) por hectare. No ano safra 2012/2013 a produção aumentou 11,4 %, com 18.105 mil toneladas do grão, com 6.219 kg por hectare, ou 103,65 sacas por hectare. Na produção de soja o estado está em segundo colocado com uma produção de 10.941,4 mil toneladas, 2.553 kg por hectare, ou 42,55 sacas (60 kg) por hectare, na safra 2011/2012. No ano safra 2012/2013 a produção de soja cresceu 32% no Paraná, atingindo um total de 15.357, 2 mil toneladas, 3.260 kg por hectare, ou 54,3 sacas por hectare. Na produção do trigo na safra 2011/2012 o Paraná é o segundo maior produtor, com 2.501 mil toneladas, 2.399 kg por hectare, ou 39,98 sacas (60 kg) por hectare. Na safra 2012/2013 o Paraná assume o primeiro lugar no ranking deixando o Rio Grande do Sul para trás, muito embora a produção do trigo tenha diminuído nos dois estados. O Paraná teve uma produção de 2.112,5 mil toneladas, uma diminuição de 15,5%. 2.730 kg por hectare, ou 45,5 sacas por hectare. Muito embora a produção total de trigo tenha diminuído, a produção por hectare aumentou, sendo que a área destinada ao cultivo diminuiu 25,8% no Paraná. A produção de feijão no estado também é significativa, é o maior produtor com 667,9 mil toneladas do grão na safra 2011/2012, 1.408 kg por hectare, ou 23,46 sacas (60 kg) por hectare. No ano safra 2012/2013 a produção aumentou 6,6%, atingindo 722,9 mil toneladas, 1.667 kg por hectares, ou 27,78 sacas por hectare. Destaca-se também o abate de suínos e aves e a produção de leite bovino, o Paraná é apontado como 3º colocado no ranking do abate de suínos e produção leiteira e o 1º no abate de frangos.

Desta forma, pretendo desconstruir uma visão naturalizada de um processo de transformação evidenciando que não é harmônico e está permeado por conflitos. Identificando as pressões exercidas sob os trabalhadores, assim como as formas de resistência e lutas construídas por estes sujeitos no processo de fazer-se enquanto classe<sup>10</sup>. Num universo de tensões que se dão em torno da questão da terra, das relações de trabalho e da vida.

Embora o recorte temporal da pesquisa retroceda mais de quatro décadas (1970) no tempo, as problemáticas do tempo presente envolvendo o campo e os sujeitos que o compõe estimulam a pesquisa:

Seguramente é muito mais do que só falar de temas atuais. Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a nossa investigação. E mais: orienta-se para o futuro, já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia.<sup>11</sup>

Neste sentido, esta pesquisa objetiva também realizar uma crítica ao *agronegócio*, que tornou-se hegemônico na região Oeste do Paraná, o qual é tratado como sinônimo de *modernização* e *desenvolvimento* para todos. Porém, como resultado da transformação das relações capitalistas, têm privilegiado apenas uma pequena minoria em contraposição a intensificação e exploração do trabalho dos trabalhadores. Acreditamos que o *agronegócio* não é a melhor e única alternativa para o campo e é por isso que lutamos contra. Defendemos um projeto opositor a grande propriedade, ao uso de agrotóxicos, transgênicos e a tudo que prejudique o meio ambiente e a saúde humana, bem como a expropriação dos trabalhadores da terra, dos saberes, dos modos de viver e trabalhar.

A pesquisa sobre as relações de trabalho e os modos de viver de trabalhadores imbricadas nas relações de produção e as consequentes relações sociais oriundas do trabalho no campo, direcionam a investigação para o universo teórico e metodológico da tradição historiográfica marxista inglesa da história do trabalho e dos movimentos sociais. Essas referências permitem deslocar o olhar para a diversidade de sujeitos que compõe a classe trabalhadora, como para a pluralidade de modos de viver dos trabalhadores brasileiros, realizando críticas a respeito da história operária tradicional.

---

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1988.

<sup>11</sup> FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. Introdução. In: FENELON, D. R. et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho D'água, 2004. p. 12.

Neste sentido, Edward Palmer Thompson<sup>12</sup> nos serve como referencial para a elaboração de uma história dos trabalhadores, uma “história vista de baixo”. Não apenas uma “história vista de baixo” que elimina a luta de classes antagônicas, mas uma “história de baixo para cima”, buscando evidenciar a experiência dos trabalhadores nesta relação.

Como o objetivo da pesquisa é investigar e analisar as relações de trabalho e modos de vida dos trabalhadores do campo no extremo Oeste paranaense, a noção histórica de “classe” em Thompson é fundamental<sup>13</sup>. Utilizando as palavras do autor, o processo histórico de “formação da classe” “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus”<sup>14</sup>. Desta maneira, entende-se por classe não uma categoria ou estrutura, como algo estático, um modelo fixo, mas como categoria histórica.

Direcionando para a historiografia brasileira, Maria Célia Paoli<sup>15</sup>, dialogando com a perspectiva de E. P. Thompson, reitera sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora no Brasil. O que não quer dizer que não exista uma classe, ou que hajam classes trabalhadoras fragmentadas, mas que apesar da diversidade de etnias, religiões, lugares de origem, a experiência social da exploração e expropriação, os modos de vida e lutas, formas de organização, práticas sócias, são compartilhados por estes trabalhadores.

Neste sentido, surge também a necessidade da utilização da noção de *experiência*. Para Thompson<sup>16</sup> a experiência é uma categoria indispensável ao historiador sendo que é resposta mental e emocional de um indivíduo ou de um grupo social ao processo histórico. Experiência não apenas no sentido daquilo que foi vivido, mas como o que é vivido é pensado e reinterpretado. É a mediação entre ser social e consciência social, mas não como coisas separadas. “Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento.”<sup>17</sup>

---

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. A. L. NEGRO; S. SILVA. Campinas: UNICAMP, 2001.

<sup>13</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1987.

<sup>14</sup> Idem, ibidem, p. 10.

<sup>15</sup> PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite Lopes. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 53-101.

<sup>16</sup> THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p. 16.

A partir da *experiência* é possível analisar os comportamentos, os valores, as atitudes, os costumes, enfim, as *culturas* da classe trabalhadora. Cultura como uma prática que está integrada aos modos de vida, trabalho e luta. O que se contrapõe a perspectivas economicistas e deterministas, que compreendem a relação da base econômica determinante com a superestrutura determinada como subordinação desta em relação à primeira.

Sendo assim, Raymond Williams considera a superação da explicação mecânica de base/superestrutura através do conceito de *hegemonia* de Antônio Gramsci. A *hegemonia* entendida por Williams como:

[...] algo verdadeiramente total, que não é meramente secundário ou superestrutural, como na aceção fraca de ideologia, mas que é vivido numa tal profundidade e satura a sociedade de tal maneira que, como Gramsci coloca, constitui a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência e corresponde à realidade da experiência social muito mais claramente do que quaisquer noções derivadas da fórmula de base e superestrutura.<sup>18</sup>

Isso não significa a negação das estruturas e determinações, estas estabelecem limites e exercem pressões sobre os sujeitos. Mas evidencia que números e quantificações superficiais não são capazes de nos falar tudo sobre os processos históricos, na verdade falam muito pouco.

Thompson reiterava em *A formação da classe operária inglesa*<sup>19</sup> para o fato de não poder se fazer uma média do bem-estar. Assim, como para os trabalhadores no Oeste do Paraná os altos níveis da produção agrícola não acabaram com a fome de muitas famílias; o *desenvolvimento* que dizem ter gerado o processo de agroindustrialização não melhorou as condições de vida e trabalho. Os números elevadíssimos de produtividade no setor agroindustrial da região não favorecem a classe trabalhadora, muito pelo contrário, se dá à custa da exploração e precarização do trabalho. Isto não é mero juízo de valor, mas a compreensão das transformações que permeiam um processo vivido.

A *memória* e a *história* da região Oeste do Paraná exaltam o mito do pioneiro sulista: descendente de alemães e/ou italianos, pequeno proprietário de terra, que vem desbravar as terras cobertas pela mata. Em detrimento de outras memórias e histórias de sujeitos que

<sup>18</sup> WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, março/maio 2005. p. 216. Disponível em: <[http://search.4shared.com/postDownload/e7YHD9dd/Base\\_e\\_superestrutura\\_na\\_teori.html](http://search.4shared.com/postDownload/e7YHD9dd/Base_e_superestrutura_na_teori.html)>. Acesso em: 27 mar. 2013.

<sup>19</sup> THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1987.

também compunham a região: trabalhadores vindos de diferentes lugares do Brasil e de diferentes etnias. Vagner José Moreira ao tratar do tema, problematiza a sacralização de mitos e personagens históricos:

A “história” e a “memória” na região têm sido a expressão de uma determinada memória, hegemônica, oficial, perpetuando-se no ensino básico e, muitas vezes, no ensino superior, moldado as narrativas históricas e discursos nos meios de comunicação de massa, principalmente na imprensa escrita e nas falas emanadas das diversas esferas do poder. Essas produções corroboram a sacralização e mistificação dos mitos que compõem memórias e personagens históricas, construídos como “bandeirantes”, “desbravadores” e “pioneiros” (ou “colonos”, em outro contexto) – assim, autores de atos heroicos. Essas narrativas históricas são as memórias e tradições inventadas durante o processo histórico de ocupação, “povoamento” e formação das cidades da região.<sup>20</sup>

Assim, o *mito* do pioneiro é exaltado ocultando da história da região os trabalhadores. Este trabalho tem o objetivo de fazer outra história partindo das memórias dos sujeitos que fizeram e fazem o campo do Oeste paranaense. Sujeitos que não tem seus nomes estampados na imprensa local, em monumentos, praças e ruas e que não são convidados – e quando são, como expectadores, passivos – para celebrar datas comemorativas pelo poder público.

A fonte oral é de grande relevância para esta pesquisa,<sup>21</sup> que partilha da perspectiva de Yara Aun Khoury para trabalhar com as narrativas orais:

Nesses termos, lidar com as entrevistas orais tem significado, também, enfrentar posições e perspectivas em torno do direito de todos a uma presença social reconhecida, do direito de cada um a palavra e da necessidade do diálogo como questão e prática política; tem significado debater as implicações metodológicas desse olhar político, articulado a discussão sobre a natureza própria da narrativa oral e do trabalho com o diálogo oral. Caminhar nessa direção tem significado lembrar sempre que incorporar com legitimidade a fala daqueles que entrevistamos e considerá-las devidamente como atos interpretativos da realidade que estudamos, é lembrar que as entrevistas orais, por sua própria natureza, não se fazem com técnicas e, sim, com relações humanas em que estamos desejosos de conhecer melhor como cada pessoa vive e constrói essa luta, ou mesmo se submete. Tem significado, também, trazer essas narrativas para dentro de nosso texto numa relação de igualdade.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> MOREIRA, V. J. **Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964**. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009. p. 36.

<sup>21</sup> O que de forma alguma quer dizer que não seja possível analisar *outras memórias e histórias* utilizando quaisquer outras fontes.

<sup>22</sup> KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 31-32.

A partir das narrativas dos trabalhadores é possível perceber como eles constroem uma interpretação para o processo histórico vivido. Interpretação que na maioria das vezes foge dos marcos que são construídos pela historiografia. Então, o diálogo com os trabalhadores nos proporciona outra dimensão de um processo social que é vivido e compartilhado por estes sujeitos:

Imbuídos da noção de sujeito anteriormente apontada, dialogar com pessoas sobre cuja experiência refletimos, tem significado explorar modos como narrativas pessoais e únicas trazem dimensões do social vivido e compartilhado; como apontam alternativas em jogo na realidade social, processos de dominação e resistência, horizontes possíveis, limites enfrentados ou a enfrentar, tem significado compreender essas narrativas como expressões do enraizamento dos sujeitos no social, como expressões de suas carências, expectativas, lutas e acomodações na vida social.<sup>23</sup>

Segundo Alessandro Portelli, quando utiliza-se a fonte oral, a memória e a subjetividade sempre estão presentes, sendo que “o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos”<sup>24</sup>. E o “trabalho histórico que utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição.”<sup>25</sup>

Na dissertação utilizamos catorze entrevistas que foram realizadas ao longo de um processo de pesquisa iniciado no segundo ano da graduação sobre as relações sociais no campo da região Oeste do Paraná. Dentre estas catorze entrevistas, oito foram produzidas já na graduação e utilizadas nas pesquisas de Iniciação Científica e na monografia. São estas as entrevistas dos trabalhadores Altair Cunico, Danilo Dunke, José e Marlete Gittler (A primeira entrevista foi realizada somente com dona Marlete e posteriormente com o casal), Emma Horst, Bernardo e Julieta Kopsel, Guido Limberger e Louvane Maria Strenske. Estas entrevistas traziam diversos elementos que não foram explorados no TCC, por isso de utilizá-las novamente na dissertação. As outras seis produzimos exclusivamente para a pesquisa de mestrado, as entrevistas de Alcino Biesdorf, Ivanir Cunico, Delci e João Fischer, Rodolfo e Terezinha Hoffmann, Osmar e Ivone Martinuk e Maria Mercedes Rocha.

O contato com os trabalhadores se deu principalmente através de relações pessoais, alguns são familiares, como é o caso de meu pai Altair Cunico, meu tio Ivanir Cunico, e da

---

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*. p. 28.

<sup>24</sup> PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996. p. 60.

<sup>25</sup> Idem. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ., n. 14, p. 25-39, fev.1997. p. 37

sogra de minha irmã dona Emma Horst. Outros são conhecidos e amigos dos meus pais, são estes Bernardo e Julieta Kopsel, Louvane Maria Strenske, Delci e João Fiscer, Rodolfo e Terezinha Hoffmann, Osmar e Ivone Martinuk. A trabalhadora Maria Mercedes Rocha iniciei o contato através da colega de pesquisa Salete Inês Walter, da qual era conhecida. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Alcino Biesdorf conheci após algumas visitas ao Sindicato em busca de fontes. Os trabalhadores Guido Limberger e o casal Marlete e José Gittler, e o pequeno proprietário Danilo Dunke conheci por intermédio de um técnico da Frimesa Cooperativa Central. A primeira pesquisa de Iniciação Científica tratava especificamente das relações envolvidas na produção de leite para a Frimesa em Marechal Cândido Rondon. Em 2009 a forma que encontrei para dialogar com os sujeitos foi por meio desse técnico, uma vez que não possuía muitos contatos neste município. A primeira visita que realizei a estes entrevistados foi acompanhada deste funcionário da empresa, o que provavelmente interferiu na narrativa dos entrevistados, muito embora nas entrevistas ele não estava presente.

Junto as fontes orais, esta pesquisa utiliza como fonte a imprensa local. O suplemento *O Presente Rural*, do jornal *O Presente*. Parte-se da perspectiva de que a imprensa deve ser pensada como parte integrante e indissociável do contexto histórico em que está inserida, no interior das lutas sociais. Não se trata de analisar *O Presente Rural* por ele mesmo, mas em que contexto político e social ele nasce. Compreendendo que não se trata de algo que está acima do mundo real e que apenas fala deste, mas ao contrário, é agente no processo histórico. Constrói e defende projetos de diferentes forças sociais<sup>26</sup>. Assim *O Presente Rural* é analisado como agente de setores da burguesia da região que, entre outros posicionamentos políticos, defende o processo de agroindustrialização do Oeste paranaense – o agronegócio.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo descrevemos e interpretamos um processo histórico de transformações nas relações sociais e nos modos de vida no campo, assim como busca-se analisar os sentidos e significados atribuídos a este processo pelos trabalhadores que o vivenciaram. Sendo que é possível compreendê-lo através das pressões e redefinições que estes trabalhadores tiveram que fazer em suas vidas. Também é objetivo neste capítulo compreender as relações sociais estabelecidas no campo na atualidade. Quais os limites e pressões sofridos pelos trabalhadores inseridos no mercado que segue a lógica do agronegócio? Como pequenos proprietários de terra “adaptando-se” as

---

<sup>26</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

regras deste mercado conseguem altos níveis de produção e não apenas se mantêm no campo, mas acumulam capital?

No segundo capítulo pretendemos analisar as diferentes relações de trabalho que entrelaçam o meio rural do Oeste paranaense: parceiros, meeiros, assalariados, empreiteiros, arrendatários, diaristas, boias-frias, entre outros. Focando nas transformações por quais passam os mundos do trabalho e dos trabalhadores. Historicamente, a legislação trabalhista no campo é criticada pelas classes dominantes como fator de impedimento do desenvolvimento do meio rural, na tentativa de deslegitimar direitos conquistados por meio da luta dos trabalhadores do campo. Desta forma, buscamos também neste capítulo denunciar o descumprimento das leis trabalhistas do campo na região, sendo que inúmeros trabalhadores são privados de seus direitos, como carteira de trabalho, salário mínimo, férias, décimo terceiro, horas extras e folgas remuneradas.

No terceiro capítulo tratamos dos conflitos do campo na região, por terra, melhores condições de vida e trabalho. Os mecanismos de resistência que são construídos pela classe trabalhadora no campo desta região para lutar e resistir contra a exploração e expropriação. No Oeste do Paraná não existiria uma organização da classe trabalhadora, o que seria justificado pela sua incipiente existência. Porém, muitas pesquisas têm identificado a resistência por melhores condições de vida e trabalho, salários mais justos, moradia, ou direito à terra.

## CAPÍTULO I

### TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS E MODOS DE PRODUZIR NO CAMPO: “NAQUELA ÉPOCA ERA TUDO DIFERENTE, TUDO MUDOU”:

É comum ver pelas cidades da região pessoas carpindo, lavrando e plantando em lotes vazios, principalmente pessoas idosas. Alguns trabalhadores entrevistados narram essa prática que os permite cultivar parte dos alimentos que consomem, o que além de diminuir os gastos mensais é uma forma de manterem alguns valores construídos ao longo de uma vida de trabalho. Além disso, muitos trabalhadores idosos, aposentados ou não, continuam labutando no campo. Quando os trabalhadores já aposentados são questionados sobre as causas que os levam a trabalhar, a complementação da renda não aparece como motivo maior, o que é exaltado é a necessidade de trabalhar para manter a saúde física e mental. Como se a vida não fosse possível sem o trabalho.

A realidade vivida atualmente pelo senhor Osmar Martinuk e sua esposa Ivone são expressivas nesse sentido. O senhor Osmar tem setenta e dois anos e aposentou-se há sete anos como boia-fria. Quando o procurei para realizar a entrevista e expliquei sobre os objetivos da pesquisa, o senhor Osmar buscou num puxadinho de madeira que tem nos fundos da casa uma ferramenta que utiliza para sovar o feijão que colhe nos lotes. Um pedaço comprido de madeira, na ponta estavam amarrados com duas cordas finas mais dois pedaços pequenos de madeira. Constantemente vejo o senhor Osmar andando pela cidade de Pato Bragado, sempre calçando uma botina, um boné e roupas velhas para o trabalho, normalmente está de bermuda. Com sua bicicleta na qual carrega uma térmica de água, sempre está indo em direção ao “interior” do município:

Jaqueline: São aposentados e trabalham, trabalham porque então?

Ivone: Nós trabalhêmo pela saúde que a gente tem, né?

Osmar: É, o que nós trabalha!

Ivone: Aqui em casa você não encontra um tipo de remédio, nenhum um tipo de comprimido, nem ele nem eu, não tomêmo nada, não temo nenhum problema de saúde, então, por isso nós trabalhêmo, porque se ficá parado fica doente, então se trabalhá, né? Eu, tem muita gente que, vai deitá dorme a noite inteira, de manhã levanta disposta, né? Na lida, sempre trabalhando, a gente é acostumado desde criança.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista concedida em 24 de outubro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Avenida Continental, Pato

A senhora Ivone tem sessenta e sete anos e trabalha como empregada doméstica em seis casas. O senhor Osmar está com setenta e dois anos e trabalha como diarista no campo, em diversos lugares e ocupações. Além do trabalho que realiza no campo como diarista, Osmar planta alimentos em lotes vazios na cidade. É no mínimo espantoso que com essa idade tenham força e disposição para realizarem atividades tão árduas como as que o casal enfrenta.

O trabalhador Ivanir Antônio Cunico, de sessenta e oito anos, pai de quatro filhos, divorciado, se deslocou com a família do Oeste de Santa Catarina para o atual município de Pato Bragado, no início da década de 1970, porque ansiavam por um lugar com terras mais planas para trabalhar e porque já moravam nessa região alguns familiares. No Oeste do Paraná o senhor Ivanir trabalhou em diversos lugares no campo e na cidade e em diferentes relações de trabalho. Depois de aposentar-se o senhor Ivanir continuou trabalhando e só parou após sofrer com problemas de saúde e passar por uma cirurgia:

Jaqueline: Mas, se o senhor já estava aposentado porque o senhor estava trabalhando lá mesmo assim?

Ivanir: Pra mim não ficá de varde (risos), que eu Deus o livre, eu me vejo louco aqui o dia inteiro, esses dias atrás, esses dias atrás eu tava cuidando esse salão ali, Deus o livre, não quero mais sabe de boteco mais nem a pau, tá louco!

Jaqueline: E também por causa de dinheiro ou?

Ivanir: Não, pra mim vivê sempre tinha, sempre, porque lá quando eu tava lá em baixo também, daí o Rudi me pagava, me dava cem real por mês e cinco por cento do leite, eu ganhava, e daí as galinha também se nós vendia eu ganhava parte, como se diz eu não trabalhava de varde lá, eu ganhava, daí sempre ajuda mais, não gastava nem a coisa (aposentadoria), porque eu, por fim a Dirce (filha) é fez um convênio daí tinha que pagá o convênio, mas agora, que nem agora a filha me ajuda com a metade, então só a metade, só que é duzentos, né?<sup>28</sup>

Antes de passar por problemas de saúde o senhor Ivanir trabalhava com vacas de leite no interior de Marechal Cândido Rondon. Segundo ele, para “não ficá de varde”, ou seja, para não ficar ocioso. Ele interpreta as relações estabelecidas neste local de trabalho como extremamente positivas, tanto que o fato de receber para trabalhar não é visto como um direito mínimo. Ele tinha uma casa para morar e espaço para plantar alguns alimentos e ainda

---

Bragado. Duração de 1h4min14s. A intenção inicial era de realizar a entrevista apenas com o senhor Osmar. Porém, como possuíam uma trajetória de vida e trabalho juntos pareceu mais interessante entrevistar o casal, e acabou que dona Ivone foi quem narrou a maior parte da trajetória dela e do senhor Osmar.

<sup>28</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado em Marechal Cândido Rondon– PR. Duração de 52min17s.

recebia um dinheirinho pelo trabalho na lida com as vacas leiteiras: era o paraíso! Muito diferente da situação enfrentada atualmente, morando com o filho e sua família na cidade, tendo que comprar tudo que consomem e sem nada para fazer. O “não fazer nada” parece ser insuportável para o trabalhador aposentado. Uma saída encontrada foi trabalhar no salão da comunidade onde reside, trabalho que podia realizar, mas que não era considerado por ele como um trabalho, apenas passa tempo.

Uma situação um tanto diferente dos trabalhadores citados acima é a da senhora Maria Mercedes Rocha, com a saúde frágil e não conseguindo aposentar-se, a senhora Maria trabalha atualmente como babá e ainda cuida da casa e dos filhos. Com sessenta anos no momento da entrevista, divorciada e mãe de nove filhos, deslocou-se de Matelândia para o distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon, cerca de cinco anos atrás. Sua trajetória de vida é marcada pelos constantes deslocamentos em busca de melhores condições de vida e trabalho:

Jaqueline: E desde que a senhora veio pra cá então a senhora trabalhou cuidando de criança?

Maria: É cuidando de criança e cuidando das coisas fazendo pra eles que trabalham no graxaim, né?

Jaqueline: Cuidando de criança como babá e fazendo as coisas pra os que trabalham de graxaim?

Maria: É os netos e os filhos dos outros, tudo, né? É assim mesmo cuido de cinco criança, e daí é porque não tem como ir na roça, não aguento, eu falei que eu ia mais os piá não deixam e então eu vô cuida das criança pra tê uns troquinho, né!? Pra gente quando qué saí tê uns troquinho não precisa depende tudo dos filho, né?! Porque tudo sempre dependi de mim mesma, trabalhava na roça trabalhava o dia inteiro e, terra nunca tive mesmo, mas sempre a gente sempre lutou, daí é assim.<sup>29</sup>

A trabalhadora não consegue aposentar-se por não ter comprovantes dos locais onde trabalhou, principalmente como boia-fria. Assim, trabalha como babá dos netos e também de filhos dos vizinhos, para obter alguma renda por menor que seja. Dos nove filhos da senhora Maria, cinco trabalham como batedores de caixa e pegadores de frango, que são conhecidos na região pela denominação pejorativa de “graxains”<sup>30</sup>. Dona Maria interpreta a sua própria

<sup>29</sup> ROCHA, Maria. Entrevista concedida em 06 de setembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada no Distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon– PR. Duração de 57min14s.

<sup>30</sup> WALTER, S. I. **Experiências sociais e relações de trabalho dos trabalhadores “pegadores de frango” e “batedores de caixa” de Marechal Cândido Rondon - PR**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013. A autora analisa as relações em que estão envolvidos estes trabalhadores, entendendo que são fruto das novas configurações na criação de aves, que passam a ser “produzidas” em grande escala tendo se tornado uma atividade em moldes industriais e em perspectiva capitalista: a avicultura.

vida como uma luta, principalmente por ter trabalhado no campo toda a vida, mas nunca ter tido um pedaço de terra, mesmo vivido como sem-terra e acampada durante algum tempo no município de Matelândia, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Num primeiro momento, pareceria óbvio que a necessidade de complementar a renda seria o motivo que leva os trabalhadores a se manterem em algum trabalho, mas isso não parece ser o mais importante. O trabalho parece ser indispensável na vida desses trabalhadores, o que é compreensível levando em consideração que o trabalho intenso fez parte de suas vidas desde a infância. Parece contrastar inteiramente com o sentido que os jovens têm atribuído ao trabalho. Estes trabalham para viver, enquanto aqueles vivem para o trabalho.

É um conjunto de práticas e valores que são vividos por estes trabalhadores. A necessidade fez com que trabalhassem desde muito cedo para ajudar a família. Assim, essa “ética do trabalho” é construída desde a infância pelos pais, pelas igrejas, ou os diversos programas do radinho de pilha, a escola – embora tenham frequentado pouco. É algo tão *total* em suas vidas que faz com que labutem até a velhice, período que deveria ser de descanso e em que de certa forma o ócio é tolerado socialmente. A força de trabalho desses trabalhadores é interessante e necessária para os proprietários de terra principalmente em períodos de plantio e colheita, ou na época de fazer a silagem do milho, que serve de trato para as vacas leiteiras. Para estas atividades não é necessário e nem viável um trabalhador fixo.

Da década de 1970 até o ano de 2012 as transformações pelas quais passou o campo no Oeste paranaense foram muitas. Este processo histórico foi analisado por uma vasta bibliografia de diferentes áreas do conhecimento e recebeu diversas denominações. Seus defensores a conceituaram como modernização da agricultura, ou mecanização da agricultura. Expressões que exaltam uma imagem de desenvolvimento e progresso. Seus críticos, por outro lado, reiterando as consequências que este processo trazia para grande parte da população rural, trataram como modernização trágica, conservadora, dolorosa.<sup>31</sup>

As mudanças vivenciadas neste período por vezes foram reduzidas a mera introdução do uso de tecnologias no campo. Desta forma, construiu-se a falsa ideia de que a tecnologia é algo maléfico para a classe trabalhadora, como se ela por si só tivesse penetrado no campo e retirado o trabalho de milhares de homens e mulheres expulsando-os para a cidade. Algumas

---

<sup>31</sup> Não é nossa intenção fazer uma revisão sobre o que já fora escrito a respeito do tema. Sendo que inúmeros trabalhos já fizeram isto. Nosso objetivo é analisar como os trabalhadores que vivenciaram este processo o interpretam, qual os sentidos e significados atribuídos a essas transformações.

tecnologias são sim prejudiciais, como os agrotóxicos, inseticidas e pesticidas, ou ainda as sementes geneticamente modificadas, conhecidas como transgênicos, as quais são extremamente prejudiciais à saúde humana e também ao meio ambiente. Tecnologias não são apenas máquinas ou produtos produzidos em laboratório, mas também o modo de organizar o trabalho e a produção. Como exemplo deste tipo de tecnologia no campo, a prática de ordenhar as vacas três vezes ao dia, possível diante do “melhoramento genético” dos animais, que foi pensada por profissionais da área como forma de aumentar a produção de leite e a renda dos produtores. Porém, que intensifica o trabalho provocando desgaste físico e mental dos trabalhadores desta atividade, que parece também desgastar aos animais. Por outro lado, muitas tecnologias podem trazer diversos benefícios, facilitando o trabalho antes realizado manualmente. O grande problema não está na tecnologia, mas no modo como são usadas e ao acesso restrito delas a uma pequena parcela da população do campo.

O processo de transformação do campo não se resume somente a intensificação do uso de máquinas e tecnologias para a produção. Vai muito além disso, passa pelas relações entre a reorganização da produção, as mudanças nas relações de trabalho e alterações na legislação trabalhista. Mesmo assim, para os trabalhadores, o que marca fortemente este processo é a mudança do trabalho antes realizado manualmente para o trabalho mecânico. Talvez porque isso tenha afetado diretamente a forma como o trabalho era realizado. Se tratava de algo visível a olho nu, as máquinas começam a fazer parte da paisagem do campo na região – e no Brasil. É o momento em que o trabalhador passou a trabalhar com o trator, com a plantadeira, ou deixou de tirar o leite com as mãos para usar a ordenhadeira mecânica. Vale ressaltar que o trabalho manual é sempre lembrado como doloroso, sofrido e muito custoso. Esta mudança ao mesmo tempo em que é interpretada como positiva, pois diminui o esforço físico, também significou a diminuição do trabalho no campo. Embora tenha acontecido em diferentes tempos e períodos para esses trabalhadores, sempre está associado a um momento específico de suas vidas, como ao lugar onde trabalhavam, ou com o trabalho que realizavam.

O trabalhador Ivanir Cunico narra o momento de saída de Santa Catarina e logo após a chegada ao Paraná:

Jaqueline: Daí quando vieram (para o Paraná), todos os filhos vieram?

Ivanir: É eles vieram um ano antes do que eu, eu fiquei lá mais um ano, fiz uma safra e depois vim embora, no ano seguinte, o pai já fazia um ano que tava aqui. E também quando chegômo aqui tudo na base do braço, tudo foice, machado, enxada e mais nada, depois começô o Eduino Fanderson foi

o primeiro que comprô um tratorzinho ali em Pato Bragado, e daí que eu aprendi a trabalhá com ele.<sup>32</sup>

O senhor Ivanir não define precisamente o período em que passou a trabalhar também com o trator, rememora quem era o proprietário de terras para quem trabalhava naquele momento, em meados da segunda metade da década de 1970. O trabalhador em grande parte de sua narrativa busca diferenciar e associar os locais e as relações de trabalho, caracterizando o trabalho como manual ou com máquinas, também por ter conhecimento que a minha pesquisa trata, entre outros, da reorganização na forma de produzir no campo e para o senhor Ivanir a mudança do manual ao mecânico parece ser a principal delas:

Jaqueline: Mas o senhor fazia o quê pra ele, trabalhava no quê?

Ivanir: Na roça, só lavoura, né? Só que lá é só com maquinário daí, né? Carpia também e não tava fora daquele tempo, maioria só com máquina.<sup>33</sup>

O trabalhador partindo da experiência de quem viveu e trabalhou no campo a maior parte da vida até pouco tempo atrás, quando passou por uma cirurgia que o impede de trabalhar, interpreta que não foi do dia para a noite que o campo passou do manual ao mecânico. A sua narrativa trata da década de 1980 e início de 1990, período em que trabalhou para um grande proprietário de terras em Marechal Cândido Rondon, que também possuía terras no Estado do Mato Grosso e, posteriormente, com a venda destas comprou uma propriedade na Bahia. Para o senhor Ivanir nesse período, embora já utilizasse maquinário, ainda era necessário o trabalho braçal, neste caso com a enxada. Parece ser um momento no qual o trabalho manual ainda é indispensável na lavoura.

O senhor Altair Cunico, irmão do senhor Ivanir, com 52 anos no período da entrevista, casado e pai de duas filhas, deslocou-se com os pais e os irmãos do Oeste catarinense para o Paraná em 1969 porque, segundo ele, “o lugar lá planta com a espingarda e colhe com o laço”. Desde sua chegada com a família à região trabalhou na *roça* – como agregado, assalariado, parceiro, meeiro, arrendatário e diarista – nunca teve propriedade de terra. O senhor Altair e sua esposa Leira no momento da entrevista trabalhavam com vacas leiteiras para um “produtor de leite” no município de Pato Bragado. O trabalhador narra aproximadamente o mesmo período que o senhor Ivanir, entre as décadas de 1980 e 1990:

---

<sup>32</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

Vagner: E aí não tinha como colher manual?

Altair: A maioria passava a máquina e tirava o que a máquina tirava e depois arrumava gente e ia onde ficava muito, ia lá e colhia manual, isso foi feito muitas vez isso, quando a roça que nem esse ano destocava plantava soja, preparava mal porque, e daí quando colhia mal sobrava muito então a máquina tirava o que conseguia daí arrumava gente e ia lá e colhia a muque, não tinha outro jeito pra fazê perdia muito, mas vai fazer o quê não tinha outra saída.<sup>34</sup>

No período narrado, o senhor Altair trabalhava para um grande proprietário de terras do município de Pato Bragado e que possuía propriedades também no Paraguai. O patrão do senhor Altair era um dos poucos proprietários de terra do município que possuía máquina colheitadeira neste período. Assim, ele fazia a colheita das lavouras de inúmeros agricultores da região, prática comum ainda hoje. Altair, assim como seu irmão Ivanir, vivenciou o período onde o trabalho manual era utilizado para cobrir o que as máquinas ainda não podiam fazer. O trabalho manual que inicialmente era indispensável nas terras cobertas por mata passa a ser secundário às máquinas, porém ainda necessário, mas gradativamente vai perdendo sua importância até chegar ao ponto de quase ser desnecessário na lavoura da região Oeste do Paraná, como acontece nos dias de hoje.

Quando enfatizo que o trabalho manual ainda é necessário é porque ele não deixou de existir. O contato com trabalhadores mais velhos, muitos aposentados, permite afirmar isso. Muitos deles continuam trabalhando no campo como diaristas. Entre esses trabalhadores está o senhor Osmar Martinuk, popularmente conhecido como “Sôni”. O senhor Osmar realiza diferentes atividades no campo, o trabalho varia e por vezes se mistura entre o manual e o mecânico. O trabalhador saiu do Rio Grande do Sul para o atual município de Pato Bragado em 1952, com os pais e os sete irmãos quando tinha doze anos. Desde sua chegada até hoje, percorreu a região Oeste do Paraná e até foi para o país vizinho, Paraguai, deslocamentos quase sempre ocasionados pela busca de trabalho e por melhores condições de vida. Trabalhou em diversos lugares e em diferentes ocupações, no campo e na cidade. O senhor Osmar, juntamente com sua esposa Ivone, rememoram relações semelhantes às narradas pelos trabalhadores citados anteriormente:

Jaqueline: Mas a senhora falou de catação de milho, como que era isso?

Ivone: A ceifa colhia o milho, né?

Jaqueline: Já tinha ceifa naquela época?

<sup>34</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira e Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR. Duração de 1h18min49s.

Ivone: Que época que era que nós catava milho lá?

Osmar: Onde?

Ivone: Lá no véio Lamb, no Arlindo?

Osmar: Isso foi em oitenta, oitenta e cinco.

Ivone: Por aí né? A ceifa colhia o milho e daí nós podia fazê catação, cada um pegava uma bolsa e ia atrás, ia catá milho.

Jaqueline: Que sobrava?

Osmar: Ficava muito milho na roça.

Ivone: Ficava muito milho naquela época, hoje já não fica mais, mas aquela época ficava muito milho.

Jaqueline: Porquê?

Osmar: Hoje as máquina são bem.

Ivone: As ceifa são diferente, depois eles carregavam tudo no caminhão, porque daí marcava toda noite tinha que marca o nome, quem trabalhou e que não trabalhou, o caderno, tinha o caderno do Arlindo Lamb, e marcava o nome de quem trabalhou.<sup>35</sup>

A catação de milho – também conhecida como respiga – após a colheita com a colheitadeira era uma prática muito comum neste período, pois as máquinas não eram tão “adequadas”. Atualmente, embora não seja tão comum, essa prática permanece. Porém, normalmente os trabalhadores que realizam a catação ficam com o milho como forma de pagamento, diferente do que foi narrado, já que o milho da catação ficava com o proprietário que pagava os trabalhadores por dia de trabalho e a quantidade de milho que permanece na roça depois da colheita é muito menor do que na década de 1980.

Os sujeitos que compunham o campo do Oeste paranaense entre as décadas de 1970 e 2012 narram o período de chegada à região como de muitas dificuldades. Estes trabalhadores têm uma trajetória de vida marcada pelo trabalho árduo no campo, o qual é rememorado com expressões de sofrimento durante as entrevistas. Muitos já não estão mais no campo, aposentados, e em alguns casos, com a saúde frágil, deslocaram-se para a cidade. Outros ainda possuem forças para labutar e, mesmo morando na cidade, é o campo o lugar do trabalho.

Nas narrativas a descrição da mata densa, da sua derrubada e formação das lavouras, do trabalho manual, a miséria na alimentação: tempos difíceis aqueles. O trabalhador Ivanir Antônio Cunico narra o período em que chegou a região, no início da década de 1970:

Jaqueline: Quando o senhor chegou aqui então tinha bastante mato ou não?

Ivanir: Ô, puro, puro mato, ali que de Pato vai pra Entre Rios (do Oeste) tinha só na Linha Princesa umas estrada que descia assim pra as colônia, e o resto era até no São Francisco lá em baixo era um matão só, ali do (Arlindo)

<sup>35</sup> MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista citada.

Lamb, ali em baixo era tudo dono daquele matão lá, depois ele derrubou e plantava hortelã ali naquele tempo (risos) ali era tudo mato.

Jaqueline: E como que fazia pra derrubar isso?

Ivanir: Tudo na base do serrote e do machado!

Jaqueline: E o senhor fez isso?

Ivanir: Vixe Maria! Algum, algum, algum pau eu derrubei de machado e nossa senhora!<sup>36</sup>

O senhor Ivanir rememora os lugares onde a mata tomava conta. Suas expressões demonstram a dificuldade da derrubada das árvores para quem naquele período não possuía alternativa de trabalho além dessa. Também relembra nesse processo as plantações de hortelã na região, que eram comuns logo após a derrubada do mato, mas que perdem espaço quando as terras começam a ser mecanizadas.

O senhor Osmar Martinuk chegou à região quase duas décadas antes do senhor Ivanir, no ano de 1952. Oriundo do Rio Grande do Sul, veio ainda criança com a família e diz não recordar os motivos que fizeram com que a família se deslocasse, mas que já havia parentes morando aqui. A narrativa do senhor Osmar é semelhante a do senhor Ivanir:

Jaqueline: Mas como vocês vieram que demoraram catorze dias, vieram de caminhão ou?

Osmar: Viêmo de caminhão, nós aqui, de Toledo pra cá era tudo mato!

Jaqueline: Até Toledo tinha estrada?

Osmar: Tinha estrada aqui também, passava ali, mas de Toledo pra cá não tinha mais vila nenhuma, tinha Margarida ali, Margarida tinha umas casinha, Pato Bragado não existia ainda.<sup>37</sup>

As narrativas descrevem um campo que parece ainda estar por construir. Interpretando o passado a partir da realidade vivida no presente, esses trabalhadores percebem o momento da chegada como um início. Mesmo com a diferença de cerca de duas décadas do período de chegada à região dos trabalhadores, Ivanir e Osmar, as narrativas aproximam-se. Independente do ano, é isso que tenho ouvido de muitos trabalhadores que chegam ao Oeste paranaense entre as décadas de 1950 até meados da década de 1970: *era tudo mato!* Obviamente em 1970 a extensão de terra que a mata ocupava era muito menor que em 1950.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>37</sup> MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista citada.

<sup>38</sup> Segundo dados do IBGE do censo agrícola de 1960, no ano de 1959 o município de Toledo – que naquele momento abrangia os atuais municípios de Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado – Possuía 2.738 estabelecimentos agropecuários, uma extensão de 93.934 hectares de terra, desses 2.242 tinham matas naturais, o que totaliza 60.902 hectares de terra.

Jaqueline: Mas assim daí, é, daí derrubava o mato com machado e com serrote?

Ivanir: Começava com a foice, começamos a roçar com a foice e daí usava machado e serrote, aquele vai e vem né? (Risos) Serrotão.

Jaqueline: E como que fazia depois pra plantá ali?

Ivanir: A no meio das caieira tinha que botá, e onde que sobrava tinha que ir com aquelas maquininha de pec-pec, plantava tudo com aquilo, tanto fazia com o milho, que nem se ia plantá soja, plantá soja ou feijão era tudo no braço, no braço, carregava pra casa botava nos galpão, depois trilhava ou lá na roça mesmo trilhava com aquela trilhadeira que eu te falei. Milho nós botava, empaiolhava, eles diziam antigamente, botá no paiol, depois sovavam daí trilhavam com a trilhadeira, daí vendiam pra quem precisava.<sup>39</sup>

O trabalhador rememora o instrumento de trabalho que utilizava no momento logo após a derrubada da mata: a maquininha “pec-pec”. Possui esse nome por fazer esse barulho quando utilizada para plantar grãos e ainda hoje é utilizada, principalmente para plantar alimentos como o feijão e a pipoca em hortas ou lotes. Nenhum trabalhador com que tive contato soube me dizer o nome exato desse instrumento de trabalho, que é sempre lembrada como a máquina “pec-pec” ou como a “normalzinha”, quando comparada com as tecnologias utilizadas atualmente. A máquina “trilhadeira” parece ser uma espécie de antecessora da colheitadeira, a planta precisava ser primeiro colhida manualmente com a foice para posteriormente passar na trilhadeira, que retirava os grãos. O trabalhador Altair Cunico rememora o funcionamento da máquina trilhadeira:

A trilhadeira é que nem, ela funciona praticamente que nem uma ceifa, uma colhedeira, só que você tem que trabalhá tudo a muque com ela, você corta o soja, que nem em roça nova cheia de toco, madeira, você corta põe o soja num monte encosta a trilhadeira lá, ela tem um motor, o sistema dela pra trabalha é que nem uma ceifa, você só enfia o soja ali na frente vai sair o soja limpo lá [...].<sup>40</sup>

Embora o senhor Altair narre que “você tem que trabalhá tudo a muque com ela”, a máquina trilhadeira parece representar um intermédio entre o trabalho da colheita que era realizado todo manualmente e o feito com a colheitadeira. Entretanto, não se pode pensar esse processo de forma homogênea. Naquele período, apenas uma minoria tinha condições de adquirir uma máquina trilhadeira.

Os trabalhadores Bernardo Kopsel, de 71 anos, e Julieta Kopsel, de 67 anos, no período da entrevista, narram sobre a colheita e a venda do milho:

<sup>39</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>40</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

Julieta: Milho, milho maioria é milho nessas roça nova.  
 Bernardo: Aquela época não adianta você plantar uma soja ali.  
 Julieta: Não daí os toco quando vai colher.  
 Bernardo: É ruim depois aquela época ainda é com trilhadeira ainda trilhá tudo, Deus o livre! Então plantava o milho e vendia o milho.  
 Jaqueline: Mas vendia pra quem?  
 Julieta: Em espiga vendia.  
 Bernardo: Eu vendi, nem me lembro mais, acho que uns duzentos, trezentos saco pra o Kunzler, daí o Kunzler comprou.  
 Jaqueline: Vendia assim pra outras pessoas, não tinha empresa que comprava?  
 Julieta: Não isso nem tinha aqui em Pato.  
 Bernardo: Pra começo nem ia aquela época ainda.  
 Julieta: Vendia assim pra uma pessoa que tinha porco pra tratá.  
 Jaqueline: Vendia em espiga daí?  
 Julieta: Sim, quebrava aqui ó, a muque tudo né? E vendia por carroçada, vendia por bolsa assim, mas com palha e tudo não debulhava nada não tinha como debulha.  
 Bernardo: Aquela época não, ou debulhador, a muque.  
 Julieta: Mas nós nunca debulhamos a muque pra vender, vendia com palha daí.  
 Bernardo: Vendia tudo em espiga assim.<sup>41</sup>

Parece que a cultura do milho prevalecia no momento seguinte a derrubada do mato, quando a destoca ainda não havia sido realizada. A soja demora ainda algum tempo para começar a ser cultivada e vai ganhando espaço na medida em que as terras vão sendo “mecanizadas”. Na *roça nova*, nas narrativas dos trabalhadores, as culturas do milho e do feijão são recordadas como muito comuns, entre tantas outras, como o trigo, o arroz, que também eram cultivados na região<sup>42</sup>. O senhor Ivanir rememora o cultivo de feijão nas beiras das estradas:

Jaqueline: Mas daí o senhor ficou três anos aí deu pra derrubar, deu só pra derrubar o mato então?  
 Ivanir: É derrubava e plantava, queimava e plantava, e tinha as fila de desmatção na beira da estrada que não precisava pagar renda, que tinha que fazê a desmatção que eles falam, fazia a estrada antigamente daí tinha que desmatar dos dois lado, se não vira só atolador, daí eles não cobrava, aí eu plantava, na beira da estrada eu plantava feijão (risos).  
 Jaqueline: Pra comer daí? (risos).

<sup>41</sup> KOPSEL, Bernardo. KOPSEL, Julieta. Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2011. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Linha KM 9, Pato Bragado – PR.

<sup>42</sup> De acordo com o senso agrícola de 1960, no ano de 1959 no município de Toledo que abrangia a área dos atuais municípios de Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon a produção de Arroz foi de 970 toneladas, Feijão: 1407 toneladas; Milho: 22.127 toneladas; trigo: 1.335 toneladas; mandioca: 69.739 toneladas e a produção de soja foi de 1.649 toneladas.

Ivanir: Pra comê e vendê, í!<sup>43</sup>

O trabalhador está narrando um período em que trabalhava como arrendatário. A terra coberta pela mata era arrendada e nos primeiros anos – normalmente três ou quatro anos – a renda não precisava ser paga em troca de “limpar” a terra e formar a lavoura. Nos anos seguintes seria paga uma renda, normalmente uma porcentagem da produção, mas na maioria dos casos depois da roça feita, o proprietário é quem passava a plantar as terras, dispensando o arrendatário. O senhor Ivanir vivenciou estas relações, plantar feijão nas beiras das estradas era um mecanismo encontrado por ele e por outros trabalhadores também, para conseguir uma renda extra e o próprio alimento. Os risos durante a fala talvez signifiquem que tal prática era considerada ilícita.

Estes trabalhadores travam uma luta pela própria sobrevivência e a da família criando os mais diversos mecanismos para conseguirem uma renda a mais. Situação difícil que embora se dê em relações diferentes, continua fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores na atualidade: o “bico” – o trabalho extra.

A senhora Emma Horst, de setenta e três anos no período da entrevista, viúva e com sete filhos, veio da cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, para Cascavel, no Oeste paranaense, no início da década de 1970. Alguns anos depois, se deslocaram para o atual município de Pato Bragado, onde reside até hoje. A trabalhadora aposentada rememora o período quando chegaram a Pato Bragado, em que plantava alimentos nos lotes vazios da cidade:

Jaqueline: Daí tu trabalhava assim por dia?

Emma: Sim, por dia, plantava lote, aqui pra cima era tudo em lote, não tinha nada, daí a gente plantava.

Jaqueline: E plantava o quê, assim?

Emma: Mandioca, amendoim, pipoca.

Jaqueline: E vendia ou ficava pra vocês?

Emma: Ficava, por que tinha que ter pra comer, né. E daí a gente tinha forno a lenha e daí fazia pão de milho e assava batata, amendoim.

Jaqueline: Então vender assim, não vendia nada pra fora?

Emma: Não, e não colhia pra...

Jaqueline: Não colhia muito?

Emma: Não.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>44</sup> HORST, Emma. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Avenida Continental, Centro, Pato Bragado – PR.

O marido da senhora Emma trabalhava como pedreiro e ela plantava lotes vazios na cidade, além de outras atividades que realizava como diarista, boia-fria e empregada doméstica. O que colhia nos lotes era essencialmente para alimentação da família, que era grande. Ao mesmo tempo em que alguns trabalhadores rememoram um período anterior como de muitas dificuldades, este também é interpretado como de fartura na mesa, de plantar tudo o que se consumia. Diferente de hoje, onde tudo se compra:

Altair: O arroz você plantava e colhia, feijão a gente colhia tudo, comprava o açúcar, farinha, a erva, e a carne a gente tinha, o porco a gente tinha, então, tu comprava muito pouca coisa no mercado, hoje você gasta duas vez mais ou três vez mais no mercado do que gastava naquela época.<sup>45</sup>

O senhor Altair fala a partir de sua experiência, de quem mesmo estando no campo não podia plantar e criar tudo o que consumia. Pela falta de tempo que o trabalho com as vacas leiteiras lhe gerava e pelo patrão não permitir que engordasse porcos e bois para o seu consumo naquele local. Normalmente, são as pessoas que viveram no campo e estão na cidade atualmente que interpretam dessa forma, o não poder cultivar seus alimentos e criar animais, ou como no caso do senhor Altair, que mesmo no campo não o podia fazer. Diferente dessa interpretação, dona Ivone Martinuk rememora as dificuldades que passava para se alimentar junto com a família, principalmente no período em que o pai ficou doente e a mãe o acompanhava no hospital, dona Ivone precisava cuidar sozinha dos quatro irmãos. Para dona Ivone, esse período anterior, na década de 1960, mesmo morando no campo não era de colher na horta o que precisasse para se alimentar, muito pelo contrário:

Ivone: E eu ia pegá leite mais de mil metro longe, no meio do mato na casa de uma vizinha buscá leite de noite, todo dia de noite nós ia pegá dois litro de leite, né? Ela dava esse leite pra mãe, pra nós não passa fome, cozinhava batata doce na lavagem pra os porco, daí cozinha a batata inteira, daí eu tirava as batata inteira da lavagem e tirava fora deixava esfriá depois descascava isso era nós comia com leite, isso era nossa janta, nosso café e nosso almoço, e a mãe lá no hospital com o pai, né? E eu lavá de noite a roupa dos quatro pequeno, pra o outro dia ter roupa pra usá de novo, eu sofri aquela vez!<sup>46</sup>

A narrativa da trabalhadora é específica do período em que o pai estava doente, porém a situação da família nunca foi muito diferente. Dona Ivone teve que trabalhar arduamente desde a infância para ajudar os pais e os irmãos menores. Assim como senhor Altair, dona

<sup>45</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

<sup>46</sup> MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista citada.

Ivone interpreta partindo de sua experiência, é preciso levar em conta as especificidades dos sujeitos. Embora as trajetórias dos trabalhadores sejam sempre marcadas por relações semelhantes, por sofrimento, trabalho árduo, a luta diária em busca do pão de cada dia, cada sujeito interpreta de forma diferente o vivido, interpretação que nunca está pronta e acabada, mas sempre em construção. Dona Ivone rememora detalhadamente o momento da chegada em casa à noite, após um longo dia de trabalho na roça:

Ivone: Nós chegava morto de cansado de noite em casa nós, né? Lá de trabalhá de boia-fria, daí ali nós não tinha grama nada aquela época ainda né? Ali nós não tinha piso nada, né? Primeira coisa antes de abrir a casa pegava a vassoura e varia tudo o pátio primeiro, e daí abria a casa e botava roupa pra lavá né? E limpava tudo a casa tudo, depois tomava banho sentava e tomava um chimarrão.<sup>47</sup>

Embora deixe claro que era uma rotina desgastante, a narrativa tem certo tom de saudosismo. Durante toda a entrevista dona Ivone e o esposo Osmar narraram uma trajetória de muito sofrimento, de constante deslocamento e de trabalho pesado. Mesmo assim, em alguns momentos rememoram positivamente o passado “mas era bonito aquela, antigamente era bonito (risos).”

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, Alcino Biesdorf, divide seu tempo entre as atividades do sindicato e também da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon (CERCAR), da qual também é presidente. O senhor Alcino assumiu a presidência do sindicato em 10 de dezembro de 1977 e permanece no cargo até os dias de hoje. O presidente narra sobre as mudanças na produção agrícola entre o período em que iniciou sua atuação no sindicato, no final da década de 1970 e os dias atuais:

E a produção aumentou naquela época, nós colhia oitenta saco de soja por alqueire, opa! Tá bom né? Milho, cem saco de milho por alqueire, hoje se fala de quatrocentos saco de milho por alqueire, se fala de cento e setenta, cento e oitenta saca de soja por alqueire e assim por diante. Suínos nós criava ele, o suíno ele dificilmente era vendido com menos de dez, doze meses, hoje seis meses o suíno tá pronto, né? O frango, o frango tava solto lá, às vezes tava um ano, dois ano já, cheio de espora tudo aí vendia, hoje o frango quarenta e cinco dia tá pronto, então a produção agrícola, a produção de alimentos, essa tecnologia que existe hoje, é, mudou tudo.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>48</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal C. Rondon, na Av. Rio Grande do Sul, nº 71. Duração de 53min18s.

Em sua narrativa, Alcino faz uma comparação de como o campo é hoje e como era no período em que assumiu a presidência do sindicato, isso em termos de quantidade de produção e da forma como se produzia. O presidente do sindicato interpreta essas mudanças como positivas, pois fizeram crescer a produtividade no campo. Existe um silêncio na fala de Alcino sobre as consequências deste processo de transformação no campo para os trabalhadores, levando em consideração que muitos perderam o trabalho ou mesmo a propriedade da terra e viram-se obrigados a buscar alternativas, como o trabalho na cidade.

Embora o senhor Alcino seja presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sua realidade atual distancia-se e muito destes trabalhadores. O presidente do STR de Marechal Cândido Rondon continua residindo na mesma propriedade em que vivia antes de assumir a presidência do sindicato. Porém, quem cultiva as terras, no município de Quatro Pontes, é um dos filhos, aliás o único que permaneceu no meio rural. O senhor Alcino sai todos os dias pela manhã e volta apenas no entardecer para sua casa, quando seria muito mais cômodo mudar-se para a cidade. Parece ser uma tentativa de manter alguma ligação com os associados, sendo que a sua realidade após assumir a presidência do sindicato se distanciou muito dos demais trabalhadores rurais. Embora seja presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o senhor Alcino não é um trabalhador rural. Aliás, Alcino mesmo antes de tornar-se presidente do STR de Marechal Cândido Rondon diferenciava-se dos demais associados do sindicato. Tanto que ele assume a presidência no período de ditadura civil e militar como interventor:

Eu na realidade a minha trajetória dentre todos esses ano, mas de trinta ano já, eu, eu era sócio do sindicato como associado e depois eu fui suplente da diretoria por algum tempo também, e na mesma, naquela época surgiu a renúncia do atual presidente daquela época, e o próprio conselho da administração, ou seja a diretoria do sindicato e o próprio conselho fiscal ninguém não queria assumir o sindicato, se julgava assim incapacitados para assumir o sindicato, aí foi a Curitiba falar com o Delegado Regional do Trabalho, que naquela época antes da Constituição de oitenta e oito quem fiscalizava, controlava e nós tínhamos que prestar conta do sindicato ao Ministério do Trabalho, aí foi a Curitiba, uma audiência com o delegado do trabalho naquela época, o já falecido general Adalberto Massa, e indicaram o meu nome como ser o interventor do sindicato. E o general lá naquela época aceitou esse pedido deles e eu assumi o sindicato como interventor durante um ano, e depois de um ano eu tinha de convocar eleições como reza o estatuto, fizemos o processo eleitoral e eu formei uma chapa e concorri as eleições do sindicato. Naquela época e fui eleito e desde aquela época então

nós tivemos já, é, diversas eleições, as últimas décadas não tinha mais oposição, mas no começo, na realidade eu tive duas eleições aí disputadas.<sup>49</sup>

O ingresso de Alcino no sindicato é narrado como uma mera eventualidade. Segundo Alcino, ele assume a presidência por conta da renúncia do antigo presidente e pela falta de interesse e preparo dos demais associados para o cargo, sendo que até aquele momento ele era um associado como todos os outros. Na fala do presidente do sindicato parece que não havia um interesse anterior em assumir a presidência. Porém, o seu nome foi indicado por quem? E por que o Delegado Regional do Trabalho, coronel Adalberto Massa, aceitou o pedido?

Oswaldo Heller da Silva, ao tratar do sindicalismo rural no Paraná, faz uma síntese sobre os dirigentes sindicais no período da ditadura civil e militar no Brasil. De acordo com Silva, a intervenção militar atingiu fortemente o sindicalismo rural, em especial os sindicatos ligados ao Partido Comunista. No lugar dos sindicalistas comunistas os militares impunham os seus “testas-de-ferro”. Também a Igreja Católica conservadora colocou à disposição os seus quadros. Embora, aparentemente o STR de Marechal Cândido Rondon nunca tenha tido vinculação com Partido Comunista, a trajetória do presidente Alcino Biesdorf como sindicalista é muito semelhante às trajetórias descritas por Silva.

Assim, como afirma Silva, não existem notícias de enriquecimento através do sindicalismo rural. Porém, se levar em consideração a situação vivida pelos pequenos agricultores, um salário de dirigente sindical era considerável, além da oportunidade de formação e do enriquecimento cultural que o cargo proporciona, isso num universo que poucos tiveram a oportunidade de estudar por necessitar, desde tenra idade, trabalhar na roça. Na entrevista do senhor Alcino é possível perceber a eloquência com a qual fala, muito diferente da maioria dos trabalhadores rurais ou pequenos proprietários de terra. Oswaldo H. Silva afirma ainda que:

Se, na época dos comunistas, a atividade sindical era apenas uma decorrência da militância política nos quadros do PCB, os dirigentes sindicais dos anos da ditadura, embora saídos do campesinato, foram se constituindo enquanto um grupo à parte, numa categoria especializada na representação dos “trabalhadores rurais”. Reconhecer a existência de uma corporação de especialistas da representação significa tanto evitar a armadilha de reproduzir de maneira acrítica o discurso ingênuo do mandatário devotado, desinteressado, cheio de abnegação, quanto fugir de uma visão maniqueísta do mandatário cínico e usurpador consciente. Isso também não quer dizer que o dirigente sindical não tenha nada em comum

---

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*.

com a base dos representados. De modo geral, eles tinham a mesma origem social e alguns ainda cultivavam um vínculo com a terra, possuindo um sítio ou uma chácara. Entretanto, o fato de exercerem uma atividade específica, diferente do trabalho agrícola, fazia com que fossem levados a defender também, paralelamente aos “interesses da categoria”, interesses particulares dos mandatários.<sup>50</sup>

Duas características dos dirigentes sindicais citadas por Osvaldo Heller da Silva encontramos também na trajetória de Alcino. Como já mencionei, a suposta eventualidade na posse do cargo e também a manutenção da propriedade da terra, embora apenas de forma simbólica.

Na narrativa seguinte, Alcino, ao ser questionado se o intenso deslocamento de trabalhadores rurais para as cidades é visto como um problema para a agricultura na região, narra as transformações no campo:

Alcino: Não, bem ao contrário, porque se fala muito, nós aí junto com a nossa federação em Curitiba, se fala muito em sucessão rural, então se você olha em roda, o que seria a sucessão rural, o filho ficar lá junto com o pai e tá, mas isso hoje também tudo mudou, porque hoje o filho que tá estudando na cidade, tá na faculdade, tá no colégio, ele vê, e hoje com essa geração de empregos que acontece na área urbana, mas em termos, sempre aí porque vai faltar comida, vai faltar não sei o quê, eu não tô vendo isso assim não, porque hoje, eu faço um comparativo, eu tinha um vizinho que tinha dezesseis filho, e tinha dez alqueire de terra, então lá trabalhava ele e a mulher dele e os dezesseis filho, eles vivia lá, eles plantava as coisas pra eles, pra consumo próprio e também vendia, criava porco, vendia soja, vendia leite, mas isso dava só pra viver, a produção não dava muito mais do que isso, hoje esses dez alqueire tem uma pessoa só lá e ela produz essa pessoa sozinho ela produz muito mais do que os dezesseis junto produzia naquela época, então esse papo de falta de comida eu não consegui ainda captar isso não.<sup>51</sup>

O que deve ser questionado são os motivos de uma única pessoa conseguir tocar uma propriedade que antes era cultivada pelos pais e os 16 filhos. Obviamente esta pessoa através dos créditos bancários destinados a agricultura aplicou tecnologias que dispensam a mão de obra manual e fazem aumentar a produção. Mas, o intrigante é isso ser possível apenas para alguns e não para outros. Esta pessoa que cultivava os dez alqueires de terra atualmente, teve acesso as tecnologias? Por que a família dos dezesseis filhos não? Neste mercado que

---

<sup>50</sup> SILVA, Osvaldo Heller. A gênese do sindicalismo rural no Paraná. p. 107-108. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V.1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 327.

<sup>51</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

atualmente tem sido chamado de agronegócio, as opções vão se cerceando para alguns, enquanto outros grupos vão se apropriando. É isso que temos visto na região, grandes proprietários que a cada boa safra adquirem novas áreas de terra que pertenciam a pequenos proprietários que não conseguem ou não querem pagar o preço para enquadrar-se nesse mercado.

A trabalhadora Louvane Maria Strenske, de cinquenta e dois anos no período da entrevista, possui uma pequena propriedade de terra com cerca de quatro hectares localizada na Linha Km5, no município de Pato Bragado, na qual seu único filho (junto com a esposa) produzia leite. Por sua vez, dona Louvane e o esposo trabalhavam numa granja de suínos nos arredores da cidade. Dona Louvane aponta para o desejo de voltar para sua propriedade de terra, o que só seria viável com a saída do filho e da nora, já que se trata de um pedaço de terra muito pequeno. A senhora Louvane e seu esposo deixaram a chácara que possuem para trabalhar como assalariados muito antes do filho casar e morar no local. A trabalhadora rememora sobre como o trabalho era realizado no período em que trabalhava neste local, em meados da década de 1980:

Louvane: Aquela época nós plantêmo arroz, deu bastante arroz, daí nós tinha bastante porco também, nós tinha com a Sadia também.

Jaqueline: Tinha chiqueirão também?

Louvane: Não chiqueiro grande assim não, mas é nós tinha umas leitoa e daí criêmo uns leitão e engordêmo pra Sadia.

Jaqueline: E era diferente do que é agora pra trabalhar com porcos?

Louvane: Era.

Jaqueline: Assim o quê?

Louvane: Mas aquela época não era de, eles trouxeram a ração né? Em granel assim, isso era no saco que eles trouxeram, com o caminhão, daí descarreguêmo e daí isso era tudo, nós não abrimos os coxo que nem agora, isso era mais difícil, e agora é mais fácil.<sup>52</sup>

A trabalhadora relembra um período em que trabalhavam na pequena propriedade que foi herdada pelo marido. Na década de oitenta, dona Louvane e seu esposo Ari, criavam porcos e vendiam para a atual empresa BRF Brasil Foods<sup>53</sup>. As diferenças ressaltadas pela trabalhadora do período narrado para o presente são em relação à quantidade de porcos que criavam e à forma como a ração chegava à propriedade. A expressão “aquela época”

<sup>52</sup> STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista concedida em 26 de janeiro de 2011. Realizada nas dependências da residência da entrevistada no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

<sup>53</sup> BRF Brasil Foods extingue empresa Sadia S. A. para reduzir custos administrativos. **Ruralbr pecuária**. 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://pecuaria.ruralbr.com.br/noticia/2012/02/brf-brasil-foods-extingue-empresa-sadia-s-a-para-reduzir-custos-administrativos-3659637.html>>. Acesso em: 2 de maio de 2013.

demonstra que se trata de um momento que não é o que vivemos atualmente, um período diferente do presente, assim como é narrado pela senhora Louvane. Embora na década de oitenta a criação de suínos fosse direcionada a venda para as agroindústrias, ocorria em proporções muito menores:

Louvane: Eu acho que era noventa dias, não era assim grande.  
 Jaqueline: Mas daí pegava pequeno também?  
 Louvane: Não, nós tinha as criadeiras mesmo, mas era que nem hoje em dia, pra Sadia.  
 Jaqueline: Mas tinha uma maternidade lá?  
 Louvane: Não, aquela época não era assim, era tirava da porca daí já.  
 Jaqueline: Largava no chiqueiro?  
 Louvane: Sim, não é que nem hoje.  
 Jaqueline: Hoje tem bastante, mais exigências?  
 Louvane: Sim, aquela época não era assim.  
 Jaqueline: Assim em questão de, de limpeza do chiqueiro também?  
 Louvane: Não, e por causa dos leitão que vem, agora vem bastante doente, aquela época não era assim, aquela época era mais fácil, ou por causa que a gente, né? Criava e engordava mesmo, hoje é tudo da Sadia.<sup>54</sup>

A narrativa da senhora Louvane aponta que “aquela época” os suínos permaneciam menos tempo na propriedade antes do recolhimento pela antiga Sadia, isso porque em sua memória os suínos “não era assim grande” como nos dias de hoje. Porém, a quantidade de ração era menor, eram tratados apenas três vezes ao dia e não quatro como acontece atualmente. Também a composição da ração da década de oitenta não é a mesma de hoje em dia, a ração é produzida para que o animal engorde mais em menos tempo, o que significa que talvez ao invés de serem recolhidos aos noventa dias como a trabalhadora relembra, os suínos com aproximadamente cento e trinta dias (tempo que permanecem na granja, onde Louvane trabalha atualmente) na década de 1980, tinham o tamanho dos que atualmente tem noventa dias. Dona Louvane afirma que muitos dos leitões fornecidos pela atual BRF Brasil Foods chegam doentes à propriedade onde trabalha. Se trata de uma desconfiança baseada no fato de ter conhecimento sobre as modificações genéticas, o que é denominado “melhoramento genético” dos animais e pela composição da ração que é elaborada para que os animais engordem rapidamente. A trabalhadora não está narrando apenas a perda de autonomia e controle sobre o que e como produz em sua propriedade, ela narra o estranhamento que tem em relação ao animal que não vê nascer, que vem de fora.

---

<sup>54</sup> STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista citada.

Dona Louvane não conhece o lugar onde nascem os leitões e também não sabe como funciona o frigorífico onde posteriormente são abatidos, apenas tem uma leve noção. O que a trabalhadora sabe, é que todos os dias aproximadamente nos mesmos horários os porcos precisam ser alimentados com a ração que a BRF Brasil Foods fornece. Em 1980, os leitões na propriedade da senhora Louvane nasciam lá mesmo, os trabalhadores conheciam todo um processo que começava da prenhe até o nascimento e a partir daí até o momento em que o suíno iria para o abate.

O chamado agronegócio tem sido tratado hegemonicamente como algo totalmente novo e diferente no campo. Busca-se ocultar que os constantes e contínuos processos de reorganização da produção no campo são resultado da necessidade que o capitalismo tem de se modificar e reorganizar para continuar se expandindo. Ou seja, o agronegócio está inserido no processo de transformação das relações capitalistas no campo. Porém, obviamente que o capitalismo no campo hoje ou nas últimas duas décadas é diferente do capitalismo no campo nos anos sessenta, setenta, oitenta do século XX. Assim, como as relações narradas pela trabalhadora Louvane na década de oitenta, embora diferentes do momento atual, também são capitalistas.

Hoje, dificilmente iremos ler um jornal ou assistir a um programa de televisão que trate do campo sem que o conceito de agronegócio esteja presente. O agronegócio é “uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado agrícola perde importância e o lado industrial é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento”<sup>55</sup>. O agronegócio vai além da intensificação da utilização de maquinários e insumos, o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, dando tônica à exportação.

As políticas públicas têm papel fundamental para a viabilização do agronegócio e a sua expansão, o que contrasta com a leitura corrente de que é resultado exclusivamente de investimentos privados. Porém, também não se pode esquecer a atuação dos grandes grupos empresariais em conjunto com latifundiários e “colonos”, somado as empresas multinacionais. A própria influência da classe patronal rural na política do país pressionando para que projetos de lei que favoreçam o “agro” sejam aprovados, por meio da atuação da

---

<sup>55</sup> HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 25, nº 74, p.159-196, Outubro de 2010. p. 60.

bancada ruralista no Congresso Nacional<sup>56</sup>. Outro fator fundamental está em todo o aparato ideológico que destaca as inúmeras vantagens que o agronegócio traz à economia do país.

Grande parte da produção bibliográfica sobre o tema trata do agronegócio como um ser meio que fantasmagórico, ou como um complexo sistema no qual não existem sujeitos de carne e osso. No caminho inverso de tal perspectiva, Regina Bruno compreende que o agronegócio trata-se de uma construção política do patronato rural e que, infelizmente, “vivemos um tempo de hegemonia do agronegócio”<sup>57</sup>. Na tentativa de legitimação do *agrobusiness* está a desqualificação e oposição de qualquer alternativa histórica a ele, como a reforma agrária, por exemplo.

O agronegócio é visto como maior gerador de riquezas do país, expressão de modernidade e que supre todas as necessidades da sociedade, é isso que o periódico *O Presente Rural* defende: “Nunca houve tanta convicção da importância do agronegócio para o desempenho econômico do Brasil”<sup>58</sup>. Ou, “Os números confirmam que o agronegócio é um dos principais fatores que colaboram para o desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil”<sup>59</sup>.

*O Presente Rural* é o suplemento do jornal *O Presente*, no qual estão publicadas matérias e reportagens direcionadas às atividades agropecuárias. O jornal *O Presente* é diário, distribuído em trinta municípios do extremo Oeste do Paraná e iniciou suas atividades em 04 de outubro de 1991 e desde então publicou mais de 3.000 edições, possui uma média de 7.000 tiragens diárias. *O Presente* é associado da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon-PR (ACIMACAR), Grupo Zadinello, indústria de beneficiamento de leite Frimesa e Cooperativa Agroindustrial Copagril.<sup>60</sup> É interessante explicitar que neste trabalho

---

<sup>56</sup> Exemplo disso é atualmente a atuação dos defensores do agronegócio, senadores, deputados estaduais e federais, para paralização das demarcações das terras indígenas e alteração da legislação por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. A PEC 215 propõe retirar a autonomia da Funai e transfere para o Congresso Nacional a decisão final em relação as demarcações dos territórios indígenas. Na região Oeste paranaense houve grande movimentação dos deputados estaduais para aglutinar forças contra a Funai e as demarcações de terras. Inúmeras reuniões para tratar do tema foram realizadas, das quais participaram principalmente proprietários de terra da região. O discurso buscava homogeneizar grandes e pequenos agricultores, afirmando que todos corriam o risco de perderem suas propriedades. O que foi reforçado pela informação mentirosa de que seriam demarcados 100 mil hectares de terra apenas na região Oeste do Paraná.

<sup>57</sup> BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Edur. 2009, p.114.

<sup>58</sup> Por que acreditar na avicultura? **O Presente Rural**. Especial Aves. Marechal Cândido Rondon - PR. Abr./maio 2012. Capa, p.1.

<sup>59</sup> Economia forte. Especial Bovinocultura e Grãos. **O Presente Rural**. Marechal Cândido Rondon - PR. Jul. 2008. Capa, p.1.

<sup>60</sup> GUGLIELME, Fagner P. **Entre a propaganda do progresso econômico e a experiência dos trabalhadores: um estudo sobre o trabalho agroindustrial em Marechal Cândido Rondon (2000-2010)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

*O Presente* é tratado como defensor da burguesia da região Oeste do Paraná, por meio do qual os projetos defendidos buscam ser legitimados. O jornal atua para promover as condições necessárias ao processo de industrialização da região nas últimas duas décadas, principalmente da agroindustrialização.

Neste contexto, parece que *O Presente Rural* surge para tratar especificamente do *agro*. A primeira publicação disponível na internet é de maio de 2008. O suplemento não possui uma regularidade nas publicações, que normalmente são mensais. Em alguns meses ele não é lançado e em outros são publicados dois suplementos. Cada edição trata especificamente de uma ou duas atividades: Avicultura, suinocultura, piscicultura, agropecuária leiteira e grãos – principalmente soja e milho. Normalmente tratam no mesmo caderno a suinocultura e a piscicultura e em outros a agropecuária leiteira e grãos. A única atividade que sempre tem cadernos exclusivos é a avicultura, esta estampa a maior parte das edições. *O Presente Rural* se apresenta também como uma espécie de manual para o agricultor, com técnicas de manejo e produção, sempre destacando a importância da “modernização” e “gerenciamento” das propriedades rurais.

As constantes menções às cooperativas agroindustriais no jornal, evidenciam a vinculação destas com *O Presente Rural*; sempre com funcionários – veterinários, agrônomos, técnicos agropecuários e até mesmo executivos – sendo entrevistados para falar sobre as melhores formas de manejo, alimentação, tratamento de doenças. Outras tantas páginas são ocupadas por propagandas de remédios, ração, suplementos e maquinários.

A matéria do *O Presente Rural* tratando da criação de suínos, “Propriedades rurais entram no tempo de TECNOLOGIA”, interpreta as mudanças na produção:

Foi o tempo em que o produtor guardava apenas na cabeça o número de animais que tinha, períodos de reprodução, medicamentos a serem aplicados, orçamentos e tudo mais que envolvesse controle zootécnico e administrativo. Hoje em dia, granja moderna é aquela que conta com um bom gerenciamento automatizado<sup>61</sup>.

O editorial desta edição trata do crescimento das exportações e dos bons reflexos que o reconhecimento do Estado de Santa Catarina como livre da febre aftosa sem vacinação, teria para os suinocultores de todo o país. Esta matéria vem no sentido de propagandear e de incentivar o suinocultor no que diz respeito a importância da “modernização” da propriedade

---

<sup>61</sup> Propriedades rurais entram em tempo de tecnologia. **O Presente Rural**. Especial Suínos. Marechal Cândido Rondon – PR. Maio/jun. 2010, p.11

rural. Embora o trecho da reportagem acima homogeneíze a realidade no campo, parece estar cantando vitória do projeto defendido. O controle e a sistematização das atividades agrícolas partindo de uma lógica voltada para o agronegócio teria se tornado hegemônico no campo. Porém, mesmo com as “granjas modernas” que possuem um bom gerenciamento automatizado ainda há lugar para os “velhos chiqueiros”, nos quais cria-se porcos tanto para consumo da família como para venda da carne, o que gera uma renda extra. Embora a produção esteja baseada em relações capitalistas, que no caso da suinocultura se dá principalmente através das integrações com as agroindústrias, constitui-se um mercado hegemônico no campo, existem outros mercados paralelos a este.

Analisando as edições do suplemento *O Presente Rural* que tratam particularmente do agronegócio, as matérias, capas ou editorias sempre destacam o quanto o agronegócio está bem, até mesmo em momentos considerados de *crise*: “Muitos problemas assombram o início do ano do agronegócio, que mesmo assim vai bem obrigado”<sup>62</sup>.

O “obrigado” no final deixa clara a posição do jornal em relação ao agronegócio, como se não só defendesse, mas também fizesse parte dele. *O Presente Rural* tem se apresentado como representante do agronegócio na região, sempre cobrindo os principais eventos do *agrobusiness* no Brasil e até mesmo no exterior.

Por mais que o agronegócio esteja sempre crescendo, os seus representantes constantemente estão reivindicando por mais auxílio do governo para a agropecuária:

Todos os setores produtivos da agropecuária brasileira precisam de ajuda sim, mas para antes de começar a produzir. Falta nesse país, considerado pelo mundo como um grande celeiro, políticas mais convenientes com sua capacidade produtiva. Preços mínimos desde a agricultura até a pecuária, que garantam a possibilidade de manutenção na atividade estabilidade ao produtor rural. E, mesmo que seja um trocadilho, preço mínimo não é o máximo que o setor merece.<sup>63</sup>

A justificativa parece sempre ser a mesma: Brasil celeiro do mundo. Já que o agronegócio é um dos principais contribuintes para a economia do país, nada mais justo do que maiores investimentos para o setor. O editorial da edição de agosto e setembro de 2011 destaca a importância que a agropecuária continua tendo na balança comercial brasileira, mesmo que outros setores tenham crescido consideravelmente no país.

<sup>62</sup> Economia forte. Especial Bovinocultura e Grãos. **O Presente Rural**. Marechal Cândido Rondon - PR. Jul. 2008. Capa, p.1.

<sup>63</sup> Indústrias a céu aberto. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./Set. 2011. Editorial, p.2.

Ainda no mesmo editorial *O Presente Rural* afirma que “A agroindustrialização é o caminho mais indicado, para que possamos fortalecer a economia, como indústrias sim, mas agropecuaristas por natureza”<sup>64</sup>. A frase expressa a defesa do projeto de agroindustrialização, dando ênfase para a importância do *agro* nesse processo.

No Oeste paranaense é por meio das agroindústrias que a lógica do agronegócio tem se intensificado nas pequenas propriedades rurais. Muitas dessas empresas utilizam e vendem a ideia do cooperativismo para escamotear a sua inserção na lógica capitalista de trabalho e produção<sup>65</sup>. Inicialmente, as cooperativas tinham a função de armazenar a produção agrícola e fornecer insumos aos agricultores, na tentativa de melhores preços. Atualmente, as cooperativas vão muito além destas funções, é por intermédio delas que as relações de trabalho e produção em moldes capitalistas tem se modificado no campo da região.<sup>66</sup>

Com uma propriedade pequena, o que é agravado pela fragmentação quando da divisão da herança entre os filhos, a alternativa encontrada por muitos pequenos proprietários é a “integração”, às vezes denominada também como “parceria”, às agroindústrias da região, para as quais se produz principalmente leite, aves e suínos. Mas não são apenas pequenos proprietários que estabelecem este tipo de relação, médios e grandes também.

O trabalhador rural Altair Cunico de 52 anos, já citado acima, narra sobre o meio rural da região:

E daí com o leite além que não dá muito lucro, mas sempre tem aquela renda, e pra tu se tu tem cinco alqueire de terra você pode produzi bastante leite dentro daqueles cinco alqueires e daí é todo mês, não é que nem você planta o soja agora daqui a seis mês vai colhê, se o tempo fecha né? Se não der uma seca no meio ou vier um granizo vai te destruir, aí já tem que mexer

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>65</sup> Quero deixar claro que existe também a atuação de indústrias que não são “cooperativas” na região, a BRF Brasil Foods, por exemplo, não é uma “cooperativa” e tem forte atuação no setor avícola e na suinocultura no Oeste do Paraná. A pesquisa de Rosane Toebe Zen analisa a relação entre os avicultores a BRF Brasil Foods, antiga Sadia: TOEBE ZEN, Rosane. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia s.a: Controles, mediações e autonomia.** Mestrado (Educação: Sociedade, Estado e Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel-PR, 2009.

<sup>66</sup> Inúmeros trabalhos têm analisado as relações entre as chamadas “cooperativas” ou agroindústrias com os agricultores e o campo da região. Entre estes se destacam as pesquisas da área da Geografia, com os quais partilhamos a crítica ao agronegócio e a visão de que este é a única ou a melhor alternativa para o campo. Cf. STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados a Copagril.** Dissertação (Mestrado em Geografia: Produção do Espaço e Meio Ambiente) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão - PR, 2010. COELHO, D. **Mudanças e permanências na produção camponesa de subsistência no contexto da expansão do agronegócio no município de Pato Bragado – PR (1960-2010).** Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2012. BELUSSO, D. **A cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia: Análise Regional e Ambiental) Universidade Estadual de Maringá. Maringá – PR, 2007.

com banco, aí tu sabe quando começa a fazer financiamento em banco daí, aí se foi o colono, o pequeno pelo menos começar a mexê com banco aí tá, então se você tem sua produção de leite ou constrói um chiqueiro ou uma coisa que te dá uma renda mensal, daí você sobrevive [...].<sup>67</sup>

A narrativa do trabalhador aponta para uma série de questões que afligem pequenos proprietários de terra na região. Embora o senhor Altair nunca tenha sido proprietário, interpreta a partir de situações vivenciadas por familiares, amigos e conhecidos, e também a partir de sua experiência como arrendatário, uma das relações que experimentou ao longo de sua vida, na qual endividou-se com créditos bancários. Por isso, entende que não é nada bom um agricultor ter que “mexer com o banco”.

Outra questão apontada pelo trabalhador é a diversificação no campo, necessária para manutenção da pequena propriedade. Embora essa diversificação normalmente não ultrapasse duas ou três atividades por propriedade, as lavouras de milho e soja, a produção de leite e criação de suínos e frangos.

Além disso, outras estratégias são criadas para gerar uma renda extra, como a venda de produtos na cidade: ovos, nata, verduras, legumes e carne. A diversificação também é assunto tratado pelo *O Presente Rural*:

Não se fala mais apenas em agricultor ou pecuaristas. Agora é agropecuarista porque a diversificação chegou para ficar. Há muito tempo foi percebido que a variedade de atividades é muito boa, inclusive para a economia brasileira. E é nesse sentido que é preciso buscar o estímulo para superar as barreiras que se apresentam neste início de ano.<sup>68</sup>

Embora essa “diversificação” afirmada pelo jornal não seja assim tão diversificada, parece que manter-se apenas em uma atividade no campo não é viável economicamente. O que é justificada nesta edição do *O Presente Rural* pela irregularidade do clima, o que aponta para a necessidade de mais investimentos e políticas que favoreçam a agricultura. Esta é uma reivindicação constante no *O Presente Rural*, mais verbas e políticas públicas para o *agro*. O que contrasta com a narrativa do senhor Alcino Biesdorf, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon:

[...] e aí veio a questão do Pronaf, o financiamento um recurso diferenciado pra agricultura familiar, e isso aconteceu também devagarzinho, primeiros

<sup>67</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

<sup>68</sup> Sócio imprevisível. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Fev./mar. 2012. Editorial, p. 2.

anos tinha pouco recurso pra isso, e todo ano nós conseguimos, é, realimentar esses recurso, o governo federal liberando mais dinheiro e mais dinheiro pra agricultura familiar, com juros subsidiado, e hoje nós tâmo num patamar assim de recursos praticamente até sobrando, hoje os bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil, hoje tem recursos lá praticamente sobrando pra agricultura familiar, então hoje e quando partiu, partiu com um milhão e pouco, três milhões, hoje tâmo dezesseis bilhões de reais de recursos destinados a custeio do exercício, que tínhamos do ano de dois mil e doze que tá se findando agora, parece que sobrou até dinheiro, agricultura familiar não conseguiu tomar todos esses recurso que tavam disponíveis, então, foi uma vitória muito grande, hoje nós temos “Ns” de linhas de crédito para agricultura familiar, tanto na área de investimentos, na área de custeios agrícolas, até de veículos, pra transportar a sua produção e assim por diante, aí com juros altamente subsidiados, temos aí recursos aí a dois por cento de juro ao ano, pra pagar a dez ano, então acho que nem é de pai pra filho, é melhor, então é, nós estamos muito satisfeitos com isso, só que a luta continua, nós temos muita coisa pela frente, né?<sup>69</sup>

O presidente do Sindicato orgulha-se em falar dos altos valores disponíveis para financiamentos e empréstimos bancários destinados a chamada “agricultura familiar”<sup>70</sup>. Também compara a relação entre os agricultores com o governo como paternal, sendo que os juros dos empréstimos/financiamentos para pequenos proprietários são extremamente reduzidos. Percebe isso como um avanço em relação ao que acontecia há décadas atrás quando os recursos praticamente inexistiam, sendo que atualmente estão sobrando. Porém, não leva em consideração que talvez essa “sobra” de recurso seja resultado do receio ou negação dos proprietários de terra ao endividamento, o que poderia levar ao extremo de perder a propriedade. Parece que o jornal e o presidente do STR estão falando de sujeitos diferentes. O primeiro tratando dos grandes proprietários e o segundo dos pequenos, que são representados pelo sindicato. Para o senhor Alcino, esses avanços são resultado também da luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do qual é presidente. Nesse sentido, para o presidente do STR de Marechal Cândido Rondon, o meio rural está vivendo um momento extremamente positivo. O problema é que apenas as linhas de créditos e financiamentos são levadas em consideração.

O senhor Danilo Dunke, cinquenta e um anos no momento da entrevista, possui uma propriedade de cerca de 12 hectares de terra na Linha Flor do Oeste, no distrito de Iguaporã, em Marechal Cândido Rondon. Apesar da propriedade ser pequena, o senhor Danilo é um dos

<sup>69</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

<sup>70</sup> De acordo com a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, “entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 29 de abr. 2013.

maiores produtores de leite vinculados a empresa Frimesa Cooperativa Central<sup>71</sup>. Em matéria do *O Presente Rural*, sobre a prevenção de problemas de casco nas vacas, Danilo Dunke é citado como exemplo:

O produtor Danilo Dunke, do distrito de Iguaporã, interior de Marechal Cândido Rondon (PR), todos os anos está entre os primeiros colocados do concurso de produtividade leiteira organizado pela Copagril. Ele, notando os prejuízos que os problemas de casco conferiam ao seu rebanho, juntou-se ao seu vizinho e comprou um tronco próprio para fazer o casqueamento das suas vacas. Ele tem 78 vacas de leite e cerca de 25 novilhas. Já chegou a produzir 1,8 mil litros de leite/dia trabalhando em apenas 5 alqueires de terra. Atualmente, mesmo com 11 vacas secas, sua produção é invejável: mais de 1,2 mil litros de leite/dia. E o trabalho é todo em regime familiar, com a ajuda da esposa, filha e genro.<sup>72</sup>

Danilo constantemente está investindo em equipamentos e fazendo reformas nas estruturas da propriedade para aumentar a produção de leite, o que parece ter resultados positivos, já que é um dos maiores produtores de leite da cooperativa. A narrativa do senhor Danilo é interessante para análise da relação dos associados com a cooperativa:

Jaqueline: Então eu queria que o senhor falasse da relação com a empresa né? Com a Frimesa?

Danilo: Não olha a Frimesa pra mim é um pai né? Da pra dizê Frimesa, Copagril junto né? Então eu já tô vendendo há vinte e seis ano né? Você nunca pode, já tinha muitos concorrente que vieram aqui querê comprá o leite nosso, mas a gente prefere ficá na Frimesa, Copagril, porque é uma realidade, né? Em time que se mexe você não muda né? Então fica ali né? Chega o final do ano você pode fazê a conta com os concorrente as vez a gente sai ganhando ainda porque as vez tu ganha uns cinco centavo a mais amanhã ou depois tu ganha uns três quatro a menos né? Então na realidade a Frimesa pra nós ela é muito boa.

Jaqueline: Mais assim tem algumas exigências da empresa?

<sup>71</sup> Pesquisas relacionadas a Frimesa Cooperativa Central: DURÃES, A. C. B. **Trabalho e Trabalhadores na Unidade Fabril de Queijos em Marechal Cândido Rondon-PR (1989-2010)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011. CUNICO, J. A. **produção de leite para a Frimesa Cooperativa Central e as relações de trabalho no campo do Oeste do Paraná**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011. SEIBERT, C. A. **Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): Um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia**. Dissertação (Mestrado em História: História Poder e Práticas Sociais) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2008.

<sup>72</sup> Casqueamento e pedilúvio são fundamentais na prevenção. **O Presente Rural**. Especial Bovinos, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./set. 2013, p.10. Disponível em: <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/opresenterural/index.jsp?ipg=91323>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

Danilo: Tem isso tem muito nessa parte de tu tá trabalhando bem certinho né? Do jeito que eles pedem, o técnico vem ali tu tem que fazê assim do jeito que eles mandam também né? Então não pode fugi da regra deles, né? <sup>73</sup>

Para o “produtor de leite” Danilo, mesmo tendo que seguir as *regras deles* em questões técnicas para a produção, o preço maior no litro do leite que é pago de acordo com a qualidade e quantidade e também a *valorização* dos maiores produtores dentro da empresa parece ser compensador. A Frimesa Cooperativa Central é vista por Danilo como a responsável pelo padrão de vida que a família Dunke tem: casa nova e carro zero na garagem, o que jamais seria possível sem a produção de leite na propriedade. É sobre isso que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon narra quando questionado sobre as mudanças no campo nas últimas décadas: o padrão de vida.

Eu acho que esses últimos trinta anos teve muitos avanços, muitos, no caso da previdência que eu já frisei, pra o agricultor ter uma proteção maior, o caso de recursos pra agricultura principalmente o pequeno agricultor, a agricultura familiar, que foi, foi uma luta, reivindicação, reivindicação, pedidos e assim por diante, então hoje o padrão de vida na área rural mudou totalmente, hoje o agricultor, aquele que a gente chama de colono, o colono não vive mais, na década de cinquenta (interrupção). Então é, acho que deu assim uma volta de mais de noventa graus, naquela época não tinha energia elétrica, hoje todo mundo tem, atuo nessa área também a mais de trinta anos, a região tá totalmente eletrificada, mas as moradias também em média são todas elas boas, porque naquela época não tinha, é, as estradas naquela época quando chovia não tinha estrada, hoje se não tão aí uma BMW, mas tão aí, as prefeitura tão trabalhando nessa área, é, as escolas, o próprio deslocamento do pessoal, naquela época era de carroça, de bicicleta, aí veio o fusquinha, aí veio o jipinho e assim por diante, e hoje, não tinha moto naquela época, hoje você vê aí o meio rural todo mundo aí, então hoje o padrão de vida todo mudou, mudou, o próprio modo de se vestir, aquela época, trinta, quarenta ano atrás o colono ia numa cidade grande o cara da cidade já via de longe, opa esse aí é um colono, hoje o colono vai pra cidade, ninguém não distingue mais ele, em média não, não, ele vem pra cidade tá no meio do pessoal da cidade ninguém não tira mais ele, “ah esse aí é um colono”. A não ser que ele conhece ele pessoalmente que ele mora no interior, mas pela vestimenta dele, pelo comportamento dele, pelos locais que ele frequenta, ele não distingue mais, a esse aí é um colono, ou um agricultor, não, então realmente nós tínhamos nos últimos trinta anos uma mudança muito grande, naquela época não tinha financiamentos, nem pensar em diferença de juros ou prazo, hoje tem. Até esses dias conversando com um agricultor que vendeu a propriedadezinha dele veio morá na cidade, ele mesmo me confessou “olha se tivesse hoje a disposição pra mim, o que os agricultor tem hoje, eu não tinha vindo pra cidade, mas naquela época eu não tinha, não tinha recursos, não tinha financiamento, não tinha nada, eu tinha

---

<sup>73</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguiporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

que me virar por conta achei melhor viver na cidade, mas se eu tivesse naquela época disponível o que o agricultor tem hoje eu não tinha feito isso não, mas eu fiz por causa disso”. Então realmente hoje tem muitos que mora na área rural não querem mais saber da cidade, porque eles têm todo conforto que o pessoal na área urbana tem você tem na área rural também, tem televisão, tem energia elétrica, tem telefone, ele tá, tá junto com o pessoal da área urbana e o próprio comportamento dele é praticamente igual, naquela época não era, o agricultor você via de longe quem que era, hoje não vê mais (Risos)<sup>74</sup>.

A energia elétrica, o carro, a televisão, melhorias em estradas e moradias, são percebidos como avanços no campo da região. O padrão de vida teria se igualado com o homem da cidade, tanto que não é possível distinguir quem vem ou não da roça. O “colono” visto como imagem do atraso e miséria não existiria mais na região.<sup>75</sup> São esses os motivos que fazem com que o senhor Alcino e o senhor Danilo compreendam a realidade atual do campo como positiva. O Presidente do Sindicato interpreta comparando o presente com o período em que iniciou sua atuação na presidência, no início da década de 1970 e o produtor de leite Danilo pelo que *conquistou* com a produção de leite.

João Pedro Fischer, de 52 anos, junto com sua esposa Delci, de 46 anos, possui uma pequena propriedade de 2,3 hectares de terra na localidade do Km13, em Pato Bragado. Desse pequeno pedaço de terra conseguem produzir uma média de 450 litros de leite por dia. No período da entrevista possuíam um plantel de cerca de 30 vacas, sendo que 26 estavam em lactação, cada uma produz em média 17 litros de leite por dia. Entrei em contato com o casal, que já era conhecido de minha família, após ler uma matéria no *O Presente Rural* sobre a produção de leite em sua propriedade: “Pequeno produtor tem resultados acima da média com estratégias diferenciadas”<sup>76</sup>. Segundo a matéria do *O Presente Rural* “Proporcionalmente, Fischer pode ser considerado um dos produtores da região com maior resultado positivo”<sup>77</sup>. Sendo que produz uma média de 64 mil litros de leite hectare/ano, o que é o dobro do esperado. A matéria inicia desta forma:

<sup>74</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

<sup>75</sup> PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade**: memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

O historiador analisa o processo de urbanização de Marechal Cândido Rondon a partir das memórias de sujeitos denominados por ele como “ex-trabalhadores” rurais. Como estes mesmo na cidade reelaboram práticas e viveres do passado no campo.

<sup>76</sup>Pequeno produtor tem resultados acima da média com estratégias diferenciadas. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./set. 2011, p.10.

<sup>77</sup> Idem, ibidem.

No pasto da propriedade de João Pedro e Delci Fischer está cheio de protagonistas de novela, pelo menos no nome – Diana, Esmeralda, Maia, Helena... Também tem nomes mais tradicionais como Rubi (Por ser joia rara), Esmeralda, Malhada... O batizado de cada uma delas faz parte da estratégia de trabalho dos produtores de Pato Bragado (PR) para melhorar sua produção. “Elas ficam mais dóceis e facilita o trabalho do dia a dia se ela tem nome. A gente passa e chama pelo nome, elas atendem”, garante João Pedro. Mas não é só isso. O batizado é apenas uma peculiaridade, o destaque na propriedade do casal está nos resultados positivos, fruto do trabalho focado e bem planejado<sup>78</sup>.

Descrevem uma prática comum no campo – dar nomes às vacas – como se fosse uma nova estratégia para a produção. Depois desqualificam, afirmando que se trata de uma peculiaridade e que o importante é o “trabalho focado e bem planejado”. Uma prática já antiga, onde os animais são tratados como seres vivos e não como mercadorias ou meios de produção. O que é difícil saber, é se o casal de agricultores mantém este costume por isso, ou se assim como a matéria afirma tornou-se uma estratégia. Um fator importante para o casal Fischer alcançar estes números elevados na produção de leite é o rio que corre na propriedade, a Sanga Gaúcha. Deste pequeno córrego é retirada a água que irriga a pastagem servida como o principal alimento principal do plantel de vacas. Sem isso, de acordo com o casal, não seria possível a produção de leite:

João: É o principal que nós tamo hoje aqui é a irrigação, a irrigação é maravilhosa, que não teria como produzir grama, daí comprá tudo, que hoje irrigação é um, se não chove tu sempre tem a grama, não tem.<sup>79</sup>

A irrigação foi instalada em 2004, segundo João com recursos do Pronaf<sup>80</sup>. Cerca de dez mil reais. Provavelmente sem a sanga que passa na propriedade, mesmo com *estratégias diferenciadas*, não seria possível uma produção de leite tão elevada em tão pouco espaço. Mesmo assim para o casal, o importante é saber “administrar”:

<sup>78</sup> Idem, ibidem.

<sup>79</sup> FISCHER, João, FISCHER, Delci. Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência dos entrevistados na Linha Km 13, município de Pato Bragado – PR. Duração de 1h1min1s.

<sup>80</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. FILHO, José Brandt Silva. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Jaqueline: Mas, deixa eu pedir, porque é uma área bem pequena mesmo e tem uma quantidade bem grande de leite mesmo, né?

João: Não, todo mundo fica surpreso.

Delci: Tem gente aqui em Pato que não tem.

João: É tem gente com cinco alqueire de terra tão declarando que não consegue sobreviver com esse cinco alqueire, mas bem trabalhado, Deus me livre! Em cinco alqueire dá pra ter setenta, oitenta vaca em cima, é só que tu tem que administra tudo né? Tem que.<sup>81</sup>

Eric J. Hobsbawm e George Rudé ao pesquisar o campo inglês no século XIX e as lutas dos trabalhadores rurais naquele período, afirmam que “talvez tão importante quanto todo o resto tenha sido também a incorporação de um cálculo empresarial sistemático às atividades agrícolas”. Diferente do camponês, o “sitiente” realizava “um empreendimento do tipo empresarial, combinando fatores de produção comprados no mercado para obter um lucro com a venda vantajosa num mercado de produtos acabados.”<sup>82</sup> Mas, além da produção de leite o casal encontra outras formas para aumentar a renda, principalmente em meses onde a produção ou o preço do leite caem:

Jaqueline: E tem meses que já teve prejuízo?

João: Teve sim já, tem meses que tá no vermelho sim, mas daí tem meses que tu recupera de novo.

Jaqueline: Mas daí como é que vocês fazem, porque vocês vivem só do leite né?

Delci: Só do leite

João: Só do leite e descarte de vaca né? Uma novilha que tu vende quando nasce né? Que não conseguimos criar todas as novilha.

Delci: Cria umas galinha, daí eu vendo os ovos se tiver (risos)

João: Até esterco nós temos na cidade.

Jaqueline: Pra vender?

João: Daí tem gente que fala vocês são louco de fazê isso, mas o que tem, as vez nós vendemos dá pra água, luz, até mercado dá pra o mês, mas tamo vendendo não tamo roubando, uma coisa certa. E as vovozinha agradece elas precisa esterco, as horta, as flor, deixa ele ficá, deixa ele num monte, deixa curti, dá um esterco!<sup>83</sup>

As despesas básicas como mercado, água e luz, são pagas com o dinheiro da venda do esterco, das galinhas, dos ovos. Assim, nos meses em que a produção é alta e o preço bom é possível guardar boa parte do que recebem. João e Delci, assim como Danilo Dunke fazem parte de uma parcela da população do campo da região que conseguiram acumular bens por

<sup>81</sup> FISCHER, João, FISCHER, Delci. Entrevista citada.

<sup>82</sup> HOBBSAWM, E. J.; RUDÉ, G. **Capitão Swing**: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 33.

<sup>83</sup> FISCHER, João, FISCHER, Delci. Entrevista citada.

meio da produção de leite para a agroindústria. O senhor João narra um período em que tirava leite num sistema conhecido como “balde ao pé”:

Eu tirava assim balde ao pé, né? Mas daí a gente não tinha como, é difícil, tirar o leite balde ao pé, não tinha como ter tanta higiene, mas com o tempo daí os técnico vinha e eles exigia, daí começemo a mudá pra cá a instalação, daí já é mais fácil, tem o fosso né? Tem, não põe mais a mão o leite vai direto, na época que nós tirava lá embaixo, nós tirava até cento e cinquenta litro por dia, tirava nós dois<sup>84</sup>.

O sistema de “balde ao pé”, também conhecido por muitos trabalhadores como “a taro”, é a forma mais simples da ordenha mecânica. O leite é ordenhado e conduzido até um tambor, normalmente com capacidade para 50 litros, que fica ao lado do trabalhador e é conduzido por um carrinho. Quando esse tambor está cheio o leite é derramado manualmente ou com ajuda de um transferidor automático para um resfriador. O “balde ao pé” ainda é utilizado em algumas propriedades, mas estas são minoria.

O senhor João narra o processo de mudança das instalações onde fazia a ordenha das vacas. Para o senhor João com o sistema “balde ao pé” não era possível ter uma boa qualidade no leite, por isso da mudança. O “produtor” possui uma grande preocupação com a higiene do leite produzido, o que também é resultado da pressão que a empresa direta e indiretamente exerce na atividade. O senhor João e sua esposa Delci falam sobre as novas imposições do mercado:

João: Sessenta e dois é uma normativa que, é uma lei do governo federal, eles cobram essa lei ela cobra tu tem que produzir com qualidade no leite se não!

Delci: O leite ruim assim eles nem carregam mais.

João: Eles trabalham em cima de células e bactérias, se tem células e bactérias alta o teu leite, paga pela qualidade.

Jaqueline: A então qualidade é isso então?

João: Não, tu tem qualidade boa, tu tem o preço bom, tem até uma tabela, tua qualidade chegou ali vai caindo o preço.

Jaqueline: Mas, como que eles medem a qualidade?

João: Eles levam a coleta, faz um exame, teste no leite, eles vêem quantas mil bactéria tem, porque hoje bactéria pode chegar em cem milhões por não sei quantos mil de leite né? E célula somática tá em setecentos mil, mas vai baixar mais ainda, mas hoje uma média de bactéria deve tá hoje o que, deve tá hoje duzentos, trezentos mil uma média, nós temo mês, esse mês chegêmo em quarenta e quatro mil, então bem, nossa, cem mil é normal ainda né? Fiquêmo mês em dezenove mil.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> Idem, ibidem.

<sup>85</sup> Idem, ibidem.

O senhor João sente-se extremamente orgulhoso em dizer que o leite que produz em sua propriedade segundo os números da tabela possui uma ótima qualidade. Esta qualidade medida em números vem estimulando a competição entre os produtores, através de prêmios que são entregues aos produtores com maior qualidade no leite do ano e por meio de listas divulgadas em revistas, como a Revista Frimesa, com o ranking dos maiores produtores do mês. Na narrativa de João e Delci essa questão é destacada:

João: Bem baixo, nossa excelente! Até os cara, como é que consegue, o Gaspar também tem um leite excelente.

Delci: Ele ganhou o primeiro.

João: Primeiro lugar ele ganhou esse ano, nossa! Foi uma honra pra ele, nós tava perto dele também [...].<sup>86</sup>

Ficar em primeiro lugar no ranking da higiene é considerado uma honra. Não é só o fato de receber um valor maior pelo litro do leite, mas é uma espécie de compensação por todo o trabalho e esforço que foram despendidos e acaba também incentivando para que tudo seja feito dentro dos conformes com o objetivo de alcançar uma maior qualidade no leite produzido. Embora se possa dizer que os “produtores de leite” têm maior autonomia na forma como realizam o trabalho e organizam a propriedade em relação aos integrados de frango e suínos, essa autonomia é parcial. Apesar da relação com a agroindústria não ser contratual, a pressão que é exercida, muitas vezes indiretamente, é muito grande. Ganhar um preço maior pelo litro do leite, o receio de chegar ao ponto de não conseguir vender a produção, ou até mesmo pelo status, são motivos que levam os “produtores” a buscar enquadrar-se cada vez mais no que a “cadeia produtiva do leite” tem exigido.

Ao longo da pesquisa o pequeno proprietário de terra Danilo Dunke, citado acima, chama atenção. No período da entrevista – final do ano de 2009 – possuía um rebanho com 53 vacas, chegando a produzir em determinados períodos do ano quase dois mil litros de leite ao dia, conseguindo uma renda média de cerca de 20 mil reais, em meses de alta produtividade e com o preço bom. Nesta propriedade apenas a família trabalhava, sendo que dois dos três filhos ajudavam:

Olha que nem o último mês então que nem eu falei a gente caiu bastante na produção de leite né? Mais nós tirêmo quinze mil e poucos reais, então ali tu tem que tirá despesa, um bom oito é despesa quase a metade é despesa que

---

<sup>86</sup> Idem, ibidem.

nem eu falei tem que comprá a ração fora que a minha área de terra é pouca, mais sobra bastante, a gente tem que ficar contente, então tem mês que eu já ganhei mês de julho desse ano de 2009 já cheguei a ganhar vinte e sete mil, vinte e sete, vinte e oito mil, em setembro eu também ganhei porque o preço tava bem mais alto e nós tinha bastante leite eu cheguei a tirá trinta e seis mil litro de leite num mês então o preço tudo aumenta, mas em média que nem vai fechá o ano de repente na faixa de dezesseis mil mês que tu ganha, mas pode contá que metade pra nós é o lucro.<sup>87</sup>

Embora em âmbito da extensão se trate de uma pequena propriedade a produtividade é alta e está inserida na lógica do agronegócio. Isso muito influenciado também pelo fato do filho mais velho ser formado zootecnista:

Ah, nós temo dois filhos e uma filha né? Um filho já formado zootecnista, que trabalha na Copagril, e o filho e a filha ajuda trabalhando em casa né? A menina é formada como professora, mas tá trabalhando em casa ajudando.<sup>88</sup>

A formação e ocupação dos filhos foram a primeira coisa sobre o que senhor Danilo me falou quando questionado sobre a família. O fato de o filho ser zootecnista e trabalhar para a cooperativa a qual vende a sua produção de leite têm forte influência sobre a organização do trabalho e vida da família e, conseqüentemente, sobre a narrativa do proprietário. Ele também salienta a formação da filha como professora, embora não especifique que é na área da História. Sobre a divisão das tarefas entre a família o senhor Danilo explica:

Então, nós praticamente eu não posso trabalhá muito que eu tenho problema um pouco de coluna né? Um pouco não, bastante né? Mas a família trabalha bastante, meu rapaz ele, é como a gente se diz, cuida do gado bastante, e a menina e a mulher faz a parte da ordenha, então nessa parte ali eu não posso ajudá, mas eles fazem todo o serviço que é preciso eles dão conta do recado né?<sup>89</sup>

O senhor Danilo não fala sobre o motivo que ocasionou o seu problema de saúde, mas é comum entre pessoas que trabalham com a produção de leite doenças ocasionadas pelo desgaste físico, principalmente problemas na coluna, como é o caso de Danilo. No sistema de ordenha conhecido como “balde ao pé”, que foi realizado por cerca de 10 anos na propriedade dos Dunke, é necessário erguer os tambores cheios de leite, normalmente 50 litros, para armazená-los no refrigerador e para tirar o leite a posição é extremamente desconfortável, é

<sup>87</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista citada.

<sup>88</sup> Idem, ibidem.

<sup>89</sup> Idem, ibidem.

preciso agachar-se para colocar a ordenhadeira nas tetas das vacas. Além disso, é necessário despender grande esforço físico para alimentação dos animais. Para os produtores de leite que conseguem “modernizar” suas propriedades é possível diminuir o esforço físico necessário para realizar a ordenha e alimentação dos animais. Mas, para isso é necessário fazer empréstimos e financiamentos em bancos, o que pode levar ao endividamento e em casos extremos a perda da propriedade.

O trabalho na propriedade de Danilo era realizado pelos dois filhos que ainda estão em casa e a sua esposa. A forma como está organizado o trabalho é semelhante ao que encontramos em outras propriedades rurais. A mulher, ou no caso as mulheres, realizam a ordenha e limpeza, enquanto os homens fazem a parte da alimentação do rebanho, que é uma tarefa que exige maior força física.

O trabalho com a produção de leite é extremamente desgastante física e mentalmente para os trabalhadores. Assim como o trabalho nos aviários de frangos e granjas de suínos. Obviamente, que estamos pensando na produção em larga escala. O trabalhador Guido Limberger, quarenta e nove anos, residia e trabalhava a vinte anos na propriedade do Senhor Silvestre Cottica, no período da entrevista, na Linha São João, no distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon. O contato inicial com o trabalhador foi por meio da indicação do técnico agropecuário da Frimesa Cooperativa Central. O senhor Guido recorda-se do período entre as décadas de 1980 e 1990, quando iniciaram a venda do leite na propriedade onde trabalhava:

Não quando chegamos aqui na verdade eu comecei a trabalhar com os porco, a vinte e poucos anos atrás, ele tinha duas vacas só, duas ou três, pra tirá pra o gasto, aí a esposa não trabalhava, só eu no chiqueiro, só eu, porco ele já tinha, daí um dia surgiu a ideia já que tem duas vaca aí vamo ordenhá e vendê o leite pra trabalhar com isso, quem vendia vinte litro era um baita, um grande produtor, trinta litro nossa, foram vendendo de duas vaca, de pouquinho em pouquinho aumentando, aumentando, agora cento e dez vaca. Tudo, tudo, não foi comprado nenhuma vaca fora, tudo daqui.<sup>90</sup>

Ao rememorar a introdução da produção de leite para a comercialização na propriedade em que trabalha, o trabalhador Guido se coloca como sujeito neste processo: “Daí um dia surgiu a ideia.” Parece que é partir do momento em que inicia o trabalho na lida com

---

<sup>90</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista concedida em 12 de março de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências de sua casa na Linha São João, distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon – PR.

a produção de leite, sendo que antes trabalhava com os suínos, que inicia-se também uma certa aproximação com o patrão: “Vamo ordenhá e vendê o leite pra trabalhar com isso.”

Parece ser esse o período em que os agricultores da região passam a vender o excedente da produção do leite para as empresas de laticínios, entre as décadas de 1980 e 1990. Uma produção ainda muito pequena se comparada aos números atuais e que era realizada manualmente, sem o auxílio de ordenhadeira mecânica. O trabalhador destaca a “evolução” da produção, onde começaram com duas vacas e cerca de vinte anos depois estavam com um plantel de mais de cem animais. A narrativa do senhor Guido é muito semelhante com a de outro trabalhador, o senhor Altair Cunico:

Daí pra frente começou, só que no começo sabe a maioria tinha umas vaquinha, mas fazia o queijo e vendia o queijo aí depois que começou as laticínios compra o leite, daí o pessoal começou, mas muito fraco, que aí os leiteiro passava aí recolhia cinco litro aqui, dez lá, quinze lá, era uma correria pra lá e pra cá, porque ninguém tinha na época quem tinha trinta quarenta litro de leite era um baita produtor, só que na época sobrava mais da lavoura que hoje aqui pelo menos noventa e oito por cento dos colono aqui do Pato tudo tem vaca de leite e tem muitos que dependem do cheque do leite hoje, e tem terra, por que quem tem meia colônia de terra hoje vai querer dizer eu vou viver plantando soja e milho e coisa naquela meia colônia ele vai passar fome ele não sobrevive com a família.<sup>91</sup>

O trabalhador ressalta a produção de queijos com o excedente do leite antes da venda para os laticínios, momento em que ainda se tinha total controle sobre todo o processo de produção, desde o “tirar o leite” até a venda do queijo pronto. Tanto Guido quanto Altair interpretam o passado partindo da realidade que vivenciam no presente. Os dois trabalhavam para *grandes* “produtores de leite” da região, onde a produção pode chegar a mais de mil litros de leite por dia. Assim, uma produção que não chegava a cinquenta litros de leite no dia é considerada quase insignificante e ser considerado um grande produtor com estes números é visto como algo totalmente diferente do que é vivido por eles no presente. Estão rememorando um período que já não existe mais, que encontra-se apenas nas lembranças desses trabalhadores que vivenciaram a transformação de seus modos de vida e trabalho. O senhor Altair Cunico narra como é atualmente a lida com a produção de leite:

Altair: Ordenhá as vaca, tratá, que é minha parte aqui é esse serviço que eu tenho que fazê, e todo mundo sabe que a vaca você tem que tá todo dia aí, não tem feriado, não tem sexta-feira santa, igual hoje (risos), nós temo que

---

<sup>91</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

trabalhá, não, não tem, você não tem aquela folga durante o dia, tem a tuas hora que tu para, chega as dez as doze ali, até as uma, uma e meia, daí você começa e vai até noite e é um trabalho não é difícil de fazê, mas você tem que te horário pra isso.

Vagner: Por exemplo, num dia como hoje o senhor começou que hora?

Altair: Eu começo quinze pra seis da manhã.

Vagner: Quinze pra seis, aí tira o leite e faz o quê?

Altair: Primeiro a gente vai ordenhá as vaca e daí depois daquilo começa a arrumá o trato, prende as vaca trata elas, depois disso larga no piquete que vai pra grama e aí a gente faz o resto do serviço que tem na propriedade, e até as quatro hora da tarde, as quatro hora é hora de ordenhá de novo.<sup>92</sup>

As vacas têm que ser ordenhadas e alimentadas de domingo a domingo, em dias santos, assim como no dia em que foi realizada a entrevista. De acordo com a fala do senhor Altair parece que a rotina de alternar horas de trabalho e horas de descanso é apenas uma fantasia em relação ao meio rural, ao menos para os trabalhadores. Diante de inúmeras tarefas que devem ser realizadas na lida com os animais e com o restante das tarefas na propriedade – a limpeza do pátio, concerto de cercas, entre outros – trabalham do amanhecer ao escurecer, muitas vezes fazendo uma pausa somente para o almoço. A trabalhadora Louvane Maria Strenske, narra sobre o trabalho na granja de suínos onde trabalha com o esposo:

Jaqueline: Quantos chiqueiros têm?

Louvane: Dois mil e trinta e dois porco (risos).

Jaqueline: Mas como é que é assim, consegue explicar assim como que é, qual é o serviço, tipo de manhã vocês acordam e como é o dia-a-dia de vocês?

Louvane: É cada dia é o mesmo serviço, de manhã levanta vai tratá os porco, limpa o chiqueiro, trata os porco, e é quatro vez por dia que trata os porco e duas vez limpa o chiqueiro.

Jaqueline: Quatro vezes por dia que trata os porco? Sempre que horários?

Louvane: As seis, as dez, as duas e as seis da tarde.<sup>93</sup>

O “é cada dia o mesmo serviço” junto com os horários marcados para alimentar os animais – além dos outros cuidados com os animais, como a medicação – parece assemelhar o trabalho no campo com o trabalho em uma indústria. Obviamente, os horários não são seguidos à risca, mas estão definidos e, de uma forma ou de outra, exercem pressão sobre a vida e o trabalho dos trabalhadores. O que acontece é que a organização do trabalho é sempre pensada para melhorar a qualidade de vida dos animais, não dos trabalhadores. O objetivo é ter um porco mais “sadio”, um frango mais gordo, um leite com maior qualidade. A produção

<sup>92</sup> Idem, ibidem.

<sup>93</sup> STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista citada.

é organizada e planejada para que se chegue a estes fins, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar os preços.

Compreender o processo de transformações drásticas nos modos de viver, produzir e trabalhar exige muito mais do que quantificações. O aumento da renda mensal ou a utilização de tecnologias na produção não faz com que um período possa ser avaliado como de ganhos para a classe trabalhadora em comparação com outro. Muito pelo contrário, o processo de reorganização com o qual lidamos destrói modos de vida e de trabalho. Expropria o pequeno proprietário de suas terras quando este não consegue adaptar-se às novas formas de produzir e do trabalhador que já não possui os meios de produção lhe é arrancado até mesmo seu saber sobre a execução do seu trabalho, é expropriação total.

Ao compreender que nas últimas cinco décadas os trabalhadores rurais foram perdendo autonomia em relação à organização da vida e do trabalho não estou romantizando o passado. Sem exceção, as narrativas dos trabalhadores que vivenciaram o período, narram o processo da derrubada da mata e formação da lavoura, onde nem mesmo o arado animal é possível de se utilizar como muito duro: muito trabalho e pouca comida na mesa.

O que quero dizer é que não se trata de comparar o que é melhor ou pior, moderno ou atrasado. Se trata de analisar um processo histórico no qual modos de vida e trabalho são alterados, construídos e reconstruídos dentro de um campo de possibilidades o qual exerce limites e pressões sobre os sujeitos. Os termos “modernização” ou “mecanização” positivam e principalmente homogeneizam um processo que não é interpretado da mesma forma por todos. Para muitos “modernizar” o campo significou perder a terra de onde tiravam o sustento para a família ou o endividamento na tentativa de se manter no campo. Para os trabalhadores sem-terra o trabalho tornou-se escasso, o que os obrigou a deslocarem-se para a cidade.

Neste primeiro capítulo, buscamos analisar as transformações nas formas de produzir no campo a partir da década de 1970 e quais foram os sentidos e significados atribuídos a este processo pelos trabalhadores que o vivenciaram. A alteração da legislação trabalhista também é característica deste período, narrado hegemonicamente como de “modernização do campo”. A classe trabalhadora do campo lutou pela manutenção e cumprimento dos direitos já adquiridos e para que outros fossem conquistados. A burguesia agrária, por sua vez, sempre negou-se ao cumprimento destes direitos e luta pela alteração e flexibilização da legislação trabalhista rural até os dias atuais. Sobre as relações de trabalho no campo da região e a legislação que as regulamenta trataremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### RELAÇÕES DE TRABALHO E CAPITALISMO NO CAMPO: “QUERIA VIVÊ, ENTÃO, TINHA QUE TRABALHÁ”

No início do ano de 2013 a bancada ruralista, tendo como principal expoente a senadora Kátia Abreu<sup>94</sup>, iniciou um debate no Congresso Nacional sobre a necessidade de alterar a legislação trabalhista rural vigente para o avanço do chamado agronegócio. Entre as propostas de mudança estariam o aumento da jornada de trabalho no período da colheita para 10 horas e ajustes no regime de terceirização. Ainda questionam os projetos de lei (PLs) que exigem autorização da vigilância sanitária para o funcionamento de alojamentos rurais. Porém, o principal problema para a bancada ruralista estaria na Norma Reguladora 31 (NR31)<sup>95</sup>, que possui 252 exigências relacionadas as condições dignas de saúde, transporte e segurança para os trabalhadores.

Esta discussão também está relacionada à mudança na definição do trabalho escravo em 2003. O artigo 149 do Código Penal brasileiro, atualizado em dezembro de 2003, define o trabalho escravo contemporâneo da seguinte forma: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.<sup>96</sup>

No ano de 2012 ocorreu a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que ficou conhecida como a PEC do trabalho escravo, que propõe o confisco das terras nas quais forem encontrados trabalhadores em condições análogas à escravidão, destinando-as para a Reforma Agrária. Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto está

---

<sup>94</sup> Kátia Regina de Abreu atualmente é senadora do estado do Tocantins pelo PMDB. Membro Titular das Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos, e de Agricultura e Reforma Agrária. Kátia Abreu também é presidente da CNA (Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil). Kátia Abreu é conhecida por sua posição combatente contra os movimentos de luta pela terra, sendo que defende ferozmente o direito da propriedade privada. Também defende a flexibilização da legislação trabalhista rural, tendo como justificativa o avanço do *agronegócio* no Brasil.

<sup>95</sup> Norma Reguladora 31 (NR31). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

<sup>96</sup> Lei Nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2013.

parado no Senado, em grande parte por pressão da bancada ruralista, que exige uma revisão do atual conceito de “trabalho escravo”, alegando ser muito vago.<sup>97</sup>

Caso tais propostas vindas dos representantes do agronegócio no Congresso Nacional fossem efetivadas, significariam um retrocesso para os trabalhadores e a intensificação das relações de exploração capitalistas no campo, direitos que foram conquistados num longo processo de luta seriam perdidos.

A complexidade nas relações de trabalho no campo é usada como pretexto pela classe dominante para tentativas de mudanças e extinção de direitos trabalhistas já garantidos. Porém, defendemos que é exatamente por esta complexidade que novas leis e normas devem ser criadas para assegurar cada vez mais condições dignas de trabalho e de vida aos trabalhadores rurais no Brasil.

Este capítulo tem como problemática a investigação e interpretação das diferentes relações de trabalho no campo do Oeste paranaense entre os anos de 1970 e 2012. Enfatizando os embates e as transformações que ocorrem em torno das relações de trabalho neste período.

Atualmente, os defensores do chamado agronegócio, buscam deslegitimar a legislação trabalhista rural, afirmando que ela breca o avanço da agropecuária e que é incompatível com as relações de trabalho no campo. De forma semelhante – considerando as especificidades temporais – o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, foi intensamente criticado pela burguesia rural da época por ser o causador do fim do sistema de colonato, utilizado em algumas regiões do país principalmente para o cultivo de cana de açúcar e café e também por criar uma preferência do trabalhador volante ao permanente, sendo que o primeiro não estava incluso no estatuto.

Maria Aparecida de Moraes Silva afirma que embora os trabalhadores rurais tenham adquirido alguns direitos a partir de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, como salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, estas na prática não foram efetivadas. O Estatuto do Trabalhador Rural acrescentou “concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança.”<sup>98</sup> Na perspectiva da autora:

---

<sup>97</sup> JÚNIOR, José Coutinho. Novo alvo: Ruralistas querem precarizar legislação trabalhista do campo. **MST**. 15 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Novo-alvo-ruralistas-querem-precarizar-legislacao-trabalhista-do-campo>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

<sup>98</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo. Editora Unesp, 1999. p. 64.

O ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho.<sup>99</sup>

O empregador era obrigado a pagar 27,1% sobre as jornadas de trabalho dos trabalhadores permanentes. Portanto, teria se tornado muito custoso aos fazendeiros a manutenção do trabalho permanente, dando preferência ao trabalhador eventual, temporário. Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva, esta situação não foi modificada com a Lei nº 5.889, de 1973, que substituiu o ETR e que não regulamentou o trabalho temporário. Em 1978, a lei nº 6.019 “precarizou” ainda mais o trabalho eventual, o definindo como aquele que não ultrapassasse os 90 dias, o que são 3 meses. Os contratados por intermediários não teriam nenhum benefício daquela nova lei, o que segundo a autora excluiu definitivamente os trabalhadores eventuais da legislação trabalhista.

Embora o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, assim como as leis posteriores nº 5.889, de 1973, e nº 6.019, de 1978, não regulamentaram o trabalho temporário criando uma preferência a ele pela burguesia agrária, não podemos desconsiderar que o ETR foi resultado também de um processo de lutas dos trabalhadores rurais e não uma simples concessão do Estado à classe trabalhadora. Portanto, não é o ETR o responsável pela expulsão dos trabalhadores permanentes do campo e sim a classe patronal rural que se negou a cumprir os direitos trabalhistas encontrando uma brecha através do trabalho eventual, reorganizando a produção agropecuária.

Segundo Fernando Teixeira da Silva, o processo de expulsão de trabalhadores residentes havia iniciado muito antes do Estatuto do Trabalhador Rural. Já na década de 1950, no Estado de São Paulo, o sistema de colonato começa a desaparecer e cede lugar ao trabalhador volante. Nesse momento, os fazendeiros começam a incorporar até mesmo as terras que eram utilizadas pelos colonos para subsistência, para o cultivo da cana. Para os fazendeiros torna-se muito mais interessante contratar trabalhadores assalariados, volantes, do que manter trabalhadores residentes em suas terras.

Os grandes proprietários de terra comumente afirmavam ser o Estatuto o responsável pela preferência do trabalho volante ao fixo, pois encarecia a mão de obra devido aos encargos trabalhistas, fato que gerou o aumento de ações trabalhistas contra os fazendeiros.

---

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*.

Porém, estas informações tinham caráter ideológico, o de deslegitimar o ETR. Segundo Fernando Teixeira com o Estatuto do Trabalhador Rural:

Uma série de lutas acumuladas pela expansão dos direitos trabalhistas no campo encontrou vazão institucional. Do início de 1963 até o golpe, não foram apenas os movimentos pela reforma agrária que estiveram na mira das articulações golpistas, mas também o rápido processo de organização dos trabalhadores rurais e suas conquistas no terreno dos direitos trabalhistas no campo. Mesmo em Pernambuco, onde as Ligas Camponesas ganharam uma aura legendária, os sindicatos de trabalhadores rurais as ultrapassaram em importância, em 1963.<sup>100</sup>

Assim, a classe patronal rural no período buscava desarticular a organização dos trabalhadores e o ETR entendido como resultado de lutas dos trabalhadores rurais pela ampliação dos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos foi fortemente criticado.

Ângelo Priori<sup>101</sup>, analisou os embates acerca da legislação trabalhista e da formação dos sindicatos rurais no Paraná, durante as décadas de 1950 e 1960 no norte do Estado. Para tanto, o autor descreve e interpreta as relações sociais de trabalho vividas neste período nas plantações cafeeiras daquela região, fazendo crítica à forma simplista com que os governantes do período analisado tratavam as relações de trabalho no campo, na tentativa de estender os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos, pressionados pela efervescência dos movimentos sociais no campo, Priori afirma que:

As relações de trabalho no campo são complexas. Não são apenas relações do tipo assalariado. Pelo contrário, nas décadas de 50 e 60 [do século XX], época do debate acerca da extensão da legislação, encontrávamos no campo as mais diversas relações de trabalho: colonato, parceria, assalariamento, arrendamento, empreitadas, jornadas etc. Esta complexidade requer uma análise muito mais pormenorizada do que a que se estabeleceu com o Estatuto do Trabalhador Rural.<sup>102</sup>

Tratando especificamente da região Norte do Paraná as principais relações de trabalho seriam o colonato e a parceria, mas também cita o trabalhador camarada e o volante. No colonato combina-se a força de trabalho de toda a família, mulher e filhos maiores de 14 anos. Cada chefe da família era responsável por tratar de um número de pés de cafeeiros, de acordo

---

<sup>100</sup> SILVA, Fernando T. “Justiça de Classe”: Tribunais, Trabalhadores Rurais e Memória. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.4, n.8, julho-dezembro de 2012, p. 124-160.

<sup>101</sup> PRIORI, Ângelo. **O Protesto do Trabalho**: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, p.16.

com o tamanho de sua família, na proporção de 2000 a 3000 pés por pessoa adulta. O colono ainda poderia ter o direito de plantar produtos para a subsistência entre os pés de café, ou em uma roça separada – a palhada ou terra solteira e também usufruía de uma moradia.

A relação denominada de parceria significou uma saída para os anos subsequentes, as geadas no início do século XX no Norte do Paraná, às vezes substituindo a relação de colonato. A forma mais comum era a meação: metade da produção para o trabalhador e a outra metade para o proprietário. O proprietário cedia a terra, com os cafezais danificados, para que os parceiros plantassem culturas como o milho, feijão e arroz até que os cafezais estivessem novamente em condições de produzir.

A parceria descrita por Priori, vivida nas décadas de 1950 e 1960 no norte do Paraná é diferente da relação denominada de parceria nos últimos anos no Oeste do Estado. Nesta região, atualmente, parece que a relação de parceria é uma forma encontrada por muitos proprietários de terra para fugir das despesas ocasionadas na contratação legal de um trabalhador. Esta relação é estabelecida principalmente com os integrados as agroindústrias na criação de suínos e frangos e também com os produtores de leite. Isso justifica-se porque são atividades que exigem mais mão de obra do que a lavoura de grãos, que é predominante na região. Esta relação em alguns casos é intermediada de forma contratual ou em outros apenas verbal, na qual o pagamento é caracterizado por uma percentagem da produção. A parceria mascara uma relação que na verdade é de empregador e trabalhador.<sup>103</sup> A relação de parceria foi regulamentada pelo artigo 96 do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964:

§ 1º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente [...]<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> No artigo 2º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que reformula o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. E no artigo 3º da mesma Lei “considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2013.

<sup>104</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)>. Acesso em: 30 set. 2013.

A parceria descrita pela lei difere das narrativas de alguns trabalhadores sobre as relações que atualmente também são denominadas de parceria, principalmente porque a relação vivida por estes trabalhadores é baseada na prestação de serviços aos proprietários, cumprindo ordens e sob a vigilância destes. Diferente do que aponta o Estatuto da Terra, em que o parceiro possui certa autonomia em relação ao dono da propriedade no que diz respeito ao trabalho. Isto demonstra a transformação das relações de trabalho no campo da região. Tanto que não encontramos na região trabalhadores vivendo na condição de parceria descrita no Estatuto da Terra. Neste caso, parece uma mudança que acontece pressionada pela classe dominante para que a relação de parceria se “adapte” as novas configurações do capitalismo no campo. Ainda no artigo 96 do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o parágrafo quarto adverte sobre a regulamentação pela legislação trabalhista nos casos de simples locação de serviços:

§ 4º Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte em percentual na lavoura cultivada ou em gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo das 2 (duas) parcelas.<sup>105</sup>

A locação de serviços descrita, corresponde ao que é denominado de parceria atualmente na região. Assim, são garantidos pela legislação trabalhista os direitos dos trabalhadores que vivem esta relação, o que não tem acontecido. Como ocorreu com o trabalhador Altair Cunico, que dentre as diversas relações de trabalho vividas no campo também foi parceiro:

Vagner: O senhor falava que antes daqui o senhor trabalhava a quinze por cento, aí não tinha salário?

Altair: Eu trabalhava a vinte por cento lá no Arnaldo Wurfel, só que lá o máximo que nós chegamos lá era trezentos litro o dia, ele só tinha dezessete vaca e ele não tinha como pagar salário pra nós, ele também é, tem as terrinha dele lá ele já tava aposentado e daí ele me pediu pra ir lá, ele queria aumentar as vaca, mas hoje pra você aumentar a quantia de vaca ou você compra vaca que tá produzindo ou cria novilha, mas não é assim de hoje pra amanhã pra você, uma novilha desde que ela nasce pra virá uma vaca ela vai ter dois ano de idade, então você tem que trabalha muito em cima disso, tem que trabalhá dois ano esperando pra tu recebe depois e ele não tinha pra ele

---

<sup>105</sup> Idem, ibidem.

comprá vaca, só se ele financia-se mas daí também é, não é fácil você financia pra ficá pagando vaca pra o banco e daí ele me deu vinte por cento. Eu falei pra ele: “você não tá sobrando vinte por cento pra você, não sobra vinte por cento, e tu tá pagando vinte pra cento pra mim”. Já tinha coisas que ele tava pegando do salário dele, que ele recebia da aposentadoria, pra pagar despesa do gado. E daí eu falei: “não tem”. E eu, com vinte por cento não dava que chega, tinha mês que nós tirava oitocentos real entre dois, então você não consegue entre duas pessoas tirá oitocentos real, não tem cabimento né? Não dava nem um salário pra cada um e daí eu parei lá daí que eu vim aqui com, que se fosse pra ele pagá um salário e mais os vinte por cento daí não tinha, daí ele ia ter que pegar o salário dele de aposentado pagar pra mim mais os vinte por cento do leite, e o leite não dava que chega pra cobrir as despesa de, por que pra produzi o trato ele tem que comprá semente, adubo, pagá o trator ele não tinha, tinha que pagá tudo isso, e pra as novilha que ela tá criando ele leva dois ano e dois ano é muito tempo pra você ficá gastando, gastando e não tê retorno né?<sup>106</sup>

O senhor Altair e sua esposa trabalhavam como parceiros para um pequeno proprietário de terras no município de Pato Bragado. A relação foi mediada por meio de um contrato firmado em cartório, o qual estabelecia uma relação de parceria entre o senhor Altair e o dono da propriedade. O casal recebia vinte por cento do total da produção de leite, o que muitas vezes não alcançava um salário mínimo para cada um. A esposa do senhor Altair, dona Leira, trabalhava também como empregada doméstica na cidade, para complementar o baixo rendimento mensal.

Apesar da situação de exploração e precariedade, o trabalhador parece compreender a situação do antigo patrão e coloca-se como sujeito, sendo que o entendimento das dificuldades e a decisão de ir embora teria partido dele. Isso porque o senhor Altair anteriormente também já havia passado pelas mesmas dificuldades quando produzia leite numa propriedade arrendada e pela experiência de ter contraído dívidas com créditos bancários destinados à agropecuária, interpreta como extremamente negativo a dependência de financiamentos para manter a produção.

O trabalhador também sabe quais são seus direitos, por isso afirma que não tem cabimento ganhar menos do que um salário mínimo por mês. A decisão de não continuar trabalhando sobre essas condições também parte do conhecimento de outras possibilidades de trabalho, que ao menos garantiriam esse salário mínimo. O proprietário de terras parceiro do trabalhador era aposentado, possuía uma pequena quantia de terras, destinada praticamente toda à produção de leite. Como não tinha mais condições de trabalhar e seus filhos haviam se deslocado para a cidade, a alternativa para manter a produção de leite era a força de trabalho

---

<sup>106</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

alheia à família e a solução encontrada foi a relação de parceria, que o eximia de despesas com a contratação legal, como os encargos trabalhistas e previdenciários. Também o poupava de problemas que poderia ter com a aposentadoria, caso passasse a ser empregador<sup>107</sup>. Sobre a aposentadoria de agricultores, segundo a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, que acrescenta artigos a Lei nº 5.889 de junho de 1973, que regulamenta o trabalho rural:

Não descaracteriza a condição de segurado especial: I – a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.<sup>108</sup>

Com o contrato de parceria para a produção de leite, o pequeno proprietário não deixava de enquadrar-se no regime de economia familiar e continuava a ser segurado especial. Porém, não conseguiu manter a produção de leite, o que lhe sobrava dos gastos com as vacas – entre alimentação, medicação e despesas com a limpeza dos equipamentos – era insuficiente. Muitas vezes, teve que tirar de sua aposentadoria e de sua esposa para pagar os vinte por cento do casal de trabalhadores. Como a situação era insustentável para os trabalhadores, foram em busca de outro trabalho. Assim, o proprietário de terra viu-se obrigado a vender o plantel de vacas que possuía. Situação enfrentada por muitos agricultores que não conseguem “modernizar” suas propriedades e não enquadram-se neste mercado estruturado sobre a lógica capitalista.

O casal de trabalhadores Marlete e José Gittler tem três filhos e no período da entrevista eram casados há 23 anos. Durante este período, percorreram boa parte do campo da região Oeste do Paraná trabalhando com a produção de leite e criação de suínos, em diferentes relações de trabalho. Falam sobre locais de trabalho no município de Mercedes, nos distritos de Iguaporã, São Roque e Bom Jardim em Marechal Cândido Rondon e ainda em Nova Santa Rosa. A primeira entrevista que realizei foi apenas com a dona Marlete, em dezembro de 2009, na Linha Passo Fundo em Bom Jardim, distrito de Marechal Cândido Rondon. O

---

<sup>107</sup> Ao empregar trabalhadores o proprietário não se enquadra mais no que é denominado “regime de economia familiar”, o que dificulta o processo de aposentadoria ou quando já aposentado pode significar a perda desta. Segundo a Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991, “entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2013.

<sup>108</sup> Lei Nº 11.718, de 20 de junho de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm)>. Acesso em: 14 out. 2013.

contato inicial deu-se através da ajuda do técnico agropecuário da Frimesa Cooperativa Central. Neste momento, trabalhavam para um produtor de leite e recebiam como salário dez por cento da produção:

Jaqueline: E assim como que vocês é, a forma de pagamento como que vocês ganham?

Marlete: Nós ganha dez por cento do leite.

Jaqueline: Dez por cento?

Marlete: Dez por cento.

Jaqueline: No total.

Marlete: Sim.

Jaqueline: Vocês tem carteira assinada alguma coisa?

Marlete: Nada, nada, nada, nós tamo trabalhando frio!

Jaqueline: Frio, sem contrato nada?

Marlete: Sem contrato nada.

[...]

Jaqueline: Mas daí o que é que a senhora acha de trabalhar sem ter carteira assinada?

Marlete: Eu acho muito ruim porque se a gente se machuca qualquer coisa não sabe como se encosta, porque nós não temo nada pra ir pra frente, que é bastante ruim pra nós isso.

Jaqueline: Mas daí porque vocês continuam trabalhando aqui?

Marlete: (Risos) Até que a gente gostava de acha um outro lugar melhor né? Porque não é fácil também consegui outro lugar.<sup>109</sup>

O casal de trabalhadores, Marlete e José, não possuía contrato formal que regulasse a relação com os patrões e muito menos a carteira de trabalho assinada – não que o primeiro exime o segundo, e vice e versa –, o que é significado por dona Marlete como extremamente negativo. Para a trabalhadora o contrato de trabalho serviria como prova no caso de algum acidente, o que havia ocorrido com o seu esposo José em outro local de trabalho, quando perdeu a visão de um dos olhos.

O mercado de trabalho restrito na região Oeste do Paraná fixa limites e exerce pressões sobre estes trabalhadores, ainda mais para os trabalhadores com os quais estamos lidando nesta pesquisa, com um nível de escolaridade baixo e faixa etária acima de quarenta anos, o que diminui ainda mais as alternativas possíveis. Quais seriam suas possibilidades de trabalho na cidade? As agroindústrias, a construção civil? Além disso, morar e trabalhar no campo normalmente garante a moradia<sup>110</sup> e elimina os gastos com água e energia elétrica.

<sup>109</sup> GITTNER, Marlete. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência da entrevistada na Linha Passo Fundo, distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon – PR.

<sup>110</sup> No meio rural o proprietário pode descontar até vinte por cento do salário para despesas com moradia, na região isso não é comum. A moradia, ao menos teoricamente, é gratuita. Obviamente que de uma forma ou outra

Esses são alguns dos motivos que levam muitos trabalhadores do campo a aceitarem condições de trabalho precárias. Entendem que, apesar de tudo, morar e trabalhar no campo ainda é melhor do que as vagas de trabalho ofertadas na cidade.

Na entrevista que realizei com o casal Marlete e José Gittler, em maio de 2010, já estavam trabalhando em outra propriedade também com vacas leiteiras, no município de Pato Bragado. Eles narram os motivos pelos quais permanecem no campo:

Jaqueline: Quanto tempo vocês trabalham assim no meio rural, com vaca, com porco?

José: Desde que nós casêmo, isso são, vai pra vinte e três anos agora em maio. Sempre mexêmo com porco e vaca porque na cidade não dá pra ficá hoje, se não tivé um emprego bom tem que continuá no serviço pesado, nas vaca e porco.

Jaqueline: É melhor então no interior?

José: Ah é, tá mais fácil de arrumá serviço também.

Jaqueline: E assim vocês gostam assim por isso, ou?

José: É, que na cidade, até tem uma casinha na cidade, mas não, não tem um emprego bom que os dois ganham é difícil.

Marlete: É, o último caso vâmo morá na cidade (risos).<sup>111</sup>

Apesar de possuírem uma casa própria na cidade, José e Marlete continuam trabalhando e morando no campo. Não porque no campo o ar é puro e a paisagem bela, como é apresentado idilicamente. Mas, porque parece haver maior facilidade por eles em conseguir trabalho, até mesmo pelos anos de experiência que possuem no trabalho em atividades agropecuárias, enfrentando condições extremamente precárias e de exploração, o campo ainda é a melhor dentre as restritas possibilidades.

Há um certa insistência em permanecer no campo, para quem nasceu e cresceu trabalhando no meio rural um deslocamento para a cidade não seria fácil. O senhor José e a dona Marlete possuem grande conhecimento na lida com as vacas leiteiras e na criação de suínos, que adquiriram ao longo da vida dedicada a este trabalho. Durante toda a entrevista, narram detalhadamente e com o orgulho esse conhecimento sobre as doenças dos animais, as formas de tratar e a melhor alimentação. São sentidos e significados construídos pelos trabalhadores em suas narrativas. Mesmo que não possuam escolaridade, no campo a sua

---

estes vinte por cento ou até mais do que isso são retirados do trabalhador através da mais-valia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

<sup>111</sup> GITTLER, José. GITTLER, Marlete. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistado na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

experiência e os seus saberes são muito valiosos. Mas, na cidade isso em nada contribuiria para conseguir um bom trabalho.

Em sua narrativa, o senhor José afirma que “tá mais fácil de arrumá serviço” no meio rural e ao que tudo indica realmente o trabalhador está certo. Uma vasta bibliografia discute o deslocamento maciço de trabalhadores do campo para a cidade, o que é conhecido como êxodo rural. Com a chamada “modernização do campo”, o trabalho havia se tornado escasso, sendo que a máquina ocupou o lugar do homem. Entretanto, o que temos visto atualmente é a necessidade e a falta de mão de obra nas atividades agropecuárias, na região Oeste do Paraná, principalmente na criação de suínos, frangos e na produção de leite. Atividades que, apesar de utilizarem alta tecnologia, não dispensam o trabalho manual.

A falta de mão de obra no campo tornou-se uma das principais reclamações da classe patronal – a burguesia agrária – ao ponto das ofertas de trabalho em classificadas de jornais e programas de rádio tornarem-se frequentes nos últimos anos. A contratação, que antes era realizada por meio de contatos com pessoas, não é mais suficiente, é necessária uma procura mais abrangente.

Por muito tempo, praticamente todos os dias no horário do almoço, escutei o programa de rádio denominado “Time das Panelas”, apresentado pelo locutor Délcio Luiz Parada, na Rádio Educadora AM, de Marechal Cândido Rondon. O “Time das Panelas”, além do “momento de fé”, no qual se pedem orações pelas mais diversas causas, é um programa de utilidade pública, em que as pessoas vendem, trocam, compram, oferecem e procuram trabalho. E não ocorre um programa sem uma oferta de trabalho no campo: para trabalhar com vacas de leite, em granjas de suínos, aviários ou na lavoura.

Salette Inês Walter ao problematizar o periódico *O Presente Rural* como fonte, analisa o modo como o periódico trata a “falta de mão de obra no campo”. Para a autora, não falta mão de obra para o campo como tem afirmado o jornal e sim existe uma negação dos trabalhadores às péssimas condições de trabalho neste meio, incluindo salários baixos e longas jornadas de trabalho<sup>112</sup>.

Em matéria intitulada “Terceirização pode ser solução para falta de mão de obra”, citada por Salette Walter, a terceirização é apontada como um caminho para driblar esse problema no campo, a falta de mão de obra e, principalmente, de trabalhadores qualificados. É o que acontece com a Cooperativa Copagril, que terceiriza a recolha dos frangos nos

---

<sup>112</sup> WALTER, Salette Inês. **Experiências Sociais e Relações de Trabalho dos Trabalhadores Pegadores de Frango e Batedores de Caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

aviários, realizada pelos pegadores de frango e batedores de caixa, sujeitos da pesquisa de Walter.

O que existe de comum em todas as matérias do jornal que tratam sobre a falta de mão de obra qualificada no campo, é a ocultação dos próprios trabalhadores. Para estes não existe espaço neste meio de comunicação. As péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores do campo não são vistas como causa deste problema. Muito pelo contrário, os trabalhadores são tratados como culpados da situação, porque não qualificam-se e porque não querem trabalhar. Assim, afirma-se na matéria “Falta mão de obra pelo interior do Brasil”.<sup>113</sup> A falta de mão de obra é tratada como um empecilho para o desenvolvimento do *agronegócio* na região, sendo que, em muitos casos, é necessário paralisar determinada atividade no campo pela falta de trabalhadores, o que teria acontecido com a família Vanzella:

A família Vanzella é tradicional do Oeste do Paraná para o agronegócio, tanto que o presidente da cooperativa Frimesa, que engloba outras cooperativas da região, é Valter Vanzella, que também presidiu a Cooperativa Agroindustrial Copagril, de Marechal Cândido Rondon. Assim, a família sempre procurou dar exemplo aos demais cooperados de que vale a pena investir no setor. Porém, depois de 25 anos trabalhando como produtores de leite, numa propriedade altamente tecnificada, em São José das Palmeiras, precisaram parar com a atividade há cerca de três meses. “Estava difícil para achar e depois manter mão de obra qualificada para trabalhar com o gado. Quem tem gado de leite sabe, não dá para ficar mudando toda hora porque atrapalha a produção. “E precisa ser pessoa que goste de animais e seja preparada”, justifica Eduardo Vanzella, filho de Valter.<sup>114</sup>

Mesmo “faltando” mão de obra, a qualificação do trabalhador é um pré-requisito para trabalhar com o gado. Parece que a culpa é atribuída aos trabalhadores, por não qualificarem-se, por não submeterem-se às especificidades do trabalho no campo. A matéria possui um tom melancólico: “Eduardo lamenta a falta de material humano, o que compromete a possibilidades de expansão rural.”<sup>115</sup> Denominar de “material humano” os trabalhadores demonstra que para Eduardo Vanzella e para o jornal, estes nada mais são do que um meio – a força de trabalho necessário – para chegar a “expansão rural”. Pode-se imaginar quais eram as condições de trabalho na propriedade da família Vanzella.

<sup>113</sup> Falta mão de obra pelo interior do Brasil. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Jun./Jul. 2011, p. 07.

<sup>114</sup> Idem, Ibidem.

<sup>115</sup> Idem, Ibidem.

Portanto, o campo está se tornando uma alternativa de trabalho até mesmo aos trabalhadores da cidade? Filhos e netos daqueles que foram expropriados e expulsos no decorrer de um processo histórico de transformação do meio rural.

Segundo o historiador Antônio de Pádua Bosi, o processo histórico de industrialização da região Oeste do Paraná – ancorado principalmente na produção e processamento da carne de frango – tem como principais características a abundância de matéria prima e a utilização de força de trabalho barata:

Fato a ser ressaltado é o contraste entre o dinamismo da economia (caracterizado pelas atividades industriais de processamento da soja, do milho, do leite e da carne) e a formação do mercado de trabalho na cidade e no campo. As médias salariais (agricultura, comércio e indústria) congelaram em torno do valor de até 2 salários mínimos, e foram mantidas assim também pela atuação das cooperativas e das empresas articuladas à agroindústria devido ao seu peso nesta economia regional. O sentimento de alguns trabalhadores sobre esta estrutura do mercado de trabalho acusa esta compressão salarial: “(...) eu comentei com ele [patrão] de aumentar o salário. Só que o pessoal aqui é meio, assim, todas as indústrias, tudo o que gira em redor aqui, gira tudo numa média salarial, pelo menos nas indústrias”. Este sentimento realça o que podemos denominar de “dinâmica inercial” do mercado de trabalho, uma poderosa alavanca para a acumulação de capital.<sup>116</sup>

Embora possa ser que o campo esteja se tornando uma possibilidade para os trabalhadores urbanos, as condições de trabalho são iguais ou até piores. A média salarial dificilmente ultrapassa os dois salários mínimos; talvez apenas para os trabalhadores que recebem percentagem da produção talvez em meses de alta produtividade e preço bom dos produtos. A jornada de trabalho normalmente é maior do que oito horas diárias, às vezes alternada entre períodos de trabalho e descanso. Concordamos com Antônio Bosi ao afirmar que existe uma dinâmica inercial do mercado de trabalho da região tanto no campo quanto na cidade. A média salarial está congelada em dois salários mínimos e as condições de trabalho alternam-se entre péssimas e extremamente péssimas.

Trabalhar recebendo percentagem da produção é visto como uma possibilidade de aumentar a renda que é padrão. Porém, se tem o efeito contrário e a renda diminui drasticamente em meses de baixa produtividade. Sobre isso narram os trabalhadores José e Marlete:

---

<sup>116</sup> BOSI, Antônio de Pádua. **Acumulação de capital, industrialização e exploração do trabalho no Oeste do Paraná (1960-2010)**. 2013, p.14.

Jaqueline: Mas como é que vocês recebiam lá, dez por cento né?

José: É dez por cento do leite, mas se deixava por conta dele ficava meio ano sem recebe, nunca sobrava nada do leite não sei o que é que tava acontecendo lá, nós chegêmo a ter cheque, o mais alto chegou a mil e quatrocentos, sabe catorze mil e, catorze quatrocentos e pouco foi, deu mil quatrocentos e dezesseis reais pra nós, dez por cento.

Jaqueline: Esse o mais alto então?

José: O mais alto, e daí foi caindo de novo, o primeiro mês que nós tava lá deu mil cento e dez, depois agora no final, do fim do ano pra frente começou a cair porque as vaca começaram a seca muito né? Não, não tem mais leite, não produz mais muito, daí chegou a quatrocentos e oitenta reais o salário, de dez por cento, depois foi pra quinhentos e sessenta, depois foi pra seiscentos e noventa foi, aí o último, o último mês que nós trabalhêmo já deu de novo setecentos e oitenta.

Jaqueline: É mais isso não dá nem um salário mínimo pra cada um?

José: Não, ficô longe de um salário mínimo.<sup>117</sup>

O trabalhador relata a dificuldade de receber apenas a porcentagem da produção chegando a um valor absurdo de quatrocentos e oitenta reais para o casal, o que representa duzentos e quarenta reais para cada um, situação enfrentada por muitos dos trabalhadores que recebem por porcentagem. No caso de Marlete e José, como se não bastasse o baixo salário, o pagamento sempre atrasava.

O casal narra que os proprietários estavam com problemas na produção de leite, que estava diminuindo. Na entrevista relatam uma grande dificuldade que tinham no controle dos carrapatos no plantel de vacas. Relatam ainda sobre a falta de manutenção dos equipamentos da ordenha. Tudo isso prejudicava muito a produtividade, o que conseqüentemente interferia no salário que recebiam. O “produtor de leite” para quem trabalhavam passava por problemas financeiros, embora possuísse uma propriedade acima da média da maioria, cerca de 60 hectares. Isso nos leva a questionar novamente as dinâmicas que constituem o sistema de produção agropecuária. Porque alguns proprietários de terra alcançam altos níveis de produtividade, conseguindo manter-se no campo e até acumular capital enquanto outros, numa propriedade com a mesma área e, às vezes até maior, mal conseguem sobreviver?

Se perguntássemos isso a um dos técnicos das cooperativas na região provavelmente responderiam que alguns sabem investir o dinheiro e modernizaram suas propriedades aumentando a produção e assim gerando uma renda maior. Estes seriam os chamados empreendedores rurais. O curioso nisso tudo é o por que muitos tentam o mesmo e acabam endividados com os bancos e em casos extremos se veem obrigados a venderem suas

---

<sup>117</sup> GITTTLER, José. GITTTLER, Marlete. Entrevista citada.

propriedades? Para o senhor José, isso é incompreensível também. Como seu patrão que possuía uma propriedade de 60 hectares de terra não estava conseguindo manter a produção de leite?

Sobre a prática de receber percentagem da produção como forma de pagamento, muito comum no campo da região, narra o trabalhador Altair Cunico:

Vagner: E naquele momento lá, o senhor fala muito que recebe aí dois por cento, lá era quinze por cento, isso era comum ou como que era? Todos os trabalhadores que o senhor conhecia trabalhavam (assim)?

Altair: Hoje a maioria mesmo ganhando salário recebe porcentagem, por que, se tu tem um funcionário que não é uma cara bom, o cara é meio preguiçoso ou coisa assim, então tu vai por ele ali, tá eu vou te dá dois salário, daí pra ele tanto faz se ele tirá cem litro das vaca ou te tirá cinquenta o dele vai sair, tanto faz né? Quem vai se lascar é o dono das vaca, agora se tu dá, não eu vô te dar cinco por cento, então quanto mais leite ele produzi, mais ele vai sobrar pra ele também, eu não pra mim tanto faz, eu pego dois por cento, lógico quanto mais eu consegui tirá das vaca, mais vai sobra pra mim também, mas eu não sô desses de chega ali agora se eu ganhasse só dois salário relaxa, deixa corre o mês por trinta dia e ele que se lasca, por que daí quem ia perde mais era ele. Desde que eu me lembro aquela época a maioria dos empregado trabalhava, pega salário e pega porcentagem então diminui um pouco no salário dá um pouquinho de porcentagem, daí a pessoa trabalha com mais interesse pra produzir mais, agora ele sabe se eu produzi mil litro a mais no mês essa porcentagem vem a mais, funciona assim, e (risos) que nem se me desse pagasse só me desse três salário em vez de me dá a porcentagem, daí eu podia só, não os meus três salário tão garantido, agora se as vaca dele dé cem litro ou eu não trata deixa corre solto ali quem vai perde é ele, eu não por que o meu vais saí, só que a gente não é de fazê essas coisa agora tem gente que faz e então por isso a maioria tanto é com porco, com aviário a maioria recebe uma porcentagem pra ter o interesse melhor pra cuida as coisa.<sup>118</sup>

O trabalhador compreende que pagar uma porcentagem da produção, mesmo quando combinado com o salário fixo, é interessante à classe patronal, é uma forma encontrada para pressionar os trabalhadores a produzirem mais. Diferente de quando tem-se apenas um salário fixo, no qual a produção não interfere. Ainda busca legitimar uma imagem de honestidade, com ou sem porcentagem da produção realiza o trabalho da mesma forma. O senhor Altair narra um local de trabalho onde recebia um salário fixo e porcentagem da produção:

Vagner: E aí o senhor trabalha como, o senhor recebe por mês, por produção?

Altair: Eu aqui pego por mês e por produção.

Vagner: Como é que é isso aí?

<sup>118</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

Altair: Que nem nós pegamos um salário de cada um, eu e a mulher, um pra cada um.

Vagner: Os dois são funcionários?

Altair: Sim, nós dois tômo trabalhando, e mais a porcentagem do leite.

Vagner: Como é que funciona essa porcentagem?

Altair: Dois por cento.

Vagner: Dois por cento, do resultado final?

Altair: É do cheque do leite o que rende, então o que deu o cheque do leite lá isso tirado dois por cento é nosso.

[...]

Vagner: Mas essa porcentagem é dois por cento pra o senhor e pra sua esposa, ou dois por cento pra família?

Altair: Não, dois por cento pra família, que então isso ali se você não tem nenhum mês que bate um mês com o outro na porcentagem, porque um mês você tem tanto leite e daí outro mês cai um pouco ou dá mais então conforme a quantia de leite que você recebe.<sup>119</sup>

Neste local de trabalho o senhor Altair e sua esposa Leira trabalhavam com vacas leiteiras. Os dois possuíam carteira assinada e recebiam um salário mínimo cada um – salário mínimo do Paraná. Além do salário fixo recebiam juntos dois por cento da produção. Embora seja característica comum receber uma porcentagem da produção, a mesma não é constante. O que percebemos é que quanto maior for a produção menor é a porcentagem paga aos trabalhadores, que então é acompanhada de um salário fixo e nas propriedades onde a produção é menor, a porcentagem paga é maior, sem um salário fixo. A propriedade onde trabalhavam possuíam uma produção de leite considerada razoavelmente grande, por isso recebiam apenas 2 por cento e um salário fixo. Porcentagem pequena se comparada com os vinte por cento que recebiam no local de trabalho anterior, porém, não havia salário fixo.

Outra característica comum na contratação de trabalhadores por produtores de leite, suínos e frangos, é o emprego de casais ou o trabalho familiar. Mesmo quando apenas o homem é contratado, a mulher, e às vezes até os filhos, auxiliam no trabalho. É o que acontecia com a trabalhadora Louvane Maria Strenske:

Jaqueline: E quanto vocês ganham aqui?

Louvane: Dois salário.

Jaqueline: Daí tem carteira assinada?

Louvane: Sim.

Jaqueline: Mas daí só o seu marido?

Louvane: Sim.

Jaqueline: Dois salários, mas vocês ganham porcentagem também ou não?

Louvane: Porcentagem dos porco.

Jaqueline: Assim quanto mais ou menos que dá por mês?

---

<sup>119</sup> Idem, ibidem.

Louvane: Isso dá mil e meio por mês, contando cinco mês, que a porcentagem é pago a cada cinco mês.  
 Jaqueline: A cada cinco meses eles pagam?  
 Louvane: Sim.  
 Jaqueline: E carteira assinada só ele tem né?  
 Louvane: Sim.<sup>120</sup>

Formalmente, apenas o senhor Ari trabalhava na granja de suínos – que pertencia também ao proprietário e produtor de leite para quem o trabalhador Altair Cunico e sua esposa trabalhavam. Porém, dona Louvane o auxiliava nas tarefas da granja, tanto que foi a trabalhadora quem explicou como o trabalho com os suínos era realizado, a entrevista foi realizada apenas com ela.

O trabalhador Altair continua narrando, mas sobre outro local de trabalho na segunda metade da década de 1990:

Altair: Sim, que isso foi em noventa e três eu tirava leite lá já, depois nós fomo mora lá, a Fabi tava com quatro, cinco anos de idade, hoje ela tá com vinte e oito, daí já eu e a mulher já, só que nós tirava leite, eu cuidava da roça, tinha as máquina que eu colhia, tinha aviário lá, tinha porco, então ela cuidava mais das vaca e nós cuidava mais da roça e tinha outro funcionário que cuidava o aviário e ajudava a fazer o serviço, mas sempre mexendo com leite, com frango e com, tudo, lá nós fazia tudo junto na mesma propriedade, era frango, era vaca de leite, era porco e lavoura, tudo.  
 Vagner: Lá não tinha porcentagem?  
 Altair: Sim eu tinha, do leite lá nós pegava quinze por cento na época, por que a mulher ajudava e eu tinha três por cento da lavoura também, né? Só que eu tinha salário também, né?  
 Vagner: O salário mais a (porcentagem)?  
 Altair: E a mulher só tirava leite então ganhava quinze por cento do leite, naquela época.  
 Vagner: O senhor era registrado naquela época?  
 Altair: Sim, desde setenta e sete.<sup>121</sup>

O trabalhador marca o tempo a partir da idade da filha – embora confunda a filha caçula com a mais velha. São tantas as relações vividas pelo trabalhador, tantas mudanças. Está tratando aproximadamente da segunda metade da década de noventa, quando trabalhava para um grande proprietário de terras e morava com sua família em uma de suas propriedades, na localidade da Linha Oriental, no município de Pato Bragado.

A narrativa do senhor Altair é expressiva para evidenciar a complexidade das relações de trabalho no campo desta região. Altair trabalhava para este fazendeiro há muitos anos

<sup>120</sup> STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista citada.

<sup>121</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

cuidando apenas das lavouras. Primeiramente, moravam em uma das propriedades e tiravam o leite apenas para o consumo da família e vendiam o pouco excedente. A partir do momento narrado, mudam-se para outra propriedade, que pertencia à mesma pessoa, onde passam a trabalhar com a produção de leite para a venda em escala um pouco maior – embora, se comparado com a produção atual, seria insignificante – e a criação de frangos e suínos, tudo numa mesma propriedade, em que também havia outro trabalhador. A esposa do senhor Altair trabalhava com as vacas leiteiras e para isso recebia quinze por cento da produção, ela não possuía carteira de trabalho assinada. Altair recebia salário fixo, carteira assinada e na colheita também ganhava três por cento da produção de grãos.

O trabalhador Guido Limberger, de quarenta e nove anos no período da entrevista, juntamente com sua esposa, trabalhavam há mais de vinte anos com vacas leiteiras para um produtor de leite na Linha São João, no distrito de Margarida, em Marechal Cândido Rondon. Os trabalhadores passaram por um processo que pode ser chamado de proletarização. Antes pequenos proprietários e agora trabalhadores sem terra:

Jaqueline: Mas lá em Capanema era, assim o senhor tinha herdado dos seus pais?

Guido: Não, a gente comprou, mas era um môm, pura pedra, não sei se você conhece a região?

Jaqueline: Não, não.

Guido: É puro môm, puro môm, não tem assim, tudo manual, não tem trator, aí não tinha como, viver em dois alqueires e meio, já naquela época, imagina hoje impossível, mas na época não progredia, não progredia, mas também apareceu essa oportunidade da gente vir aqui, deu certo, vendeu aquilo lá e comprou um lotezinho, não deu nem um lotezinho na cidade, aqueles dois alqueires.<sup>122</sup>

Possuíam uma pequena propriedade de terra com cerca de 5 hectares na cidade de Capanema. Não conseguindo sobreviver com o trabalho nesta propriedade, viram-se obrigados a vendê-la e com o dinheiro conseguiram comprar um lote na cidade de Marechal Cândido Rondon. Isso cerca de vinte anos atrás, quando começaram a trabalhar na propriedade onde estavam até o período da entrevista. Nessa propriedade, além da produção de leite realizada por Guido e sua esposa, também cria-se suínos, onde são empregados vários outros trabalhadores, inclusive o filho do senhor Guido, de apenas treze anos:

---

<sup>122</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista citada.

Guido: Sou casado tenho um casal de filhos, uma filha já casou também, tá só o menino em casa, também já trabalha um pouquinho na granja ali.  
 Jaqueline: É, o seu filho mora aqui com vocês?  
 Guido: Sim, treze anos ele tem, mas ele já trabalha um pouquinho.  
 Jaqueline: Treze anos ele tem? Ele trabalha aqui?  
 Guido: Estuda e trabalha, é daí pra não ficá em casa daí ele queria trabalhá, não pode é de menor né? Mas melhor que ficá em casa.<sup>123</sup>

Mesmo sabendo que, legalmente, o filho de treze anos não poderia trabalhar na granja do patrão, significa a atividade como positiva: “o trabalho dignifica o homem” e o ócio é considerado quase como um pecado, é melhor trabalhar do que ficar em casa. Praticamente, a família toda é empregada na propriedade. É o que acontece quando a moradia e o trabalho estão juntos no mesmo local, não existe uma separação entre local de trabalho e da vida pessoal. Mesmo quando estão dormindo estão à disposição para qualquer imprevisto que aconteça: um animal doente, um parto para fazer. O senhor Guido narra sobre a forma de pagamento dele e de sua esposa:

Jaqueline: Mas daí vocês ganham porcentagem do leite também ou não?  
 Guido: Sim comissão, a gente ganha um salário mínimo e quando a produção não alcança daí a gente ganha um salário.  
 Jaqueline: Um salário mínimo?  
 Guido: Não no mínimo, a gente tem um teto mínimo.  
 Jaqueline: Ah sim, como assim? Poderia falar quanto?  
 Guido: Dois mil, esse é o mínimo nem que o leite só dois mil né? E fora disso a gente tem oito por cento, tem épocas que dá pra tira até três mil, em época boa assim.  
 Jaqueline: Assim dois mil vocês ganham, você e a sua esposa?  
 Guido: Os dois junto, sempre foi junto, nunca foi tu ganha cem, tu duzentos, sempre junto os dois, eu não sei quanto eu ganho nem quanto ela, sempre junto.  
 Jaqueline: Daí mais dois por cento da produção então?  
 Guido: Não, isso é que nem eu ganho agora porque o cheque do leite não tá dando os oito mil, os oito por cento...  
 Jaqueline: Não chega a dois mil.  
 Guido: Não chega a dois mil, daí ele dá, dois mil dá independente do valor. E quando o cheque do leite vem no valor que os oito por cento dá mais, aí ganha mais, não vais ser o caso esse ano porque, como eu falei, mas quando é um ano bom a gente, tem épocas a gente tira mais. Pra nós muito bem né? Pra alguns não é nada, mas pra gente é bom.<sup>124</sup>

Um tanto quanto diferente a situação do casal Limberger em relação aos demais trabalhadores. Embora recebam porcentagem da produção – oito por cento – possuem um teto mínimo de dois mil reais mensais. Compreende que é um salário bom para um casal de

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>124</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista citada.

trabalhadores. Porém, para outra classe social não seria nada, se comparar com a renda que seu patrão obtém da propriedade de terra e também o salário do cargo público que ocupa. Destaca ainda a relação de igualdade salarial com a esposa, sendo que o trabalho é realizado pelos dois. Para o senhor Guido, o salário de dois mil reais – que pode aumentar em meses em que a produção é maior – é muito bom. Muito embora, em contraponto se tenha a pressão de morar no trabalho e estar sobre vigilância o tempo todo. Mas, acima de tudo este trabalho significa tudo que conquistou em sua vida:

Guido: Não sei se o posso falar dos meus bens que eu já consegui?

Jaqueline: Pode, pode falar. Fica à vontade.

Guido: É eu já consegui duas casas na cidade, uma é nova, nova agora uns três anos, um carro novo também, vim aqui sem nada, sabe o que é nada?! Lá em Capanema tava muito mal, muito mal, a terra lá é ruim e era pouca, a gente chegou aqui com uma mão na frente outra atrás, agora tamo com um pouquinho.

Jaqueline: Tem duas, duas casas na cidade?

Guido: E podemos dar estudo pra filha, hoje ela tá formada, tudo, tá bom assim.<sup>125</sup>

O trabalhador intervém na narrativa e propõe um novo tema para o diálogo. Muitas vezes, o que o entrevistado deseja contar, não é o mesmo que o entrevistador quer ouvir e esses procedimentos narrativos são ricos para compreendermos os sentidos e significados da narrativa. Para Guido o trabalho representa a casa própria, o carro na garagem e, principalmente, os estudos da filha mais velha. Por isso este local de trabalho e a relação com o patrão são vistos como positivos pelo trabalhador. Mesmo sendo desgastante, vem como resultado essas conquistas, que não são apenas financeiras. O que pode ser mais gratificante para um trabalhador do que a formação dos filhos na Universidade com o suor de seu trabalho? O seu dever foi cumprido, todo o esforço despendido não foi em vão.

Para Guido Limberger os bens e os estudos da filha são resultado de uma vida dura de trabalho, para o senhor Ivanir Cunico a casa própria da família também é. O trabalhador narra as dificuldades de uma vida marcada pelos constantes deslocamentos:

Jaqueline: Mas aí assim, depois que, que desmatava não ficava muito tempo na terra daí?

Ivanir: A era difícil porque a pessoa quando ficava com a terra mansa daí eles queriam, eles pegavam, aí tu tinha que mudá, vixe, se eu te contá que no

---

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*.

Paraná eu fiz tanto de, antes de ter que era meu em Margarida depois vendi pra comprá aqui, mas eu fiz quinze mudança! (risos)

Jaqueline: Antes de Margarida?

Ivanir: I! depois que eu consegui comprá lá pra mim aí, agora aqui, graças a Deus não faço mais mudança nem a pau! É, eu, pra ter isso aqui eu sofri. Eu trabalhei na minha vida.

Jaqueline: Mas daí assim, desmatava daí plantava um tempo aí era o dono que queria?

Ivanir: Queria que ia plantá mesmo, daí tu tinha que pegá outro lugar e assim, tu ficava uns dois três ano aqui de repente, já era outro, dois ano ou três de novo, e assim tinha que.<sup>126</sup>

Mesmo depois de comprar sua casa na cidade, o senhor Ivanir continuou trabalhando e vivendo no campo. Porém, com a segurança de que se acontecesse algo de errado no trabalho teria uma casa para morar. Diferente do que foi narrado, em que não existia nenhuma estabilidade e a cada poucos anos a necessidade de mudar-se. A vida destes trabalhadores é marcada pelos constantes deslocamentos, mudanças de país, de Estado, de cidade e até mesmo dentro de uma mesma localidade. Segundo Rinaldo José Varussa:

A produção historiográfica vem estabelecendo que o deslocamento de trabalhadores, assim como do capital, não é uma dinâmica recente, sendo uma das práticas que implementaram a produção capitalista em termos globais. Ao que parece, se o capital não tem pátria, igualmente os trabalhadores.<sup>127</sup>

Deslocar-se em busca de trabalho é prática de gerações anteriores, assim como foi com a família do senhor Ivanir. Seus avós deslocaram-se da Itália para o Brasil, ao Estado do Rio Grande do Sul, onde o trabalhador nasceu, na cidade de Nova Prata. Deste local seus pais partiram para a região Oeste de Santa Catarina. Posteriormente, toda a família mudou-se para a região Oeste do Paraná e aqui os deslocamentos continuaram, alguns irmãos foram para outros Estados e para o Paraguai. O senhor Ivanir também passou temporadas em outros Estados e no Paraguai, trabalhando, mas a maior parte dos deslocamentos foram realizados dentro do Oeste paranaense. Essa trajetória “errante” do senhor Ivanir e sua família não é uma exceção, muitos trabalhadores possuem histórias de vida muito semelhantes.

O senhor Ivanir narrava um período de formação de lavouras na região, onde os trabalhadores derrubavam o mato que cobria as terras em troca do direito de plantá-las nos

<sup>126</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>127</sup> VARUSSA, Rinaldo José. “Daí eu agarrei o mundo”: Experiências e trajetórias de trabalhadores “sem profissão definida” a partir do Oeste do Paraná (décadas de 1970 a 2000). 2009. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 71-102, jul.dez.2010. p.75.

primeiros anos sem a obrigação de pagar a renda ao proprietário. Existe certo ressentimento na fala do trabalhador, “quando ficava com a terra mansa daí eles queriam”, “eles” são os proprietários da terra e os trabalhadores buscavam outro lugar onde a terra ainda estivesse por “amansar” e assim a vida ia seguindo, num constante ir e vir.

Leozil Ribeiro de Moraes Junior interpreta relações sociais que permeiam a vida dos sujeitos que compunham o movimento de luta pela terra no Oeste do Paraná, ao analisar o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), entre as décadas de 1970 e 1980, que posteriormente iria se transformar no conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse contexto, faz conclusão semelhante a nossa em sobre as relações de trabalho no campo:

Categoria estática é algo sem muito sentido para essas pessoas, elas se reconhecem em uma situação, que representam as condições materiais de sobrevivência. Assim mesmo morando numa pequena propriedade dos pais e trabalhando de boia-fria se reconhece como tal, no momento a seguir se está na condição de arrendatário é nessa condição que se descreve. Desse modo, a categoria não tem um único sentido para essas pessoas, porque estão se representando em muitas categorias diferentes num mesmo momento. E a situação se revela muito mais uma interpretação das condições de vida do que uma categoria apenas.<sup>128</sup>

O que não quer dizer que não possamos denominar e diferenciar as relações de trabalho: boia-fria, parceiro, arrendatário, entre outros. Estas possuem determinadas características que nos permitem compreendê-las e identificá-las. Porém, elas não são excludentes entre si. Muitos trabalhadores vivenciaram ao mesmo tempo duas ou mais relações de trabalho. Arrendavam terras para plantar, o que pode identificar o trabalhador como arrendatário, mas ao mesmo tempo trabalhavam como diaristas, boias-frias, nas empreitas. Situação vivida pelo trabalhador Altair Cunico, junto com seus irmãos na década de 70 do século XX:

Vagner: Mas o senhor estava falando, eu me interessei muito por essa, por esse período de formação das fazendas, do sítio, das roças, o senhor falava que além de trabalhar tirando o mato e plantando ainda sobrava tempo pra tirar mato, derrubar o mato pra outras pessoas?

Altair: Pra outra pessoa, nós fizemos isso e muito, que nós tinha que fazê também por que nós trabalha só, que nem nós arrenda uma área pra nós, o cara falava vai lá derruba e planta o que colher pode ficar, não precisa pagar

---

<sup>128</sup> MORAES JUNIOR, L. R de. **Mastro: o movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. p. 46.

renda, só que de onde nós vamos ter renda pra nós compra comida?! Nós não tinha! Então nós tinha que derruba a parte onde nós ia plantar e daí pegava uma semana ou duas e vamos lá no vizinho queria derruba o mato vamos fazer um pedaço lá aí nós recebe o dinheiro lá, recebia né? Daí com aquele dinheiro nós comprava comida pra talvez um mês, daí aproveitava aquele mês trabalhava naquela área de novo que tinha arrendado, daí quando acabava a comida e precisava de dinheiro ia nos outros pegava mais uma empreita fazia lá, daí quando recebia lá que tinha dinheiro pra tu trabalha trinta dia em casa, daí trabalha esses trinta dia em casa de novo e assim fazia, que tinha que ganhá pra compra comida pra viver né? E tu tinha que fazer a tua roça também.<sup>129</sup>

O trabalhador explica o porquê de trabalhar para outros mesmo quando arrendavam um pedaço de terra. Era uma situação difícil enfrentada por sua família, onde existia a necessidade de alternar o trabalho nas terras arrendadas com o trabalho para fora, a chamada empreita, para suprir os custos da alimentação da família. O arrendamento e a empreita aconteciam ao mesmo tempo, intercalando entre um e outro, enquanto não havia muito trabalho nas terras arrendadas, vendiam sua força de trabalho por meio de empreitas. Sendo que nestas recebiam imediatamente o dinheiro, enquanto a lavoura plantada demorava um ano para gerar a renda. Segundo o trabalhador essas eram as únicas opções de trabalho naquele período:

Vagner: Você falou que derrubava mato isso era aqui mesmo em Pato?

Altair: Sim, e se nós conta os alqueire de mato que nós derrubamos aqui meu Deus do céu! Fazia empreita, os cara queria derrubá mato dizia “ó eu te pago, eu quero tanto roça dois alqueire derrubá, pra formá lavoura, roça,” e nós era obrigado a ir não tinha outro serviço, era só na roça, queria viver, então, tinha que trabalhá, plantá, arrumá umas terra, plantá uma parte pra tu ter uma, a aí o resto de tempo tinha que trabalhar por dia, pra fora, daí fazia uma empreita, pega mato pra derruba ou pra roçá o mato e assim.

Vagner: Esse mato que vocês, o senhor mais os irmãos, a empreita era assim?

Altair: Era tudo a família, nós era em oito homem.

Vagner: E aí o senhor derrubava o mato ou pegava mato pra derrubar e pra plantar?

Altair: Roçava e derrubava, pegava pra plantar também e fazia empreita fora pra os outros, pra receber e poder comprar comida e pra viver.

Vagner: Quando era assim derrubar pra plantar, como é que era?

Altair: Não isso na época, renda praticamente não pagava renda, que o cara dava graças a Deus se ele conseguiu derrubá o mato dele pra formá lavoura, então ele te dava lá, “te dou três alqueire aqui você derruba e planta dois, três anos eu não quero renda, mas me derruba o mato então”, então derrubava o mato, plantava dois a três ano, às vez até quatro ano isso ele não cobrava nada de renda.<sup>130</sup>

<sup>129</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

<sup>130</sup> Idem, *ibidem*.

A sobrevivência era uma luta – assim como ainda é para a maioria dos trabalhadores – luta que é sinônimo do próprio trabalho, “queria viver, então, tinha que trabalhá”. O único trabalho possível nesse momento, para trabalhadores como o senhor Altair, era no campo. O sujeito narra as condições de trabalho e as necessidades para a manutenção familiar da vida no campo. Arrendava um pedaço de terra, fazia uma empreita, trabalhava de boia-fria nos dias restantes. Assim era a rotina dos trabalhadores rurais:

Vagner: E isso o senhor com os irmãos do senhor fizeram bastante?

Altair: Meu Deus do céu! E muito, muito, muito foi feito, e daí depois começou as destoca, daí acabou, daí quem tinha na época, eles falavam o agregado, tinha uma agregado na terra já não precisou mais porque isso tinha a lavoura pronta daí fizeram mesmo com trator, fazia com trator não precisava mais dos, das pionada. E nós trabalhamos ali no Ernesto Schmitt, até a mãe dele faleceu hoje, e ele tinha uma colônia de terra ali na saída, pra lá do cemitério, nós plantamos, derrubamos nove alqueires de mato dele, dois ano ele não cobrou renda pra nós, mas tinha que derruba o mato, daí nós plantamos mais dois ano depois ainda e daí ele destoca tudo só que daí ele já avisou o último ano o pai “ó vamos, vô planta a roça e vô dá vinte por cento pra o senhor do soja, só que daí pra o ano que vem o senhor tem que arrumá um outro lugar porque eu vou plantá mesmo aqui, agora tá tudo destocado”, mas ele ainda foi, pra primeira safra ele ainda deu uma renda pra o pai pelo o que ele tinha feito, por derrubá o mato pra ele, mas isso era poucos que fazia, quando tava o mato derrubado a maioria “não agora eu vou destocá e plantá mesmo”, e você tinha que correr a arrumá um outro lugar, apesar que na época era fácil, só que depois que começou a destoca aí começou a complicar mais.

Vagner: Aí diminui o trabalho?

Altair: É aí diminui o trabalho pra você, de catador de raiz e coisa, que na época arrancava tudo as raiz e tinha que limpá, aí agora pra tu chegar pra pegá roça pra planta aí já não era mais.

Vagner: Mais difícil?

Altair: Bem mais difícil.<sup>131</sup>

Com o exemplo de um antigo patrão de sua família, ressalta uma situação que era exceção e não a regra, manter o *agregado* após a destoca, mesmo que apenas por um curto período. Narra ainda a dificuldade desta situação provisória, mudar-se de um lugar para o outro em busca de trabalho, até o momento em que essas relações foram diminuindo e extinguíram-se na região Oeste do Paraná.

O termo “acabou” marca uma ruptura histórica no processo vivido pelo trabalhador. As relações de trabalho são complexas, confundem-se e mudam de sentido e significado de acordo com o contexto. Embora o trabalhador em toda sua vida tenha vivenciado diversas

---

<sup>131</sup> Idem, ibidem.

relações de trabalho, compreende que existe uma diferença entre ele e os demais trabalhadores com os proprietários de terra para quem trabalhavam. Com a destoca e o uso de tratores, eles – patrões – não precisavam mais das *peonada*.

Moacir Palmeira em contraposição à parte considerável dos autores que se dedicam a análise das transformações no campo, afirma que o processo que foi chamado de “êxodo rural” não é característica exclusiva do que foi conceituado como “modernização da agricultura”. E nas primeiras décadas do século XX podem ser observados fluxos de deslocamentos do campo para a cidade. De acordo com o autor, o que ocorre de novo no processo de “modernização”, é que:

Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado.<sup>132</sup>

A narrativa do senhor Altair é expressiva nesse sentido, chega-se a um momento em que a relação chamada por ele como de agregação deixa de existir. Não se trata de um processo de expropriação dos meios de produção, pois destes os trabalhadores já estavam expropriados. É um processo de expropriação das relações sociais de trabalho e moradia no campo. E também não se trata da “expulsão” do trabalhador do campo, mas sim daquela relação de trabalho. Sendo que muitos continuavam a trabalhar no campo, mas em outras relações, mesmo os que deslocavam-se para as cidades. Moacir Palmeira reitera que esse processo não pode ser compreendido como uma fatalidade para a classe trabalhadora. E que não necessariamente a expropriação implique em proletarização, como fórmula mecânica. Por ser um processo envolvendo luta não tem resultados certos. E muitas vezes romper com uma relação de trabalho tradicional pode significar a transformação de um trabalhador dependente em um “camponês” autônomo. Embora, muitas vezes em condições precária e por um curto período de tempo. O que o autor quer salientar é que trata-se de um processo que não é homogêneo, e justamente por isso não tem resultados certos.

Relações semelhantes as narradas pelo trabalhador Altair foram vivenciadas também em outros períodos e em outras regiões do Brasil. Vagner José Moreira ao analisar o levante comunista em Fernandópolis – Noroeste paulista – no ano de 1949, descreve estas relações:

---

<sup>132</sup> PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, dez. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 26 nov. 2013.

Os trabalhadores sem-terra arrendatários estavam sempre sujeitos a não terem a terra para plantar no período de produção seguinte. Parte significativa dos “pretensos donos da terra” arrendava as glebas de matas ou de terras sem o devido preparo agrícola para os arrendatários por períodos variados. Os contratos, geralmente, poderiam ir de um a três anos, mas eram sempre rompidos pelos “pretensos donos da terra.”<sup>133</sup>

As experiências vividas por estes colonos e arrendatários apresentavam-se como principal foco de conflito naquela região. Conflitos que vinham ocorrendo em torno das condições de vida e das relações de trabalho no campo desde, aproximadamente, a segunda metade da década de 1940 e que, posteriormente, culminaria no levante de trabalhadores rurais ocorrido na noite entre 23 e 24 de junho de 1949 em Fernandópolis. Segundo Moreira, os trabalhadores compreendiam que se eram eles que trabalhavam na terra, esta deveria ser deles. Sendo que depois da mata derrubada ou da lavoura formada eram descartados – assim como narrado também pelos trabalhadores no Oeste paranaense – e quando insistiam em permanecer sofriam o despejo.

Os trabalhadores entrevistados quando questionados sobre a possibilidade de permanecer na terra que haviam cultivado negam terem resistido. Alguns afirmam que conheciam casos de pessoas que resistiram, mas não narram sobre isso. Existe certo silêncio sobre o tema, parece um assunto proibido.

O senhor Ivanir Cunico, de 68 anos, narra relações semelhantes no período quando chegou com sua família a região, no início de 1970:

Jaqueline: Daí quando chegaram aqui foram trabalhar como?

Ivanir: Todo, dava porcentagem das roça, das lavoura, onde que a gente pegava, que nem o pai pegou num lugar e eu peguei no Eduíno Fanderson, então te dava uma parte, a terceira parte que eles diziam, por exemplo de três parte você ficava com duas e dava uma pra o patrão.

Jaqueline: Uma porcentagem?

Ivanir: Uma porcentagem como se diz, é que nem o teu pai sempre fazia depois, pergunta pra ele se ele sempre não dava porcentagem pra tudo, e ele maioria trabalhou de peão, pra os Fritzen, né?

Jaqueline: Mas aí essa terra tinha mato ainda quando vocês pegaram?

Ivanir: Tudo mato, tudo mato, derrubamos tudo na base da foice e do machado.

Jaqueline: Era vocês que tinham que abri então?

Ivanir: Sim, ali no Fanderson, até onde que quando que eu vim aí ele me deu um pedaço lá e falô pode roçá e derrubá e pra dois ano você não precisa me

<sup>133</sup> MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no noroeste paulista**. Cascavel, Edunioeste, 2012. p. 177.

dá nada, daí eu peguei pionada que me ajudaram a derrubá, e derrubêmo tudo, aí nos primeiros ano plantava feijão, milho, maioria era milho, feijão, depois quando tava mais limpo começêmo a plantá soja a muque.<sup>134</sup>

Ainda que não houvesse uma relação direta com o proprietário da terra e o trabalhador tivesse certa autonomia em relação a este, o senhor Ivanir entende que este era o patrão. O trabalhador quando chegou a esta região era casado, não trabalhava mais junto com os pais e os irmãos, como narrado pelo senhor Altair. Por isso trabalhava com outros trabalhadores para derrubar o mato e formar a roça, relação que é descrita por outros trabalhadores e denominada de empreita, embora o senhor Ivanir não especifique.

A prática de arrendar as terras cobertas por mato pelos proprietários de terra para formação de lavouras e pastagens também são descritas por Leonilde Servolo de Medeiros<sup>135</sup> ao analisar especificamente a atuação da imprensa comunista no campo das décadas de 1950 e 1960, momento em que o trabalhador rural surge no cenário político no Brasil, organizando-se em associações, ligas, uniões, sindicatos, por meio dos quais reivindicavam uma série de direitos.

Tratando dos arrendatários, em especial dos que se dedicavam ao cultivo de algodão e arroz – principalmente em São Paulo – a imprensa comunista constantemente fazia denúncias em relação aos contratos de curto prazo nos arrendamentos, nos quais “os camponeses arrendavam terra com mato virgem dos latifundiários por um prazo fixo que varia entre dois e três anos e pagam de trinta a trinta e cinco por cento de sua produção”<sup>136</sup>. Também o que chamam de “sistema de subarrendamento”, no qual “os lavradores recebem a terra cheia de capim Jaraguá, pelo prazo de três anos, findos os quais devem plantar capim colonião. Assim é que formam-se as extensas invernadas para a engorda de gado”<sup>137</sup>. Por meio de relações muito próximas formaram-se as lavouras de soja e milho no Oeste do Paraná. São grandes semelhanças entre as relações narradas no trecho citado com as narrativas dos trabalhadores, considerando as especificidades de cada região.

O maior problema para os trabalhadores, tanto para os sujeitos desta pesquisa quanto para os citados por Medeiros e Moreira, neste sistema de arrendamento é o curto prazo. Depois das lavouras ou das pastagens formadas, normalmente, o proprietário não arrendava

<sup>134</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

<sup>135</sup> MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

<sup>137</sup> Idem, *ibidem*, p. 90.

mais a terra, deixando o arrendatário sem trabalho e sem moradia. Uma terra sobre a qual trabalhavam duramente alguns anos, no momento em que os frutos começavam a ser gerados não podiam mais permanecer nela:

Vagner: Naquele momento que o senhor fala que ficava ali dois ou três anos é um momento em que a terra tá começando a dar não é não?

Altair: Lógico, que a terra, o primeiro ano que você passa o fogo, né? Daí começa a plantar ela até que não é tão bom, o segundo ano em diante ela começa.

Vagner: Mas aí vocês não ficavam com vontade de ficar na terra? Pra não precisar derruba mais mato?

Altair: Vai fazer o quê?

Vagner: Não tinha o que fazer?

Altair: Tinha que trabalhar.

A possibilidade de permanecer numa terra que legalmente não o pertencia parece não existir para o trabalhador. A necessidade de trabalhar para sobreviver não permitia outra possibilidade a não ser vender sua força de trabalho como horizonte futuro.

O senhor Ivanir Cunico com seu trabalho conseguiu comprar uma casa no distrito de Margarida, em Marechal Cândido Rondon, que, posteriormente, foi vendida para comprar uma casa na cidade, na qual vive hoje com um filho, a nora e dois netos, o que é resultado de uma vida de trabalho duro e sem paradeiro certo. Sobre as diferentes ocupações e trabalhos o senhor Ivanir narra:

Ivanir: A, isso a maioria eu trabalhava assim por dia, fazia empreita, por tudo assim, onde um precisava eu trabalhava, ajudava, ajudava a, construía também, assim, na roça também bastante trabalhei na roça de, que nem quando, antes de vir ali no Albino, eu trabalhava lá em Flor do Sertão, trabalhava lá com um tal de Sérgio [sobrenome incompreensível], plantava fumo, nós plantava fumo pra o Stein de Entre Rios, na lavoura tudo braçal como se diz, não tinha nada de máquina aquele tempo.

[...]

Jaqueline: Mas como que era, porque a terra não era do senhor?

Ivanir: Era junto com aquele que eu, nós plantava fumo era junto eu e ele, nós fizêmo sociedade como se diz, ninguém, eu não pagava nada pra ele e ele não pagava nada pra mim e nós trabalhava junto e fazia a safra junto. Ali na Flor do Sertão fiquei dois ano, aí depois eu vim pra Margarida daí trabalhei com o véio Schneider de Margarida.<sup>138</sup>

A necessidade não deixava muitas escolhas, “onde um precisava eu trabalhava”. Na narrativa não é possível compreender se o sócio era outro trabalhador e a terra era arrendada

<sup>138</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

ou se este era proprietário da terra, onde plantavam fumo e vendiam para uma empresa do município de Entre Rios do Oeste. Então, a sociedade narrada pelo senhor Ivanir não se trata de uma relação de trabalho entre patrão e trabalhador. Mesmo que o seu sócio fosse o proprietário da terra, segundo a narrativa de Ivanir eles trabalhavam juntos e dividiam igualmente o que obtinham com o que produziam, diferente do narrado por trabalhadores que viviam relações de trabalho na qual vendiam sua força de trabalho para proprietários de terra. Mesmo que a forma de pagamento fosse uma percentagem da produção, esta constitui-se em salário.

Muitos estudiosos afirmam que o trabalhador volante no Brasil é resultado da combinação da chamada mecanização da agricultura e da legislação trabalhista na década de 1960, com o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. Porém, o trabalho temporário, volante, eventual, surge muito anteriormente. Segundo Maria Antonieta Gomes Penteado, no Oeste paulista os primeiros trabalhadores eventuais surgem nas duas primeiras décadas do século XX. Em síntese, tratavam-se de trabalhadores brasileiros e a estes eram designadas as tarefas mais árduas. Porém, entre as décadas de 1960 e 1970 teve um grande avanço no número de trabalhadores eventuais, entre o ano de 1967 e 1972 houve um incremento de oitenta e um por cento em todo o país.<sup>139</sup>

Entre as relações de trabalho temporárias a *empreita* é narrada pelos trabalhadores de diferentes maneiras, para derrubar o mato e plantar, para colheita ou para arrancar mandioca. A empreita era realizada por um grupo de trabalhadores que se responsabilizavam por determinada atividade e que detinham certa autonomia em relação ao proprietário da terra, assim como este não via-se na obrigação dos direitos trabalhistas. Em alguns casos existia uma espécie de líder ou chefe nesse grupo, que é denominado por alguns trabalhadores como o “gato”.

A “empreita de mandioca” foi o trabalho e a sobrevivência do senhor Rodolfo Hoffman e de sua família por, aproximadamente, 15 anos. A trajetória de vida do trabalhador Rodolfo Hoffman, de sessenta e nove anos, e de sua esposa, Terezinha Hoffman, de sessenta e quatro anos, não destoa muito dos demais trabalhadores que já foram apresentados, marcada por constantes deslocamentos em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Saíram da cidade de Itapiranga, no Oeste catarinense e chegaram à região Oeste do Paraná, no atual município de Entre Rios do Oeste, no início da década de 1980. A partir daí percorreram a

---

<sup>139</sup> PENTEADO, Maria A. G. **Trabalhadores da Cana**: protesto social de Guariba - Maio de 1984. Maringá, Eduem, 2000. p. 92.

região e também o país vizinho Paraguai. Sempre trabalharam no campo, até mesmo em períodos que moraram na cidade.

No momento da entrevista, outubro de 2012, moravam e trabalhavam num sítio localizado na Linha Km 13, em Pato Bragado, o qual era utilizado para o lazer e cultivo de alimentos para consumo próprio, de um empresário do ramo têxtil do município. O seu Rudi – como é conhecido – e sua esposa Terezinha eram responsáveis por manter o sítio limpo e cultivar a horta. Para isso, recebiam um salário mínimo, que era complementado pela aposentadoria dos dois:

Jaqueline: Então, eu queria que vocês falassem o que vocês fazem aqui, nesse sítio aqui, como que vocês trabalham?

Rodolfo: Nós somo, nós limpa tudo, corto grama, lavo as coisa, lavo tudo, limpa a piscina, cuido o Motocross, campo de jogá bola, tu viu, né? Que eu tava cortando grama, suando (risos) e assim trabalhando, ganho um salarinho só.<sup>140</sup>

Atualmente vivem numa casa alugada na cidade, o senhor Rudi devido a um problema de saúde não pode mais fazer qualquer esforço físico. A vida do casal é marcada pelo trabalho árduo na roça, o senhor Rudi, a dona Terezinha e a filha Mariane – que estava junto na entrevista – narram o trabalho vivenciado pelo trabalhador de arrancar mandioca, a empreita de mandioca:

Rodolfo: Assim foi, foi, foi trabalhando e depois eu comecei no pesado (silêncio). Arrancá mandioca. Quantos ano eu arranquei mandioca?

Terezinha: Sete.

Rodolfo: Não, mais!

Terezinha: Mais?!

Rodolfo: Uns dez, quinze ano.

Mariane: É por aí.

Rodolfo: Uns quinze ano.

Terezinha: É por aí.

Rodolfo: Só na mandioca, segunda, sábado e, sábado chegá em casa e segunda ir pra mandioca, e acampamento, fumo por tudo, fumo pra Maripá, nós fumo pra.

Mariane: Pra Terra Rocha.

Rodolfo: Terra Rocha, lá nós comímo o pão que o diabo amassava!

Terezinha: Eles comiam manga.

Rodolfo: Pra não morrê de fome comia manga, de sábado a segunda-feira, ó manga, manga, não tinha outra coisa.

Jaqueline: Mas trabalhava pra quem?

<sup>140</sup> HOFFMANN, Rodolfo. HOFFMANN, Terezinha. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Linha KM 13, Pato Bragado – PR. Duração de 1h30min12s.

Rodolfo: Um cara fez empreita, deixou nós na mão, nós não tinha nada pra comê, nada, nem chimarrão, só manga, água e manga.

Jaqueline: Mas o cara daqui de Pato?

Rodolfo: Sim, ele fez empreita lá e levo nós lá, daí brincava lá bola, daí se machucou e daí ele foi pra casa e daí deixou nós lá abandonado, em segunda-feira nós carreguêmo os caminhão ainda, mas a barriga tava lá em baixo, só manga.<sup>141</sup>

Arrancar mandioca é considerado um serviço pesado, não que as demais atividades exercidas pelo senhor Rudi antes das empreitas de mandioca não o fossem, mas este trabalho tinha particularidades que faziam com que o trabalhador o rememore como mais custoso. As empreitas eram realizadas em diversas cidades da região, por isso não era possível voltar para casa durante a semana, apenas no final da semana. Os trabalhadores ficavam alojados em barracos de lona fixados na roça mesmo. As condições eram extremamente precárias, longe da família, a mercê de intempéries do clima, da fome e de doenças. O que chama atenção é que para o senhor Rudi a situação de ficar sem comida era absurda, mas agravada pelo fato de não ter chimarrão para tomar. O chimarrão visto como parte da dieta alimentar para muitos trabalhadores, pela manhã para ter força e disposição para o trabalho e a noite como um momento de descanso, depois de um dia de labuta.

Na situação narrada, o empreiteiro abandonou os demais trabalhadores e os deixou sem comida, sobreviveram alimentando-se apenas com mangas. O chamado “empreiteiro”, conhecido em algumas regiões também como “turmeiro” ou “gato”, é descrito nos estudos sobre o meio rural no Brasil de forma negativa. Não poderia ser diferente, sendo que em diversas narrativas de trabalhadores os “gatos” são lembrados como sujeitos pouco leais. Estes eram intermediários entre os fazendeiros e os trabalhadores, muitas vezes o valor pago pelo fazendeiro ao empreiteiro não era repassado corretamente para os trabalhadores. Uma situação difícil, sendo que os trabalhadores dificilmente saberiam qual era o valor combinado entre empreiteiro e fazendeiro. Leila Stein analisa os trabalhadores da cana no Oeste paulista e o protesto social desencadeado por estes na cidade de Guariba no ano de 1984, descreve a função do empreiteiro, o qual “substitui o patrão e o capataz; controla o tempo de execução das tarefas usando mil e um artifícios – como atrasar o pagamento e não pagar o combinado – explora os trabalhadores sem nenhum controle.”<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>142</sup> STEIN, Leila. Gatos e boias-frias. Opinião, São Paulo, 4 a 11 jun. 1973, p. 7. Apud PENTEADO, Maria A. G. **Trabalhadores da Cana**: Protesto Social de Guariba – Maio de 1984. Maringá, Eduem, 2000. p. 122.

O senhor Rudi narra sobre as empreitas de mandioca, na situação descrita a seguir ele foi o “gato”:

Jaqueline: Só pedir, como que funcionava... o senhor falou desse negócio da empreita pra arrancar mandioca, eu não sei muito bem, como é que funcionava?

Rodolfo: Isso arrancava por tonelada, eu empreitei a mandioca, eu era o gato, empreitei a mandioca e depois eu fiz a racha. Não ganhei um menos, não ganhei um mais, ganhei igual.

Jaqueline: O senhor dividia então?

Rodolfo: Dividia entre quatro né? As despesa do acampamento era dividido em quatro e, primeiro foi pago o rancho e fumo ninguém, comprava mesmo, que ninguém tinha nada a ver, e daí o resto do dinheiro (dividia), fim de semana, se a semana ocorreu bem nós arranquêmo uma carga, ou um Mercedes Truck do véio Mülbeier né? Pode pedir pra o Thomas lá do Cinco ainda, uma semana fizêmo seis carga pra sábado de manhã só sobrou carregá uma, só carregá, ali uma semana assim saía bem, nós ganhava aquela época seis real a tonelada, depois ganha oito, doze, agora já tá na base de dezoito, vinte real a tonelada, sabe o que é tonelada?

Jaqueline: Sim.

Rodolfo: Mil quilo.

Jaqueline: Mil quilos.

Rodolfo: Daí a gente pegava duzentos real, sempre pegava menos que vendeu a mandioca por semana, quando terminava a empreita pra recebê um pouco também, não pegá dinheiro adiantado, e daí nós repartímo tudo final de semana e daí no fim da empreita o dono das mandioca, as vez saía churrasco, cerveja, aí nós festejêmo um pouco e daí ia pra casa, daí acabou a empreita.<sup>143</sup>

Ele afirma que apesar de ser o “gato”, trabalhava e recebia igualmente aos demais trabalhadores, como forma de se distanciar da imagem negativa de um sujeito que recebe explorando o trabalho dos outros, assim como o “gato” que anteriormente havia deixado ele e os colegas sem pagamento e desamparados. Mesmo sendo ele quem empreitou a roça de mandioca, continuava sendo um trabalhador como os outros. Descreve como funcionava a empreita, que terminava com os festejos, quando o proprietário da terra pagava. O trabalhador busca legitimar sua fala pelos testemunhos do ocorrido, “pode pedir para o Thomas lá do Cinco”. Também existe um estranhamento em relação a entrevistadora, uma pessoa de fora, que não tenha vivenciado estas relações e por isso possa não saber o que é uma tonelada.

Apesar das dificuldades e do sofrimento nas empreitas de mandioca existia um espaço para diversão, meios encontrados pelos trabalhadores para amenizar o cansaço:

Jaqueline: Num dia vocês fizeram isso?

<sup>143</sup> HOFFMANN, Rodolfo. HOFFMANN, Terezinha. Entrevista citada.

Rodolfo: Cada um sessenta real, mas olha, mas era mandioca de dois ano e pouco, pé de trinta, trinta e cinco quilo, quando tu pegava assim tu só via aqueles raizão (risos) é a gente sofria, hoje não é, mais eu não olho, por um jogo eu ia arrancá mandioca ainda.

Jaqueline: Por o quê?

Rodolfo: Por um jogo eu ia arrancá mandioca, e eu quero ainda pegá o “Cincão” arrancá com ele, nós carreguêmo mandioca em Maripá, eu e o Alcindo, eu num lado e ele no outro, quem ficá pra trás perde, sabe o caminhão vai um (pedaço) daí carrega esse pedaço e vai de novo, ninguém ajuda o outro, e o Almir ele era o juiz, ele cuidava, eu sempre tinha folga, sempre tinha que esperá, tinha que esperá ele, quando o caminhão tava quase ele sentou lá “eu não posso”. Mas falei, “não, não, metêmo a pau eu não quero ficá parado não agora eu tô suado”, era mais ou menos uma hora assim, aquele caminhão redondão, e falei “vâmo e vâmo”, daí de repente o Anderlle falou, “olha Rudi chega”, falei “vâmo pegá mais uma parada”, “tu acha?”, “vai, só pra judiar o Alcindo” eu falei, “não, chega, chega, chega”, “vâmo” eu falei, aquele dia aquele truck tinha doze mil e poucos quilo, aí ele não queria mais, ganhei um churrasco e cerveja! Pra mim! Perdeu (risos).<sup>144</sup>

O trabalhador narra a quantidade exorbitante de mandioca que arrancavam num só dia e o quanto recebiam por isso: “O Anderle carregou essa mandioca, ele carregou onze mil quilo e pouco no caminhão e sobrou umas duas tonelada na roça, só eu e ele, aquela época nós ganhava doze real a tonelada, nós tirêmo sessenta real cada um, por dia”<sup>145</sup>. Os trabalhadores competiam entre si, como forma de jogo e brincadeira. O senhor Rudi orgulha-se em dizer que ele sempre venceu as apostas. Apesar das dificuldades, rememora essas relações com melancolia, tanto que afirma que “Por um jogo eu ia arrancá mandioca ainda”:

Era judiado, mas era divertido, daí quando nós fomo trabalhá perto do rio, Deus! Pescava, pegava peixe, dia de chuva, em Maripá ou lá em cima, em dia de chuva, eu e o Anderle também tava lá, nós fumo pescá e os outros foram pra os boteco, eu e o Anderle fumo pescá uma vez daí peguêmo jundiazinho, aquele jundiá, peguêmo (incompreensível), daí o Anderle falou assim, o que vâmo fazê com esses peixe, falei vâmo dá pra o homem lá pra botá no saco pra botá no congelador pra levá pra casa, porque falei, esses não vão comê peixe não!<sup>146</sup>

Enquanto alguns trabalhadores iam para o bar nos dias de chuva, o senhor Rudi junto com o colega Anderle, aproveitavam para pescar, o que ao mesmo tempo era uma diversão e uma forma de conseguir um item a mais na alimentação da família. O trabalhador critica os colegas que iam aos bares da cidade beber, ao invés de pescar como ele fez. Tanto que os

---

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*.

peixes não seriam repartidos com estes, mas sim guardados para no final da semana comer com suas famílias.

São esses momentos recordados com melancolia, “era judiado, mas era divertido”, as pescarias nos dias de chuva, as apostas e brincadeiras entre os trabalhadores, mecanismos construídos por eles para amenizar as dificuldades das empreitas de mandioca. Trabalho pesado sobre o sol, em posição extremamente desconfortável, um constante abaixar-se e erguer-se. Também as condições precárias dos acampamentos, barracos de lona sem o mínimo de conforto, banheiro ou energia.

A situação narrada a seguir pelo senhor Rudi é um tanto quanto diferente das demais. Nesta empreita, ele e os demais trabalhadores ficaram alojados numa casa, na Linha Volta Gaúcha, no município de Entre Rios do Oeste:

Jaqueline: Quanto tempo vocês moravam lá?

Rodolfo: Lá em Volta Gaúcha?

Jaqueline: É

Rodolfo: Acho que foi três ou quatro mês, quatro mês.

Jaqueline: De empreita?

Rodolfo: Empreita, mas era pra várias pessoas né? Pra várias família.

Jaqueline: Várias?

Rodolfo: Pra várias roça, lá nós não tava acampado, nós tinha uma casa, casa grande! Fechado tudo, quarto.

Jaqueline: Mas aí não voltava pra casa? Nesses meses?

Rodolfo: Não, só em sábado.

Jaqueline: A, no final de semana voltava?

Rodolfo: Uma vez fiquêmo lá, em sábado, aí nós comprêmo

Terezinha: É muito caro í pra lá e pra cá.

Rodolfo: Nós tava morando aqui no Pato, daí em sábado eu falei, sábado, eu falei pra muié, eu não vou vir, nós vamo comprá um porco, nós vamo carneá o porco, só em sábado e daí nós compramos, carneamos o porco do homem lá, ele falou pra nós, peso e tudo, mas depois ele falou, não custa nada, carneamos o porco deu setenta quilo limpo, e lá dava o Arroio, o Arroio Fundo, é o Arroio Fundo, aí fomo pescá, aí peguêmo armado assim, bonito e, lá nos tava dois mês, um mês e meio mais ou menos, era bastante mandioca, e depois nós fumo um pouco mais pra frente, depois fumo de volta pra trás de novo, depois fumo lá no (incompreensível) ali paguêmo os pecado, era puro, pura buva, pura buva seca e era cipó, mas nós virêmo e de repente arranquêmo também, nós não tinha, eu tenho até foto ali, pena que não, vai lá e pega ligeiro aquela coisa, Mariane!<sup>147</sup>

O trabalhador narra um final de semana que permaneceu na empreita para carnear um porco. O fato de ter um item diferenciado na alimentação da família é tão importante quanto esses momentos – carnear um porco, pescaria no rio, momentos rememorados com vigor.

---

<sup>147</sup> Idem, ibidem.

Em alguns momentos da entrevista, o senhor Rudi mostrou-me algumas fotos de antigos locais de trabalho, como este que está narrado acima. O trabalhador falou com detalhes desses lugares, das relações e dos acontecimentos. Narrativa repleta de sons que imitavam a chuva, o vento, reproduzia as falas de familiares e colegas em determinados momentos vividos. Um verdadeiro contador de histórias. Mostrar suas fotos era uma forma de provar que o que dizia era verdadeiro. A entrevista infelizmente não foi filmada, parece que era isso que o trabalhador gostaria, “tenho até foto ali, pena que não”. Pena que diferente da fala, as fotos não podiam ser gravadas, não tinha em mãos uma câmera. Mas, não poderia deixar de falar das fotos do senhor Rudi, que são parte da história contada aqui.

O trabalho realizado “por dia”, ou seja, no qual o trabalhador recebe pelo dia trabalhado é descrito e denominado por vezes como de diarista e outras como de boia-fria ou ainda é denominado apenas como “por dia”. Estes confundem-se e em alguns momentos significam a mesma coisa para os trabalhadores, reforçando nosso entendimento da complexidade das relações de trabalho no campo e o quanto são dialéticas. Porém, nas narrativas dos trabalhadores as relações de trabalho por vezes aparecem: agregado, boia-fria, empreiteiro, parceiro, entre outros, embora possam ter um entendimento diferente do qual temos elaborado na academia do que signifique cada uma delas. A trabalhadora Julieta Kopsel, de 67 anos, rememora sobre o processo de aposentadoria dela e de seu marido, ao falar sobre o trabalho do boia-fria:

Julieta: Nessa Terezinha, onde ele tinha a carteira assinada como agricultor né? Daí ele também conseguiu se aposentar com essa carteira, mas eu demorô, demorô sete mês até que eu consegui o dinheiro daí, e eu me aposentei porque, não era fácil se aposentar como bóia-fria, hoje diz que nem aposentam mais bóia-fria, e a pessoa que sofre mais, que mais trabalha e que não tem direito a nada, por que você vê, sai de manhã com a panelinha pra você comê numa sombra e trabalha o dia inteiro em volta de novo né? É a pessoa que mais sofre e eles não querem aposentá ela. Deus o livre, se isso era pra hoje ainda, a gente ia morrê de fome que não ia conseguir se aposenta, é verdade!<sup>148</sup>

A senhora Julieta aposentou-se como boia-fria, trabalho que realizou em boa parte de sua vida. Para ela, o boia-fria é o trabalhador que sai cedo pela manhã, levando o almoço numa panelinha ou marmitta e na roça mesmo ele almoça, continuando o trabalho logo em seguida. Trabalho que considera sofrido, o mais sofrido de todos. Para a trabalhadora, a

---

<sup>148</sup> KOPSEL, Bernardo. KOPSEL, Julieta. Entrevista citada.

dificuldade encontrada por ela em sua aposentadoria, que atualmente é ainda maior, é muito injusta com quem labuta tanto para sobreviver.

Flaviane Mônica Christ ao analisar o processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, aponta as problemáticas vivenciadas pelos boias-frias na luta pela aposentadoria. Entre os anos de 1991 e 2004, quatrocentos trabalhadores boias-frias sindicalizaram-se no município, na tentativa de aposentar-se. As dificuldades encontradas por este trabalhador boia-fria na aposentadoria estão na comprovação do seu trabalho. Existe receio por parte dos antigos patrões em testemunhar para provar o exercício da atividade como boia-fria, por reconhecer um vínculo empregatício com o trabalhador, o que poderia acarretar na obrigação de recolhimento das contribuições ao INSS e por futuros problemas com a própria aposentadoria. Segundo Christ, muitos boias-frias sindicalizados em São Miguel do Iguaçu, mesmo depois de aposentados, perderam o direito após antigos patrões que haviam testemunhado no processo de aposentadoria voltarem atrás, devido à cobrança dos encargos trabalhistas. De acordo com a historiadora, a falta de objetividade na legislação especificamente aos boias-frias, gera complicações a estes trabalhadores no processo de aposentadoria. De acordo com o artigo 143 da Lei 8.213 de 1991, o trabalhador rural, como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, pode requerer aposentadoria por idade, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua.<sup>149</sup> Na mesma lei, no artigo 106, afirma-se que a comprovação do exercício da atividade rural pode ser feita:

- I – contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social
- II – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- IV – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;
- V – bloco de notas do produtor rural;
- VI – notas fiscais de entrada de mercadorias, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;
- VII – documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;

---

<sup>149</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 16 out. 2013.

- VIII – comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;  
 IX – cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou  
 X – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra.<sup>150</sup>

Para os boias-frias a comprovação do exercício de atividade rural se dá por uma declaração, emitida pelo sindicato, que deve ser homologada pelo INSS. Aparentemente parece fácil, porém não é. Principalmente pelas dificuldades em comprovar o trabalho como boia-fria, que na maioria das vezes acontece sem nenhuma documentação. Em alguns casos têm-se recibos de pagamentos, mas que também podem não ser suficientes para provar a relação de trabalho vivida, sobretudo quando o antigo patrão nega.

O trabalho como boia-fria foi vivenciado por dona Julieta e seu esposo Bernardo de 71 anos:

Jaqueline: Daí vocês venderam lá e vieram?

Julieta: Viemos mora de aluguel em Margarida numa casa.

Jaqueline: Na vila?

Julieta: Na vila daí, um tempo né? Daí eu trabalhava assim por dia, por tudo, né? Eu e ele saía de manhã e voltava só de noite daí levava uma merendinha numa panela assim a gente comia sentado numa sombra mesmo e continuava o serviço até de noite, assim foi não sei quantos ano que foi lá né? Até que nós trocamos de novo.

Bernardo: Oitenta e três acho que voltêmo pra Margarida, sim por que oitenta e dois a Itaipu fechô, e oitenta e fiquêmo nem bem um ano lá em cima e voltêmo de novo daí voltamos pra Margarida daí, é oitenta e três era.

Jaqueline: Daí vocês trabalharam por dia?

Julieta: Por dia daí também carpia na roça.<sup>151</sup>

A trabalhadora está narrando o período quando ela, o esposo e os quatro filhos, voltaram da região Norte do Paraná para o Oeste, em 1983. O deslocamento para outras regiões do Estado e também do Brasil, foi realizado por inúmeros trabalhadores e proprietários de terra, após o alagamento de terras, consequência da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu.<sup>152</sup> Julieta e seu esposo Bernardo, que não possuíam propriedade de terra na região Oeste, conseguiram comprar seis alqueires de terra no município de Cândido Abreu, porém, segundo o casal, *a terra não era boa*. Permaneceram neste local apenas oito

<sup>150</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em 16 out. 2013.

<sup>151</sup> KOPSEL, Bernardo. KOPSEL, Julieta. Entrevista citada.

<sup>152</sup> Sobre as relações imbricadas e as memórias em disputa deste processo conferir o trabalho de dissertação de Judite Veranisa Schmitt (2008), **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.

meses, quando um dos filhos faleceu, retornaram ao Oeste paranaense, onde foram morar no distrito de Margarida pertencente à Marechal Cândido Rondon. A rotina de trabalho narrada por dona Julieta tem características do boia-fria. Mesmo morando na cidade, saía logo cedo pela manhã em direção ao campo, já levando o almoço que seria comido na roça mesmo, e voltava apenas à noite.

O casal de trabalhadores Ivone e Osmar Martinuk também trabalharam como boias-frias na região Oeste do Paraná:

Jaqueline: Então eu queria que vocês dois falassem, o que vocês tão fazendo agora, no que trabalham?

Ivone: Eu trabalho de diarista agora, né? Antigamente trabalhava de boia-fria sempre, na roça, carpia e cortava rama de mandioca e, trabalhava direto na roça.

Osmar: Eu trabalhei um tempo com o Lamb de boia-fria, treze ano com o véio Arlindo

Jaqueline: Com quem?

Osmar: Com o véio Arlindo Lamb, e sete ano trabalhei com o Valter.

Jaqueline: Com quem que era?

Osmar: Com o Valter Lamb, mas daí eu tinha carteira registrada, eu trabalhava na fazenda deles ali

Jaqueline: Eles são irmãos?

Osmar: No Lamb, aí trabalhava com trator e tudo coisarada, e caminhão, camioneta, ia levá os boia-fria pra Bela Vista e lá tinha bastante boia-fria, tinha uns vinte boia-fria.<sup>153</sup>

O senhor Osmar trabalhou durante cerca de vinte anos para a família Lamb, conhecida pela história oficial da região como pioneira, principalmente pela figura paternalista do senhor Arlindo Lamb, que é citado em inúmeras entrevistas pelos trabalhadores. A família Lamb possuía uma fazenda em Bela Vista, no atual município de Mercedes. Para esta fazenda o senhor Osmar levava os boias-frias para trabalharem, o que significa que ele possuía uma posição de chefia entre os trabalhadores, alcançada depois de alguns anos de trabalho para a família. O senhor Osmar e a dona Ivone aposentaram-se como boias-frias, a trabalhadora narra o processo da aposentadoria:

Ivone: Ele se aposentou como boia-fria, o Arlindo Lamb assinou pra ele e o Picão e a dona Veni e ele se aposentou como boia-fria, que nem eu, eu me aposentei como boia-fria eu só precisei de duas pessoa pra, nenhuma uma outra pessoa mais, o Valter Lamb assinou e o Edí Seibert, que nós trabalhava de boia-fria também, ele assinou e o Valter assinou, também como boia-fria,

<sup>153</sup> MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista citada.

porque tinha nota que eu assinava todo fim do mês o Edi Seibert nós trabalhava e fim de semana nós tinha que assiná a nota, cada.<sup>154</sup>

Segundo dona Ivone, não houveram grandes problemas no processo de aposentadoria dela e de seu marido, uma vez que possuíam a documentação capaz de comprovar o trabalho como boia-fria, e também testemunhas. Diferente do caso da dona Julieta Kopsel, que levou sete meses para aposentar-se como boia-fria.

As relações de trabalho no campo da região Oeste paranaense narradas e descritas neste capítulo são extremamente complexas. Ao longo do período analisado, estas relações se modificaram e os sentidos e significados atribuídos a elas pelos trabalhadores também. Neste período uma série de direitos foram conquistados no Brasil, a partir da luta destes trabalhadores rurais por condições de vida e trabalho mais dignas. Estamos num momento delicado em que os defensores do agronegócio tentam deslegitimar estes direitos adquiridos, caracterizando-os como ultrapassados e que impedem o avanço da economia do país e apresentam-se como prejudiciais até mesmo para os próprios trabalhadores. Na verdade, o que temos é um campo permeado por injustiças sociais e leis que não são cumpridas, os trabalhadores continuam sendo explorados. Vemos a necessidade de uma rigorosa fiscalização – que não existe – para que estes direitos garantidos pela legislação sejam cumpridos pela Justiça, assim como a criação de novas leis que assegurem os direitos dos trabalhadores.

---

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*.

### CAPÍTULO III

#### **CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO CAMPO: “POR QUE ELA NÃO CONHECE AS LEI, POR QUE NÓS FOMO SE INFORMA!”**

Ao longo dos dois primeiros capítulos expomos situações de exploração, trabalho degradante, expropriação (da terra, dos meios de produção, do conhecimento), diante um processo de reorganização da produção e do trabalho no campo da região Oeste do Paraná. Uma realidade enfrentada pela classe trabalhadora que fixou limites e exerceu pressões em suas vidas. Para tanto, este capítulo tem por objetivo analisar as práticas sociais de resistências construídas pelos trabalhadores diante desta realidade vivida.

Diante este processo de transformações da produção, do trabalho e da vida no campo, os trabalhadores da região reagiram de diferentes formas. Muitos se deslocaram para outras regiões do Estado ou do país e até para o exterior, com expectativas de melhores condições de vida, trabalho e até de conquistar um pedaço de terra. Muitos destes, posteriormente retornaram como é o caso do Trabalhador Rodolfo Hoffmman e sua família, que na metade da década de 1980 foram para o Paraguai, por cerca de nove meses depois voltaram para o Oeste paranaense. Assim, também foi com Osmar e Ivone Martinuk, que no final da década de 1970 foram trabalhar no Paraguai, onde permaneceram por quase dois anos. O casal de trabalhadores Julieta e Bernardo Kopsel deslocou-se para o norte do Estado onde conseguiram comprar um pedaço de terra, mas numa localidade onde a terra não era produtiva, cerca de um ano depois, venderam a propriedade e retornaram.

Para os trabalhadores que não se deslocaram para outras regiões e mesmo para os que foram e depois retornaram, a vivência no Oeste paranaense é marcada pelos constantes deslocamentos entre os municípios ou mesmo dentro deles. Sempre em busca de trabalho e uma vida melhor para a família. Para a grande maioria dos trabalhadores entrevistados o deslocamento era a melhor alternativa encontrada diante uma situação de exploração, o que poderia ser entendido como uma ação individual, mas que constitui-se em uma prática social compartilhada pelos trabalhadores. Embora esta prática não altere a estrutura social e não traga benefícios significativos para os trabalhadores, atualmente ela tem gerado problemas para a classe patronal, que tem enfrentado a negação dos trabalhadores às péssimas condições de trabalho no campo.

O casal de trabalhadores Marlete e José Gittler, passou por inúmeras experiências de exploração e de direitos negados ao longo de suas vidas. No período da entrevista, os trabalhadores haviam saído há pouco tempo de um local de trabalho onde passaram por diversos problemas. Não tinham carteira de trabalho assinada, salário mínimo e ocorriam atrasos extensos no pagamento. Neste local, na Linha Passo Fundo, no distrito de Bom Jardim em Marechal Cândido Rondon, permaneceram por cerca de um ano, quando a situação chegou a um ponto insustentável. Estavam quase passando fome, sendo que o salário estava atrasado. Como se não bastasse, as agressões verbais dos patrões eram cada vez piores. A entrevista foi realizada logo após a saída dos trabalhadores deste local de trabalho, a narrativa sobre as condições de trabalho e os confrontos diretos com os patrões é longa e detalhada. E o ressentimento era grande:

Marlete: Por que ela não conhece as lei, por que nós fomo se informa!

José: Eu falei pra ela, daí nós tinha marcado lá em (Nova) Santa Rosa era pra ser dia vinte e sete, que nós ia mudar, daí aqui o outro ia sair dia trinta um. Daí eu falei pra ela “olha só dia trinta e um”. “Não, não, vocês tem que sair dia vinte e sete”. E queria por que queria que saia dia vinte e sete, eu falei pra ela “se tu ir te arrumá, tem que trazê por escrito assinado por um juiz, se nós temos que sair dia vinte sete nós vamos sair, se não, não”.

Marlete: Por que não existe, a lei não é assim! Se nós ir pra frente iam dá razão!

José: Que eu falei por três dia, ela queria que nós arrumava outro lugar pra nós levar a mudança pra dia trinta e um vim aqui, falei: “não tem, isso não existe”. O pouco que tá dando o leite agora, ainda fazê duas mudança, paga dois caminhão, não tem, isso não existe uma coisa dessas. Aí quando eu falei pra ela trazer assinado por um juiz, escrito num papel, daí ela não falou mais nada, que era pra sair dia vinte e sete. Eles não iam consegui isso. Isso não, ninguém é obrigado a sair tão rápido.<sup>155</sup>

Embora estivessem numa situação de total descumprimento de seus direitos, os trabalhadores tem consciência de que a lei minimamente lhes dava alguma garantia e um juiz seria o único capaz de fazer com que saíssem da casa onde moravam, o que contrapõe-se a visão dos trabalhadores rurais como ignorantes e desconhecedores de seus direitos. O proprietário queria que desocupassem a casa em poucos dias, porém, os trabalhadores sabiam que perante a lei possuíam o direito de permanecer ao menos trinta dias após a demissão. De acordo com o artigo 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regulamenta o trabalho

---

<sup>155</sup> GITTLER, José. GITTLER, Marlete. Entrevista citada.

rural, “rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a desocupar a casa dentro de trinta dias.”<sup>156</sup> Sobre a relação com os patrões, os trabalhadores narram:

Jaqueline: Como é que era assim a relação com eles?

José: No começo até que era bem bom, quando nós começêmo lá eles chamavam nós todo dia pra tomá um chimarrão depois de meio dia, durante a semana quando apurava o serviço um pouco chamava pra almoçar de meio dia, dia de domingo, quase todo domingo chamava a gente. Depois que nós começêmo a cobra mais por causa que eles não pagavam daí começou a ficar diferente, não convidavam pra almoçar tantas vez mais.

Marlete: Mas a gente era obrigada porque não tinha dinheiro mais, daí como é que era pra viver!?

Jaqueline: É até ia pedir, como que vocês se viravam?

José: Eu acho que se gente trabalha por porcentagem assim entrou o cheque do leite tem que receber.

Marlete: Que nem o mês que nós ganhamo quatrocentos e oitenta, mixaria quatrocentos e oitenta e não recebe ainda!

Jaqueline: Como é que vocês faziam daí? Deixava as contas atrasadas?

José: É nós tinha, tinha guardado um pouco dá, uma reserva dos mês que deu mais, daí deu pra se virá.

Marlete: Nós tinha o carro pra abastece, tinha a moto pra abastece, tinha seguro essas coisa pra paga, né? Aí tinha que se virá.

José: Eles queriam que nós ia na Copagril fazê rancho com o cartão deles, né? Não dá. A gente precisa do dinheiro também, não é só fazê rancho, tem as outras conta pra paga também, a gente precisa.<sup>157</sup>

Parece que enquanto os trabalhadores mantiveram-se em silêncio sem reagir aos atrasos no pagamento a relação com os patrões era razoável. A partir do momento em que passam a reivindicar o salário atrasado as coisas mudam e iniciam-se os conflitos. A situação dos trabalhadores teve que chegar a um ponto insustentável para que de alguma forma reagissem. Sem carteira de trabalho registrada, jornada de trabalho extensa e salários miseráveis, a gota d’água foram os atrasos no pagamento, que eram cada vez maiores. As agressões verbais também passaram a ser constantes:

Marlete: Ela gritou de longe, ela falo assim, que eu era uma vagabunda, que eu não fazia nada, eu só tava doente, e que era pra desocupá, em cinco dia era pra desocupa a casa.

José: Doente não, que ia fazia consulta e nunca não tinha nada, não marcava nada nos exame. Eu falei como que não marca nada se deu sinusite, os papel tão ali deu sinusite marco, isso não é nada isso é alguma coisa se deu sinusite isso é alguma coisa. Daí eu falei pra ela: E tu tá aqui por que? Ela não esperou nem a primeira mulher do Osmar tá bem fria já tava em cima do, pra ficá com ele.

<sup>156</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm). Acesso em: 12 set. 2013.

<sup>157</sup> GITTNER, José. GITTNER, Marlete. Entrevista citada.

Marlete: Por que ela não conhece as lei!<sup>158</sup>

Neste momento, o casal de trabalhadores havia pedido demissão, mas ainda estava residindo na propriedade. Sofriam forte pressão dos patrões para que deixassem imediatamente a casa onde moravam, porém os trabalhadores conhecendo seus direitos não cederam. Continuaram residindo no local até o momento em que encontraram outro trabalho e mudaram-se. Esta tem sido a solução para muitos trabalhadores diante a insatisfação com determinado trabalho, pedir demissão e ir em busca de outro local de trabalho. O casal de trabalhadores tinha conhecimento de que seus direitos estavam sendo descumpridos. Mas nem mesmo diante de uma situação tão precária buscaram reivindicar pelos direitos que são garantidos por lei. Não por desinformação ou ignorância, mas por considerarem que esta não seria a melhor decisão. Talvez pelo transtorno que isso acarretaria, tempo e dinheiro que o casal de trabalhadores não teria para despender num processo trabalhista.

Anterior a este local de trabalho, Marlete e José viveram uma experiência que em nosso julgamento parece ainda pior. No distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon, trabalharam para uma família que produzia leite, por cerca de um ano, quando o senhor José sofreu um acidente de trabalho:

Jaqueline: Mas daí em Iguaporã vocês ficaram um ano daí saíram porque deu problema?

José: É estraguei minha vista, desisti lá que a patroa começou reclama que eu machuquei a vista e não podia trabalha e.

Marlete: Porque ele fez tudo os exame né? Tudo os exame porque ele era pra fazê cirurgia né? Ele foi pra Curitiba um dia daí nós achava certo que ele ia fazer cirurgia mas daí ele volto, daí ele tinha que fazê um oito de exame, aí ele fez o exame do coração e.

José: Tudo os exame pra Cirurgia.

Marlete: Tudo que precisa. Mas tava se tornando muito caro pra nós, nós ganhava pouco e nós não ia consegui fazê.

José: Não é garantido que fica bom né? Que ia fica boa. Precisava no mínimo três cirurgia.

Marlete: Na vista dele.

José: A médica Verônica aqui de Rondon falô. Mínimo três cirurgia e não é garantido que fica boa, daí desisti de.

Marlete: Daí precisava de um acompanhante e junto, sim e eu vô deixa as vaca ali e ir junto com ele pra Curitiba. Porque eles não iam opera ele sem um acompanhante.

José: Fosse uma cirurgia e tava bom tudo bem, mas fazê três isso é muito e não é garantido ainda, fosse cem por cento garantido aí assim dava pra fazê.

Marlete: Imagina passa três cirurgia tudo que não ia.

Jaqueline: É difícil. Mas daí vocês tinham contrato pra três anos?

---

<sup>158</sup> Idem, Ibidem.

José: Pra três anos, daí nós anulamos ele.

Marlete: Ele não podia manda nós embora né? Porque nós tinha um contrato né? Mas nós desistimos porque tinha três patrão mandando daí não funciona.

Jaqueline: Lá em Iguaporã?

Marlete: Três mandando daí não funciona.

José: Ele, ela e o filho dele, um falava um jeito, outro falava de outro jeito, outro falava de outro jeito, daí não funciona as coisa.

Marlete: Fazê assim não, era pra tê feito assim, o outro vinha não era pra tê feito assim, daí como é que tu vai fazê alguma coisa.<sup>159</sup>

O trabalhador sofreu um acidente durante o trabalho e perdeu a visão de um dos olhos. Além do ocorrido, o patrão reclamava que ele não estava trabalhando por estar cego. Devido à falta de recursos financeiros e pela não garantia da recuperação da visão o trabalhador decidiu não realizar nenhuma intervenção cirúrgica. O que chama a atenção na narrativa é a preocupação de dona Marlete em ter que acompanhar o seu esposo, caso fizesse a cirurgia na capital do Estado, assim, não teria quem ordenhasse e alimentasse os animais. Apesar das vacas não serem suas, dona Marlete preocupava-se com os animais.

Parece que na compreensão dos trabalhadores os patrões não tinham responsabilidade pelo acidente e, portanto, nenhuma obrigação com os gastos do tratamento. Também nesta situação a solução encontrada pelo casal foi romper o contrato de trabalho que possuíam (Três anos) e ir à busca de outro trabalho.

Circunstância parecida foi o que também fez o trabalhador Guido Limberger, ao decidir que não queria mais continuar trabalhando na propriedade, onde junto com a esposa eram empregados há mais de vinte anos:

Jaqueline: Mas daí vocês saíram, ano passado vocês saíram?

Guido: Saímos em julho e voltamos em novembro.

Jaqueline: Mas por que daí?

Guido: Ah eu tava enjoado, vinte ano a mesma coisa, a mesma coisa daí, mas eu sai já com dia marcado pra voltar, pra dá assim uma esfriada na cabeça, por que, bom o teu pai trabalha com vaca sabe o como que é estressante, daí eles não queria que eu ísse, eles queria que eu tirasse uns dois, três mês de férias, mas eu quis sair, quis sair com mudança e tudo, mas daí quatro mês a gente já voltou de novo, mesmo lugar, mesmo serviço, mesma casa, tudo, mas tá melhor agora a gente renovo, a gente deu uma renovada, ficô melhor

Jaqueline: Mas daí vocês foram pra onde?

Guido: Pra Toledo.

Jaqueline: Pra Toledo.

Guido: Lá fomo cuida de uma granja de porco, lá era bom, só que o meu lugar era aqui sabe, já vinte e poucos anos aqui, a gente se dá que nem uma

---

<sup>159</sup> Idem, Ibidem.

família, nunca mais eu vou achar um patrão assim, é que nem uma família, ele tem só uma filha ela é minha afiliada, a minha filha é afiliada dele, a gente se dá que nem uma família. Os filho dele tudo quando a gente chegou aqui a gente até pegava no colo era pequenininho, o tempo que era vereador, não tem porque, pretendo agora fica sempre.<sup>160</sup>

Como narra o senhor Guido, a relação com o patrão e sua família era quase que “familiar”. Relação muito semelhante a vivida pelo trabalhador Altair com um antigo patrão, a qual terminou com um ação na Justiça do Trabalho. Na fala do trabalhador Guido, ele não narra nenhuma briga ou conflito com o patrão que o tenha levado a tomar a decisão de pedir demissão, nem mesmo após o pedido. Apenas que estava “enjoado” após tantos anos trabalhando na mesma atividade. Porém, em outro momento da entrevista fala sobre as causas que o levaram a pedir demissão:

Jaqueline: O Rodrigo falou que vocês tiravam (leite) assim três vezes ao dia?

Guido: Até, até por causa disso foi o que mais me cansou, sabe, por isso mais quis ir embora por causa disso, que eu não aguentava mais, era humanamente impossível, e também era só os dois (Guido e a esposa). Primeiro nós tirava as sete da manhã, mas daí sempre vinha cedo antes, uma e meia da tarde e nove meia, nove hora da noite, mas daí isso até onze hora da noite, aguardei assim acho que uns seis, sete ano nós fizemos neste sistema.<sup>161</sup>

Na atividade industrial de produção de leite aonde o senhor Guido trabalha a ordenha das vacas era realizada três vezes ao dia. O comum atualmente é que a ordenha seja realizada duas vezes, no início e no final do dia. Porém, alguns “produtores” que possuem uma quantidade maior de animais e com uma genética “melhor”, optam por ordenhar três vezes ao dia, com o intuito de aumentar a produção. Em alguns casos isso é feito nos períodos em que o preço do litro do leite está elevado. O senhor Guido e sua esposa trabalharam neste sistema sete anos seguidos, ocupando o dia e a noite com a ordenha. Mesmo tendo uma relação “familiar”, o proprietário não se comoveu com o desgaste físico e mental que o trabalho árduo com a produção de leite neste sistema trouxe. Tanto que a alternativa encontrada pelos trabalhadores foi pedir demissão e buscar outro trabalho.

Depois de quatro meses, o casal voltou para a propriedade, onde passaram a ordenhar as vacas somente duas vezes ao dia. Provavelmente, o “produtor de leite” teve dificuldade em encontrar outros trabalhadores que tivessem experiência no trabalho com as vacas leiteiras e,

<sup>160</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista citada.

<sup>161</sup> Idem, Ibidem.

principalmente, que estivessem dispostos a trabalhar ordenhando três vezes ao dia. O motivo que fez com que o casal de trabalhadores voltasse ao trabalho antigo relaciona-se ao salário que recebiam, acima da média na região. E também motivados com a proposta de voltarem ordenhando apenas duas vezes ao dia. Como falou o senhor Guido, “o meu lugar era aqui”, referindo-se aos sentimentos de uma relação de trabalho de vinte anos. O que chama a atenção na narrativa do senhor Guido é que ele se coloca sempre como sujeito de sua história. É sempre ele que decide o que fazer, quando e como fazer, apesar de todos os limites e pressões. Assim, como a decisão de pedir demissão e procurar outro trabalho e, posteriormente, retornar foi sua deliberação.

Diante das situações vivenciadas de exploração e precariedade no trabalho, a alternativa encontrada por muitos é o deslocamento para outros lugares e trabalhos. Nos quais, quase sempre encontram condições iguais ou piores das vividas anteriormente. E após algum tempo novamente vem o deslocamento. Pedir demissão e ir em busca de outro trabalho parece ser o máximo que a maioria dos trabalhadores rurais atualmente tem feito.

James Scott critica grande parte da produção sobre o mundo rural que se empenhou em analisar as rebeliões e revoluções camponesas. Enquanto os longos períodos em que estas não ocorreram foram deixados de lado e as resistências construídas cotidianamente esquecidas<sup>162</sup>. Então, é a investigação destas resistências cotidianas que James Scott se propôs a fazer. Karl Monsma elaborou uma análise crítica da produção de James Scott. Em especial a forma com Scott trata as resistências cotidianas dos “subordinados”. De acordo com Monsma:

Conforme Scott, a resistência contínua de pequena escala ou até individual, mas tacitamente organizada e incentivada pela cultura dos subalternos, impõe limites ao poderosos e frustra muitas de suas ambições, a longo prazo condicionado, igualmente ou até mais que os movimentos sociais, as formas de extração e dominação.<sup>163</sup>

A produção de James Scott contribuiu significativamente para demonstrar a importância das resistências cotidianas no dia-a-dia dos trabalhadores e em mudanças sociais a longo prazo. Fazendo a crítica aos cientistas sociais que apenas percebiam resistências nos movimentos ditos “organizados”. Porém, assim como afirma Monsma, James Scott é voluntarista em sua avaliação das ações humanas. O autor exagera ao afirmar que todas as

---

<sup>162</sup> SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

<sup>163</sup> MONSMA, Karl. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, nº49. P. 95-122. p.103.

ações dos sujeitos são previamente planejadas. Os “pobres” quando interagem com os poderosos representariam estrategicamente a subordinação, tanto para se protegerem quanto para conseguir benefícios. Scott também questiona a noção de hegemonia, e afirma que a passividade dos camponeses diante situações de exploração acontece pelo receio da repressão e não por valores e crenças:

Uma interpretação alternativa dessa quietude poderia ser a de que ela se explica pelas relações de força no campo, e não pelos valores e crenças dos camponeses. Nessa perspectiva, a paz agrária pode mais propriamente ser a paz da repressão (recordada e/ou prevista) do que a do consentimento ou cumplicidade.<sup>164</sup>

A situação vivida por Guido Limberger pode ser pensada através das considerações de Karl Monsma e James Scott. Diante da situação de exploração vivida o trabalhador decidido a não suportar mais aquelas condições de trabalho pede as contas e vai embora. Não podemos afirmar que o senhor Guido estava consciente de que estaria criando um problema para o patrão. Obviamente, que ele sabia que não seria fácil encontrar outro trabalhador para substituí-lo. Guido não tinha a certeza e talvez nem tivesse pensado, que ao pedir as contas e ir embora por alguns meses teria tal resultado. O fato é que as condições de trabalho na propriedade para o senhor Guido e sua esposa melhoraram, porém, a relação de dominação não foi alterada. Talvez o acontecido tenha até fortalecido a relação paternalista entre o trabalhador e seu patrão.

Podemos afirmar que pedir as contas e ir embora do trabalho tem se constituído em uma prática social entre os trabalhadores do campo. Prática que embora não traga grandes melhorias para a classe trabalhadora e não signifique mudanças na estrutura social, tem gerado problemas entre a classe patronal. A qual, frente a negação dos trabalhadores as condições de trabalho precárias existentes no campo, tem-se visto diante três alternativas principais: mecanizar ao máximo a produção – quando isso é possível; paralisar a produção; “melhorar” as condições de trabalho (salários maiores, jornada de trabalho menor, entre outros).

Em relação a primeira alternativa, uma reportagem produzida recentemente pelo programa de televisão voltado ao meio rural, Globo Rural, da Rede Globo de Televisão, mostrava a ordenha de vacas totalmente mecanizada, que dispensava a força de trabalho

---

<sup>164</sup> SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.

humana. É claro que aquela máquina não possuía a mesma destreza que um trabalhador experiente, e também realizava apenas a ordenha, sendo que a produção de leite vai muito além do “tirar o leite”. E, certamente, que são poucos que possuem condições de adquirir tal sistema de ordenha. Mas, é uma forma encontrada por grandes produtores de leite para amenizar a falta de mão de obra. Para tantos outros que não tem condições de automatizar ainda mais a produção, seja de leite ou outra atividade, muitas vezes se vem obrigados a parar de produzir. Temos observado que isso tem acontecido e muito no campo da região. Diante desta situação alguns vendem as propriedades, outros alugam as estruturas para terceiros ou as deixam inutilizadas. A alternativa encontrada pelo patrão do senhor Guido foi modificar a produção em sua propriedade, o que, conseqüentemente, diminuiu a carga e a jornada de trabalho, melhorando as condições de trabalho para Guido e sua esposa.

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, ao que tudo indica, foram e ainda são inexistentes práticas ligadas a reivindicações de trabalhadores por seus direitos ou a ampliação destes. Ele se limita a ações burocráticas e institucionais ligadas a Créditos Rurais, fornecimentos de insumos, declaração do Imposto Territorial Rural (ITR), entre outros. Desta forma, nos parece que o Sindicato não representa os trabalhadores sem-terra e assalariados rurais e nem estes se vem representados pelo sindicato, apenas os pequenos proprietários de terra que, teoricamente, se enquadram na categoria de trabalhadores rurais. Diferente do que conclui Flaviane Mônica Christ em sua dissertação sobre o processo de formação e organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu – PR, no início da década de 1970:

As experiências que vão se formando e formando o sindicato, apontam para uma história de conflito, pois, por terra, trabalho, saúde os sindicalistas estavam em luta. São narrativas muito distintas da noção de “peleguismo”, que já virou um fato na historiografia sobre sindicalismo rural, na década de 1970, mesmo sem qualquer estudo de caso. É normal participar de congresso e escutar: “o sindicalismo rural foi assistencialista e pronto”. A história acaba já no início, sem pesquisa. Negando essa generalização, é possível afirmar que as lutas fizeram-se presentes na formação do STRs de São Miguel do Iguaçu. O que não significa dizer que foram lutas “revolucionárias”, mas que os sujeitos buscavam constituir-se e construir o sindicato.<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010. p. 59.

Os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários de terra de São Miguel do Iguaçu viam no sindicato uma possibilidade de conquistar melhores condições de vida e trabalho. Fosse através da luta por um pedaço de terra, pela garantia do cumprimento de direitos trabalhistas. A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, analisada por Flaviane M. Christ, é concomitante ao processo de formação de sindicatos em outros municípios da região. Neste mesmo período, em 1970, o sindicato de Marechal Cândido Rondon foi fundado.

Segundo um levantamento rápido, ocorreu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turneiras do Oeste, em 1969, o de Medianeira, em 1970, o de Toledo também, em 1970, o de Matelândia, em 1973. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jesuítas foi fundado em 1981, o de Vera Cruz do Oeste, em 1982, e o de Tupãssi, foi fundado em 1984.<sup>166</sup>

O sindicato de Marechal Cândido Rondon não fornece assistência jurídica em processos trabalhistas de trabalhadores contra patrões, apenas a nível de informação. O que é evidência de que não é um sindicato atuante na luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas no campo. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Alcino Biesdorf, depois da Convenção Coletiva de Trabalho, extinguiram-se os processos judiciais entre trabalhadores e patrões:

Jaqueline: E quanto a assistência jurídica o sindicato?

Alcino: Também, nós desde aquela época assistência jurídica nós sempre prestamos ao quadro social, dentro do possível, o que se enquadra na questão de reivindicação, de informação, essas coisas nós atendemos, processo não, processo jurídico aí cada um tem de negociá com o jurídico pra fazer isso, as informações, orientações, orientações trabalhistas e assim por diante, isso nós damos toda a assistência nesse setor.

Jaqueline: A procura é grande pra assistência jurídica?

Alcino: Não. Porque nós temos hoje já há mais de dez anos a convenção coletiva de trabalho e depois que nós implantamos a convenção coletiva com a classe patronal nós não tivemos mais, assim, casos específicos de ações judiciais contra patrões alguma coisa, isso depois da convenção coletiva praticamente acabou.<sup>167</sup>

A pouca procura por assistência jurídica é percebida como algo extremamente positivo, pois significaria que os conflitos entre trabalhadores e patrões no campo não

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*, p.148-149.

<sup>167</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

existiriam mais, tudo isso graças a Convenção Coletiva de Trabalho, que viria para trazer a “paz no campo”.

Jaqueline: O Senhor poderia me explicar como que é a convenção coletiva, eu não entendo muito?

Alcino: A convenção coletiva é o seguinte, nós fizemos uma planilha de reivindicação de salário, de hora extra, de fim de semana remunerado e assim por diante, que abrange toda classe que cuida de uma propriedade como empregado, e isso é negociado com a classe patronal, se faz um documento disso, é registrado em cartório, é protocolado o próprio Ministério do Trabalho, então isso se tornou, depois de feito o acordo da convenção coletiva, isso é uma lei, não se olha muito a consolidação das leis trabalhistas, ou seja, a CLT, a nossa CLT hoje, noventa e nove por cento é a convenção coletiva de trabalho, o que se apontou com essa convenção perante a justiça do trabalho é válido, se um empregado registra, vai abrir uma ação trabalhista contra um patrão ele tem que provar por A e mais B que o patrão não cumpriu o que tá escrito no acordo e vice e versa, se o patrão entra com ação trabalhista ou ação contra o empregado que ele possui, ele tem de provar por A mais B de que realmente o que o empregado fez não cumpriu com o acordo coletivo, então, é igual ou até melhor do que a consolidação, a CLT.<sup>168</sup>

Embora a Convenção Coletiva de Trabalho e o Dissídio Coletivo de Trabalho sejam conquistas dos trabalhadores, a correlação de forças nem sempre é favorável a eles. Agravado pelo fato de não existir no município a prática política do sindicato em fiscalizar os locais de trabalho para averiguar que a legislação está sendo cumprida. Outro fator que prejudica a classe trabalhadora é a prescrição das demandas trabalhistas em cinco anos, a partir do ano de 1998. E parece ser este o fator que mais pressionava os proprietários de terra a partir da constituição de 1988, na qual os trabalhadores rurais foram igualados em nível de direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos: a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas no campo. Sendo que, em muitos casos, o valor referente a uma propriedade de terra era o equivalente, ou não era suficiente, para pagar uma causa, na qual o trabalhador poderia reclamar dez, vinte ou trinta anos de trabalho. O que em muitos casos significava a perda da propriedade da terra. Segundo Rinaldo José Varussa “com base nestes aspectos, é possível perceber que a Convenção caracterizava-se antes como uma garantia aos empregadores do não comprometimento da produção e da propriedade, dada as restrições de reivindicação impostas aos trabalhadores naquele contrato.”<sup>169</sup>

<sup>168</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>169</sup> VARUSSA, R. J. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009. p. 453.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirma que a Convenção Coletiva do Trabalho é uma lei e deve ser cumprida:

Alcino: É uma lei, e a justiça aceita isso, se alguém reclamar de uma questão ele tem de provar que realmente o patrão não cumpriu o que tá escrito na convenção, ele cumpriu isso, ele perde a ação, e não tem o que reclamar e realmente isso acabou, antes disso tinha muitas ações trabalhistas, patrão contra empregado, empregado contra patrão, e depois quando se formou esse formato da convenção coletiva de trabalho acabou.<sup>170</sup>

Nos processos trabalhistas o ônus da prova geralmente é do patrão e não do trabalhador. Isso significa que se um trabalhador instaura uma ação contra um patrão afirmando que este descumpriu com determinada lei, é o patrão alegando o contrário o responsável em provar ser falsa a afirmação do trabalhador.<sup>171</sup> Em sua narrativa o senhor Alcino está ocultando um direito dos trabalhadores. Se um trabalhador com pretensões de instaurar um ação contra um patrão o procurasse pedindo informações em relação a isso, provavelmente seria desmotivado. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais está reproduzindo o discurso das classes dominantes na tentativa de ocultar direitos garantidos aos trabalhadores. Podendo criar receio por parte dos trabalhadores em utilizar de meios legais para fazer valer o que lhes é garantido.

De forma semelhante, o senhor Ivanir Cunico acreditava que trabalhadores que nunca tivessem movido ação trabalhista contra patrões teriam os anos de contribuição e carteira assinada dobrados, informação que teria sido passada por um advogado:

Ivanir: A, carteira assinada sim, a minha carteira, por isso que eu podia ter me aposentado por tempo de serviço, minha carteira tava assinada quando eu fui pra Cascavel aquela vez, dezoito ano já, né? E se tu nunca põe um patrão na lei, como se diz, a tua carteira cada ano ela vale por dois, o advogado, aquele que queria fazer pra mim a aposentadoria por tempo de serviço ele falô, você já tá perdendo seis ano, que a tua carteira tá valendo trinta e seis ano.

Jaqueline: E o senhor nunca colocou ninguém na justiça?

Ivanir: Iii! Não queria nem saber! Digo, eu vou me aposentá com duas depois (risos).<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

<sup>171</sup> ROCHA, D. P. M. Ônus da prova no processo trabalhista. **Universo Jurídico**. Disponível em: <[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3746/onus\\_da\\_prova\\_no\\_processo\\_do\\_trabalho](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3746/onus_da_prova_no_processo_do_trabalho)>. Acesso em: 26 nov. 2013.

<sup>172</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

Depois da Convenção Coletiva de Trabalho em Marechal Cândido Rondon, o número de ações judiciais diminuiu muito. Segundo Varussa, conjuntamente a instauração da Junta de Conciliação e Julgamento no município, havia uma média mensal de trinta ações trabalhistas abertas relacionadas ao meio rural. E, desde o ano de 1994 esse número caiu drasticamente, não chegando em média a 10 ações anuais.

Embora as ações trabalhistas relacionadas ao trabalho no campo tenham diminuído depois da Convenção Coletiva de Trabalho, de forma alguma quer dizer que as leis trabalhistas tem sido cumpridas e que os conflitos tenham acabado. Uma matéria do jornal *O Presente Rural* pode ser mais uma evidência do descumprimento de direitos trabalhistas no campo na região. O sindicato patronal rural alerta a classe sobre a necessidade de cumprir com os direitos trabalhistas e previdenciários:

Trabalhar na zona rural tem atualmente tantos benefícios quanto na cidade, todos garantidos por lei. Também há responsabilidades por parte dos empregados e empregadores que precisam ser seguidas, para evitar problemas futuros na área trabalhista. Por isso o Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon (PR) está fazendo um alerta sobre a questão e se dispondo a mediar contratações para os associados, o que é feito também por outras entidades do setor.<sup>173</sup>

Este “alerta” feito pelo Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon em um dos jornais com maior abrangência da região evidencia que muitos patrões não têm cumprido com os direitos trabalhistas e previdenciários no campo. A preocupação do Sindicato patronal, obviamente não é com os trabalhadores que estão sendo lesados, mas com os problemas que os patrões poderão ter futuramente com a Justiça do Trabalho. O que é advertido pela advogada do sindicato, Raquel Denise Kroth:

Segundo Raquel, a rigidez da lei deve ser considerada como uma vantagem para o campo. “Com isso, os trabalhadores tem a certeza e a garantia de que trabalhar na zona rural pode ser tão interessante quanto na cidade e dessa forma é possível, aos poucos, amenizar a carência de mão de obra que existe no campo”, destaca lembrando, que quem não segue a lei está passível de sanções. “Há produtores rurais que ainda relutam, mas ao postergar as medidas, está correndo o risco de ser multado ou ter problemas trabalhistas”, alerta.<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> Sindicato Rural alerta para legalidade de contratos trabalhistas. **O Presente Rural**. Especial Suínos e Peixes. Marechal Cândido Rondon - PR. Out./nov. 2011, p. 05.

<sup>174</sup> Idem, ibidem.

Na fala da advogada é possível perceber que a classe patronal compreende perfeitamente os motivos que levam a “falta de mão de obra” no campo: as péssimas condições de trabalho e, principalmente, o descumprimento das leis trabalhistas.

De todos os trabalhadores entrevistados ao longo da pesquisa, apenas um deles relatou ter usado a Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos. O trabalhador Altair Cunico narra este processo:

Altair: Não, eu parei, eu trabalhei vinte e, de setenta e sete a dois mil e cinco, e só que lá, sabe foi muito na base da confiança e daí depois na hora que eu quis para daí ele negou tudo, que nem eu, a minha documentação, eu era registrado com um salário né? Mas eu recebia três, então ele me pediu que eu fizesse isso que ia sair mais barato o registro pra ele e se um dia acontecesse alguma coisa ele pagava a diferença. Então, pra ser registrado com um salário só e daí eu assinava, que nem ali no escritório eu assinava minhas férias, nunca recebi férias em vinte e nove ano nunca recebi férias, nem férias eu recebi nem as férias pago também e só que o Gilberto sempre falava pra mim tu tem que assina por que como é que eu vou fecha o caixa aqui do ano, né? Se não, não tem como fica registrado se tu não assina, e ele sempre falava que era pra eu assina que ele ia me dá, o dia que eu parasse que ia me dá tudo o que, e eu fui assinando aquilo, só que assinava as férias, assinei papelada eles trazia lá em casa uma vez por ano, duas vez por ano, feixe de papel assim pra eu assinar, assinava e nunca lia isso, porque eu confiava nele, e depois quando fomo fazê o acerto tinha os papel tudo assinado, o que eu queria? Que eu pedi pra ele o dia que eu saí que ele me desse dois alqueire de terra pra mim pra eu pode, eu construí uma casinha e ia trabalha, né? E aí ele me chamou de louco, que eu queria acaba com ele, ele com três fazenda lá no Paraguai e mais uns quarenta alqueire aqui tem, nem ele não sabe o que ele tem.<sup>175</sup>

O senhor Altair mantinha com seu patrão uma relação que pode ser entendida como paternalista. Começou a trabalhar desde muito jovem para este fazendeiro, com cerca de dezoito anos de idade. Por muito tempo, residiu na mesma casa que a família do patrão, criando laços muito próximos com os filhos dele, que ainda eram pequenos. Após o seu casamento, ele e sua esposa foram morar em outra propriedade deste mesmo fazendeiro. As relações cada vez mais estreitas, suas filhas foram apadrinhadas pelos filhos do patrão. Este referia-se ao trabalhador como seu filho mais velho, as suas filhas como suas netas. Porém, o senhor Altair e sua família sempre perceberam a contradição nesta relação. Esse tratamento familiar existia quando interessava ao patrão, e oscilava com momentos de ofensas verbais. E as condições de trabalho enfrentadas pelo trabalhador eram extremamente precárias. Mesmo sendo consciente desta situação, o senhor Altair mantinha confiança no homem para quem

<sup>175</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

trabalhou por trinta anos e acreditava que um dia seria recompensado por tantos anos de dedicação, de trabalho árduo, o qual fez com que sua saúde se debilitasse. Porém, no momento em que decidiu que não queria mais trabalhar para outros e sim para si mesmo e sua família, uma relação que antes era familiar transformou-se em disputa. A única alternativa encontrada pelo trabalhador para receber o que lhe pertencia por direito foi por meio da Justiça do Trabalho e, por isso, entrou com uma ação trabalhista contra seu antigo patrão:

Altair: Digo vô para pra, num pedacinho de terra, vou trabalhar pra mim, vou trabalhar por dia ou me arrumo um emprego pra e daí no fim ele não quis fazê, diz que não ia mais fazer acerto, daí nós fomo, tinha advogado e ele também tinha, no fim eu falei não tudo bem, aí ele me deu vinte e oito mil pra mim e pago o advogado.

Vagner: Esses vinte e oito mil foi em dois mil e cinco, dava pra compra os dois alqueires ou não?

Altair: Não, não dava nenhum, aí ficou com, também falei ele precisa mais do que eu.

Vagner: Mas não tinha aquela coisa da palavra?

Altair: É mas, eu falei pra ele aquela vez “tu é muito pouco homem”, digo, “pra prometer tanta coisa” e, por que eu também não precisava ter assinado esses documento essas papelada tudo, só que eu achava assim tantos ano que eu tava ali junto e ele sempre falava “não o dia que tu para tu vai ter mesma coisa que nem os pia tem”, ele tinha um pia e uma menina, e mas eu também não queria, eu queria que ele me desse dois alqueire de terra pra mim pra eu poder viver pra, que eu tava cansado de trabalhá, tantos ano trabalhá de, e daí eu queria tentá começá sozinho trabalhá por conta, e daí, mas isso passa, hoje ele tá aí, ela tá lá vegetando já uns três anos e ele tá com um pé na cova e só esqueceu de caí, não tem nada da vida também, os filho tudo virou uma bagunça, não tem nada da vida.

Vagner: Então, parece que com patrão na hora que tá dando lucro pra eles tudo bem, depois não tem palavra, só tem palavra quando tá dando lucro?

Altair: Ah, isso sempre foi, por que ele era assim, quando tinha despesa pra pagar ou quando tinha que comprar alguma coisa ele nunca tava satisfeito, agora quando vinha que tinha soja, milho depositado na firma pra vender.<sup>176</sup>

A relação do senhor Altair com seu patrão foi marcada por uma série de promessas de que um dia como recompensa pelos anos de trabalho teria seu pedaço de terra. Porém, quando o trabalhador decidiu que era o momento disso acontecer seu patrão o negou. Na compreensão de Altair dois alqueires de terra seriam o suficiente para trabalhar e sustentar sua família. A ação movida pelo trabalhador não prosseguiu, assim como em muitos outros casos houve uma conciliação entre as partes. Segundo Rinaldo José Varussa, a Justiça do Trabalho, composta a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como uma “justiça especial”, tem como característica diferenciadora a possibilidade de conciliação entre as partes envolvidas no

---

<sup>176</sup> Idem, Ibidem.

processo, independente do cumprimento das leis. Ainda afirma que a característica comum nas conciliações pode ser a perda para os trabalhadores de parte significativa de valores em relação a uma demanda inicial. Isso porque a garantia de receber imediatamente um determinado valor, mesmo que baixo em relação a demanda inicial, parece mais vantajoso e seguro, levando em consideração outra característica da Justiça do Trabalho: a morosidade. A conciliação e a morosidade juntas são extremamente favoráveis a burguesia.<sup>177</sup>

Para o trabalhador Altair a conciliação não foi apenas um cálculo racional do tipo “melhor pouco do que nada”. Seguir um processo que poderia durar anos para provar o descumprimento dos direitos trabalhistas por parte de seu patrão e conseguir receber o que seria justo por tantos anos de trabalho feria seu orgulho. Para o trabalhador era tão absurdo a negação de seus direitos que esse processo seria humilhante.

O senhor Altair narra sobre o pedaço de terra que seu patrão havia lhe dado como forma de pagamento por férias e salários atrasados e que no acerto de contas foi tomado dele. A confiança era tão grande, que nunca sentiu a necessidade de registrar formalmente esse pedaço de terra:

Altair: Aí eu falei pra ele, digo, não eu não vou me incomodar mais com isso aí, se ele acha que ele não deu, ele precisa mais do que eu, digo, eu não preciso, ele precisa dessa terra aí. E também deixei não fui mais atrás, falei pra ele isso tu pode comprar vela o dia que tu morrer porque, e ficô também não me deu mais aquilo, só que se eu tivesse pegado na época feito logo documentação, não isso aqui é meu, podia ter feito, mas tantos anos trabalhando junto e o cara todo dia te falando isso e isso, e na hora que tu quer, eu ia para porque eu tava cansado, sabe, tantos ano e os maquinário dele aí tava tudo virado numa coisa e ele não queria gastar dinheiro pra arrumá as coisa, comprá máquina aqui, e daí depois eu, a filha dele tinha casado e o genro dele era uma baita de uma, daí eu pensei.<sup>178</sup>

O trabalhador não tirava férias e também nunca recebeu por elas, não recebia décimo terceiro salário, horas extras, folgas semanais. Apesar de tudo isso, o que mais marcou Altair foi ter tomada de volta à terra que já considerava dele. Para o trabalhador, o fato de ter pedido demissão não justificava as atitudes do antigo patrão. Bem porque, não foi resultado de um enfrentamento direto entre os dois, o qual aconteceu apenas após a demissão.

Muitos trabalhadores da região diante estas condições precárias de vida, sem ter o próprio pedaço de terra para trabalhar, sem trabalho e direitos desrespeitados, vislumbraram

<sup>177</sup> VARUSSA, R. J. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009. p. 443.

<sup>178</sup> CUNICO, Altair. Entrevista citada.

na luta coletiva pela terra a possibilidade de uma vida melhor. De todos os trabalhadores entrevistados, apenas a senhora Maria Mercedes Rocha participou de um movimento social de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Dona Maria tinha sessenta anos quando a entrevistei e fazia cinco anos que havia se deslocado para o distrito de Bom Jardim, no município de Marechal Cândido Rondon. Conheci a trabalhadora Maria Mercedes Rocha através da colega Salete Inês Walter, que reside na mesma localidade que a trabalhadora e mantinha contato com a família de dona Maria também por conta da pesquisa histórica. Salete Walter investigou as relações sociais que envolvem os trabalhadores batedores de caixa e pegadores de frango para uma empresa terceirizada pela Cooperativa Agroindustrial Copagrill, para recolher os frangos nos aviários da região. Dos nove filhos de dona Maria cinco trabalham nesta atividade. A trabalhadora nasceu no município de Araruna, Paraná, aonde iniciou sua trajetória de trabalho no campo ainda durante a infância junto com os pais e os dezessete irmãos na pequena propriedade de terra da família. Dona Maria apresentou-se assim:

Eu sou Maria Mercedes Rocha, nasci em Araruna, nasci perto, é, como é que fala? Esqueci. Campo Mourão! Trabalhei muito de boia-fria, colhendo soja, essas coisas assim, né? De tudo um pouco eu fazia, trabalhava de diarista na casa dos outros também.<sup>179</sup>

Depois de casada dona Maria e seu esposo deslocaram-se inúmeras vezes em busca de trabalho e melhores condições de vida. Acerca de dez anos atrás, após um longo período vivendo no Paraguai, dona Maria e sua família retornaram ao Brasil e ela ingressou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no acampamento Chico Mendes, localizado na cidade de Matelândia:

Jaqueline: E por que vocês foram nos sem-terra? Como vocês ficaram sabendo?

Maria: Porque um cunhado meu tava morando ali, daí foi lá e chamô pra vim.

Jaqueline: O irmão do seu marido?

Maria: É isso, já morava aí, daí nós viêmo.

Jaqueline: Mas e porque que vocês foram?

Maria: Nós só tinha uma casa mesmo lá no Paraguai daí nós larguêmo lá e viêmo, daí nos fiquêmo ali, e ali deu isso aí, eu vim mora aqui sozinha, com os filho.

Jaqueline: Quantos anos a senhora morou lá no assentamento?

<sup>179</sup> ROCHA, Maria Mercedes. Entrevista citada.

Maria: Aí eu fui em 2005, é 2005, não 2005! Aí eu não me lembro nada agora, faz uns três ano por aí.

Jaqueline: Uns três anos?

Maria: É, ah, uns três ano não lembro da época que nós viêmo por aí.

Jaqueline: Não faz muito tempo assim?

Maria: Não, não.

Jaqueline: E como que era lá?

Maria: Vichi! Lá era bem, bem sofrido, o negócio deles lá, é sofrido, porque lá fora de hora cuidando, tem os portão, daí eles ficam cuidando, vinte e quatro hora assim direto, sabe? Não tem, é dia e noite direto, se cuidando lá, e é perigoso lá, perigoso eles fala que é perigoso.

Jaqueline: O pessoal do movimento?

Maria: Quando eu tava lá na época, lá policiamento foi lá e eles desceram, policiamento passaram, acho que mais de trezentos polícia, bem mais.<sup>180</sup>

O evento narrado por dona Maria foi veiculado nos meios de comunicação<sup>181</sup>. No dia 05 de dezembro de 2005, a polícia militar tentou cumprir uma ordem de reintegração de posse da Fazenda Boito, em Matelândia, ocupada pelos trabalhadores sem-terra. Porém, a ordem não foi cumprida e os sem-terra permaneceram na fazenda ocupada. Dona Maria ficou por aproximadamente três anos no acampamento, quando se desentendeu e separou do marido e veio morar em Bom Jardim. Segundo a trabalhadora, o seu ex-marido era muito ciumento e não deixava que ela participasse de qualquer atividade dentro do acampamento. Ela apenas cuidava de serviços domésticos, como lavar roupas, fazer comida, entre outras atividades. A própria decisão de ir para o acampamento parece ser motivada pelo projeto do marido do que pela vontade de dona Maria. Tanto que quando brigou com o marido decidiu ir embora, sendo que neste casos normalmente quem teria a obrigação de sair do acampamento seria seu esposo. Agravado pelo fato da briga ter sido violenta, com o marido tentando agredi-la com uma foice. Dona Maria também tinha receio dos confrontos como o que havia ocorrido e que foi narrado por ela. Apesar de criticar a ocupação de terras, a trabalhadora afirma que dentro do movimento não existem pessoas “ruins”:

É bem, é a mesma coisa que uma favela, tem favela que também tem os chefe, então lá eu falo que é a mesma coisa de uma favela, porque ali não entra pessoa ruim, se entrá pessoa ruim ali eles expulsam, junta disciplina, junta aqueles bastante gente que eu nem sei bem, porque eu pra fala bem a verdade, eu morrei lá três ano, mas eu não acompanhava as coisa deles lá, o véio não deixava, daí eu tô por fora de muita coisa.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> Idem, ibidem.

<sup>181</sup> Conflitos com sem terras no Paraná. **Band/Uol**. 02 dez. 2005. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?id=9077>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

<sup>182</sup> ROCHA, Maria Mercedes. Entrevista citada.

A trabalhadora compara o acampamento com uma favela, sendo que nos dois casos existem lideranças. Para dona Maria, a experiência do acampamento não foi positiva, talvez porque esta esteja diretamente ligada a violência com que o marido tratava-a e pela dificuldade de morar em barracos muitos próximos uns aos outros. Sem conforto, sem condições mínimas como esgoto e água encanada. Outro fator que pode ter contribuído para que dona Maria não quisesse permanecer no acampamento era a educação da neta:

Maria: Escola também a escola itinerante, só que a minha neta não aprendeu nada lá, do mesmo jeito que ela entro lá ela saiu.

Jaqueline: Por quê?

Maria: Não sei, acho que eles não ensina, porque eles têm um negócio de fazê esses, que nem eles falam teatrinho, né? Eles chama de mistra, mistre, mis, mis sei lá como que é lá! É um teatro, então as criança era mais pra aquilo, porque não tem gente com bastante ensino que ensina, daí ela não aprendeu nada por causa disso, em vez de eles ensina as criança eles não ensinam direito, daí tá tudo errado, daí ela não aprendeu nada. Agora sim aqui ela tá aprendendo, mas tá demorando, ela já era pra tá na quinta série já e tá não, tá no terceiro ainda.<sup>183</sup>

As escolas itinerantes foram reconhecidas e aprovadas no Estado do Paraná a partir do parecer nº 1012/2003, do Conselho Estadual de Educação (CEE/CEB). O objetivo das escolas itinerantes é garantir o acesso dos acampados à educação pública de qualidade, levando em consideração a realidade vivida pelos alunos dentro do próprio movimento. Assim, o modelo de ensino se diferencia das escolas regulares. Por isso também da dificuldade da neta de dona Maria ao passar de uma escola itinerante para uma regular, como também pela precariedade das escolas itinerantes, devido à falta de recursos destinados. No ano de 2012, no mês de novembro, integrantes do MST moradores do acampamento Chico Mendes, dentro das ações da Jornada Sem Terrinha, protestaram no Núcleo Regional de Foz do Iguaçu por melhorias na escola do acampamento<sup>184</sup>.

Para dona Maria não era correto estar numa terra que já tinha dono:

Parece que lá a mulher a mulher pagava, assim eles fala que a terra era da mulher, é uma mulher que é dona da fazenda, diz que ela comprô a fazenda com dinheiro sujo, mas não tem nada a ver mesmo, sei lá! Eu penso assim, se é dela do jeito que ela compro, mas daí ela abandonou, tava abandonada,

<sup>183</sup> Idem, ibidem.

<sup>184</sup> Membros do MST fazem protesto no Núcleo Regional de Educação de Foz. **Gazeta**. Disponível em: <http://www.gazeta.inf.br/caderno1/membros-do-mst-fazem-protesto-no-nucleo-regional-de-educacao-de-foz/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

daí quando a gente já tinha entrado, daí nós entrêmo lá, mas eu sei lá, eu acho que não é certo, **eu tava lá, mas porque não tinha lugar pra i**, fala a verdade, porque eu acho que desde quando começô o fazendeiro, ele é fazendeiro porque trabalhô né? Ele trabalhô pra tê aquilo. Agora, vem outro porque às vez a pessoa encosta lá, né? Não tem às vez, não sempre tem o que os capataz, não tem como as pessoa chega lá e, sei lá, eu sou contra isso aí. Sou contra mesmo porque se você tem uma coisa que é sua, vai outra pessoa lá toma de você, né? Injustamente, se você ganho com, eles fala que é dinheiro sujo, mas não é, eu acho que não é, porque é difícil, né?<sup>185</sup>

Para a trabalhadora, o único meio justo e legal de conquistar um pedaço de terra seria por meio da compra com dinheiro conquistado pelo trabalho. Dona Maria considera injusta a forma como o movimento lutava por terra através de ocupações. Indiferente da forma como tivesse sido adquirida pelo fazendeiro aquela terra já tinha dono. Apesar de uma vida de trabalho na terra de outros e de ter participado de um movimento de luta pela terra, o direito da propriedade é um bem inviolável para dona Maria.

A vida de trabalhadores como Maria é baseada em valores diversos, normalmente ligados a religião. Vagner José Moreira, ao analisar as experiências de trabalhadores sem-terra que lutavam pela reforma agrária, na cidade de Sumaré/SP, reitera a importância da religião no processo de fazer-se destes trabalhadores sem-terra. Enquanto para muitos a religião reforça valores hegemônicos, como o da propriedade privada, para outros os desconstrói. O papel da igreja é reelaborado pelos trabalhadores, que passam a compreender que a salvação não se daria através da aceitação das condições vividas e para conquistar a terra era preciso lutar, sendo que a terra passa a ser vista como um dom de Deus, portanto, direito de todos. Entretanto, no processo de organização do movimento em Sumaré muitos trabalhadores desistem quando a ocupação passa a ser a estratégia de luta. Para estes, ocupar era entendido como ilícito, eles estariam cometendo um pecado<sup>186</sup>.

O trabalhador Ivanir Cunico cultivava valores semelhantes aos de dona Maria. O trabalhador vivenciou por muito tempo a relação de arrendatário, no período de formação de lavouras na década de 1970, na qual a terra coberta pela mata era arrendada para que a mata fosse derrubada e a terra limpa para formar a roça. Normalmente, depois que a lavoura estava limpa, pelo trabalhador arrendatário, era possível fazer a destoca da terra e, posteriormente, mecanizá-la, a partir deste momento o proprietário passava a plantar a roça. Segundo o

<sup>185</sup> ROCHA, Maria Mercedes. Entrevista citada.

<sup>186</sup> MOREIRA, V. J. O fazer-se de Trabalhadores como sem-terra em Sumaré, São Paulo (1980-1997). *Revista Tempos Históricos*, vol. 11, 1º semestre 2011, p. 69-103.

senhor Ivanir, alguns trabalhadores resistiam e se negavam a sair da terra depois da roça formada:

Jaqueline: Mas e não dava vontade de ficar na terra?

Ivanir: (Risos) Imagina! Imagina!

Jaqueline: Já que era o senhor que tinha limpado ela?

Ivanir: Vai fazê o quê se o cara, não adianta manda, né?

Jaqueline: Mas, não teve casos, talvez de pessoas que não quiseram sair depois de ter?

Ivanir: Não, isso tem muito, mas eu nunca fiz, eu quando o cara dizia “eu quero que você me deixa a terra que agora eu vou ocupar ou coisa”, eu já procurava outro lugar e ia, sempre, eu nunca incomodei um patrão como se diz, nunca!

Jaqueline: Mas o senhor conheceu algum que não quis sair da terra que, assim que o senhor lembra?

Ivanir: A isso não.

Jaqueline: De falar, não eu vou ficar, eu derrubei então eu vou ficar?

Ivanir: A isso tem muitos que fizeram, mas isso não adianta! Isso é tempo perdido!

Jaqueline: Por que?

Ivanir: A depois o azar é teu né? Que se você não vai querê sair de cima da terra o cara vai querê botá coisa, daí tu vai ter que botá na lei, aí você tá perdido, porque você suja teu nome, e aí depois se você vai querê ir num outro lugar aí ninguém mais vai te dar a terra por causa, “é não, aquele lá botou o aquele patrão dele lá e não quis sair e coisa”, de certo eu vou botá aqui pra me incomodar depois, mas nunca, eu sempre pensava assim, eu saí limpo que também onde eu vou, lugar eu tenho, agora, tem muita gente que não, pensa diferente, a eu ficá aqui que, porque que nem eu lá no Nelton, quando o véio Schneider de Margarida, o cara falou que fazia cinco ano já que eu tava lá, cuidava os porco, daí ele falou “a você sai se você quer porque se não aqui eu vou medir cinquenta metro em roda e aqui é teu, e você não sai nunca mais se você não qué.”

Jaqueline: O outro trabalhador?

Ivanir: É outros cara que me falaram pra mim, né? Então escuta, digo, isso aqui não é meu, se ele me desse pra mim de presente, aí sim, digo, seria diferente, mas isso aqui não é meu, ele me botou pra cuidá os porco e coisa, tava cinco ano que tô trabalhando ali, e mais algum me falou “você sai porque é burro, não sei o que”, digo, não senhor, não é burro não.

Jaqueline: A então tinha gente que ficava né?

Ivanir: I! Tinha gente que dizia “você sai se você qué, você é dono”, que nada, dizia, “dono é quem compra, quem paga, esse é o dono”.<sup>187</sup>

Para o trabalhador, resistir a permanecer numa terra que legalmente não era sua seria como roubar, afinal “dono é quem compra, quem paga”. Mesmo trabalhando a vida toda no campo, formando lavouras para outros, o trabalhador entende que a terra só é um direito para quem tem dinheiro para comprá-la. Também existia o receio do que poderia acontecer caso se

<sup>187</sup> CUNICO, Ivanir. Entrevista citada.

negasse a sair das roças que formou. Envolver-se num processo judicial seria um problema, sendo que o seu nome ficaria “sujo”. E com o nome sujo não conseguiriam mais trabalho e como iria sustentar sua família? Esta era a sua principal preocupação, ter uma casa e comida na mesa para os filhos e a esposa. Para o senhor Ivanir, resistir dessa forma seria tolice. Ele sabia que sozinho não teria força contra o patrão. Entretanto, segundo a narrativa de Ivanir, alguns trabalhadores pensavam diferente dele e o aconselhavam a permanecer na terra.

A história da região do Paraná é permeada por movimentos de luta pela terra. Leozil Ribeiro Moraes Junior analisou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO)<sup>188</sup>, do qual surgiria o mais conhecido movimento de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Qual não foi minha surpresa em perceber que o Oeste paranaense havia tido não apenas um rico movimento social levado a cabo por trabalhadores do campo, como um movimento reconhecidamente importante para a articulação de desenvolvimento anos mais tarde de um movimento nacional, o MST.<sup>189</sup>

O historiador critica os trabalhos que explicam o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra na região Oeste do Paraná como resultado mecânico do denominado processo de “mecanização” do campo nas décadas de 1970 e 1980 e do alagamento de terras com a construção da Hidrelétrica Itaipu. Desta forma, ocultando os sujeitos que formaram e formam os movimentos, como o MASTRO. Como se o alagamento e a mecanização por si só gerassem um movimento de luta pela terra. Segundo Moraes Junior:

Assim, não é só a mecanização que faz com que formem o MASTRO. Mas também a dificuldade de se reconhecer em uma única categoria de trabalhador, o que gera ao invés de desentendimentos, união. A falta de conseguir estudar. A necessidade de criar a família, os filhos e também a visão de que a cidade não era o espaço daqueles que nasceram na roça. Isso tudo faz com que se formem no MASTRO.<sup>190</sup>

Embora o campo neste período estivesse passando por um processo de transformação nas relações de trabalho e produção, não é apenas isso que faz com que o MASTRO seja

---

<sup>188</sup> MORAES JUNIOR, L. R de. **Mastro**: o movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná (1970-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

<sup>190</sup> MORAES JUNIOR, L. R de. **Mastro**: o movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná (1970-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. p. 57.

formado, mas sim a experiência vivida e partilhada de exploração e expropriação destes trabalhadores, que não são apenas os atingidos pela construção da hidroelétrica de Itaipu, mas os que viram na união, no coletivo, a possibilidade de ter acesso à terra e melhorar suas condições de vida.

O MASTRO surgiu no final do ano de 1980 e existiu efetivamente até o ano de 1986. Com a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra os militantes do MASTRO passam a atuar no MST. O MASTRO era formado, sobretudo, por filhos de agricultores que não teriam mais a possibilidade de continuar trabalhando na terra. Seus integrantes residiam nos municípios da região Oeste do Paraná, contando inclusive com moradores de Marechal Cândido Rondon.

Muitos dos conflitos por terra na região envolveram posseiros. Leonilde Servolo de Medeiros, ao tratar dos *posseiros* utilizando a imprensa comunista, afirma que “ser qualificado como ‘posseiro’ já indicava, pois uma situação de disputa pelo direito a terra.” E que “a descrição das condições de vida dos ‘posseiros’ era feita com ênfase a violência. Eram sucessivas as referências a despejos, com queima de casas, destruição de plantações e assassinatos.”<sup>191</sup> O posseiro vislumbrava na posse a possibilidade de se tornar proprietário de terra. Muitas vezes se constituiu em uma forma de luta pela terra, individual ou coletivamente.

Existem inúmeras evidências de *posses* de terra no Estado do Paraná. Segundo José Graziano da Silva, nos primeiros anos da década de 1970 o Paraná foi o Estado com mais conflitos pela posse de terra no país. De acordo com o autor, em 1960 existiam cerca de 34 mil estabelecimentos de posseiros no Paraná, que ocupavam, aproximadamente, um milhão de hectares de terra. Em 1970 eram 50 mil posses, ocupando 750 mil hectares. E em 1975 existiam cerca de 47 mil posses de terra, que ocupavam uma área de 620 mil hectare. A redução constante da área ocupada por posseiros teria acontecido como resultado de um processo de concentração fundiária, sendo que as posses eram pequenas extensões de terra. Assim, os posseiros tinham grandes dificuldades em legalizar as terras em que viviam, muito diferente dos grandes proprietários, que com seu poder político incorporavam novas porções de terras – muitas vezes ocupadas por posseiros – aos seus domínios.<sup>192</sup> Nesse processo,

---

<sup>191</sup> MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. p. 93, 95.

<sup>192</sup> SILVA, José Graziano. A Estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES**, Curitiba, n.87, jan/abr, 1996, p.175-195. p.179. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/347/299>>. Acesso em: 08 out. 2013.

aconteceram inúmeros conflitos em diversas regiões do Estado, envolvendo posseiros que queriam defender a terra que cultivavam.<sup>193</sup>

Essas relações também foram narradas por uma trabalhadora entrevistada e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon. A aposentada Emma Horst, de 73 anos no período da entrevista, viúva há muitos anos, criou os sete filhos trabalhando como empregada doméstica e boia-fria, relação de trabalho que, posteriormente, foi vivida também por alguns de seus filhos. Atualmente, vive com uma filha e um neto na cidade de Pato Bragado. Na fala da senhora Emma é possível identificar indícios de vivências como posseira em Cascavel:

Jaqueline: E antes vocês moravam em Cascavel?

Emma: Cascavel, lá nós trabalhava na roça ainda, tinha terra lá.

Jaqueline: Ah vocês tinham terra?

Emma: Tinha terra, mas era um direito né? Daí tinha duas firma que queria ser dono daí nós vendemos lá só o direito que nós tinha assim e viemos pra Pato Bragado. E o Célio nasceu em Cascavel, e o Branco (filho) Nasceu aqui. (risos)

Jaqueline: (risos) Ele é o mais novo, né? Daí em Cascavel vocês compraram terra, tinham terra lá?

Emma: Era um direito assim da terra, daí, a Pinho Terra queria ser dono e a INCRA, INCRA eu acho que era queria ser dono, a gente não ganhava escritura, era um direito, daí o falecido falou vamos vendê assim o direito que nós paguemos e vamô sair, porque era muito longe de recurso, o Valdir e a Vanir tinha que ir pra doutrina e era muito longe e daí nós resolvêmo de sair de lá, porque lá era bom mesmo assim a terra o que tu plantava dava bem, só que também quando era frio, geada! Uma vez nós perdemos soja, é feijão em novembro, tava cheio, cheio de flor e daí veio o frio e geada, se foi

---

<sup>193</sup> No Paraná foram muitos os movimentos constituídos por posseiros, que sobre a possibilidade de serem expulsos das terras que cultivavam por jagunços a mando de grileiros, ou pela própria polícia a serviço do governo, viram-se obrigados a luta armada. O caso da “Guerra de Porecatu”, na região norte do Paraná no vale do Rio Paranapanema, tema da obra de Ângelo Priori “A Revolta Camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952”. Os conflitos armados tiveram início do final de 1948 e foram desmobilizados em julho de 1951 pelas tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná. A “Revolta dos Posseiros” em 1957 na região sudoeste do Estado. Que foi analisada por Maria Silva Amâncio em sua dissertação “Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico; a Revolta dos Posseiros no Sudoeste de Paraná em suas variadas versões”. Amâncio analisa as diferentes versões construídas sobre a Revolta dos Posseiros no Sudoeste. Uma disputa pela posse da terra entre posseiros e Companhias Colonizadoras. Na qual, diferente do caso de Porecatu, os posseiros foram vitoriosos, conseguindo a posse legal das terras. A “Revolta de 1961” na região Oeste, especificamente no município de Medianeira, nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra, eclodiu nos dois primeiros dias de julho de 1961. Porém, apenas do final da década de 1960 é que os posseiros tiveram suas terras regularizadas. O “Levante de Posseiros de Três Barras”, atualmente município de Catanduvas, também na região Oeste, ocorreu entre os dias 6 e 8 de agosto de 1964. Segundo Marcos Antônio Myskiw, em sua dissertação “Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terras no Oeste paranaense (1961/1966)”, o levante mobilizou 400 posseiros e colonos, que mantiveram empresários, agrimensores, topógrafos, em cárcere privado por dois dias. O que terminou em uma ação judicial contra 33 pessoas acusadas por crimes de bando armado, constrangimento ilegal, sequestro e cárcere privado, homicídio qualificado e lesões corporais. Sendo que, por fim, todos os acusados foram absolvidos.

o nosso feijão, nossa, mas era bonito, bonito o nosso feijão, e assim nós perdemos arroz também, deu geada em abril e o arroz tava em flor, aí também falhou tudo.<sup>194</sup>

Dona Emma não consegue explicar exatamente a relação que possuíam com o pedaço de terra onde viviam em Cascavel, apenas que existiam duas empresas que disputavam a terra onde moravam, sendo uma delas a empresa Pinho & Terras Ltda. Como já enfrentavam outras dificuldades, ocasionadas pelo clima frio e pela falta de recursos para os filhos, resolveram vender e mudaram-se para o atual município de Pato Bragado, onde vive até hoje. Isso pode ser evidência de um conflito, ou de evitá-lo ao saírem daquele local.

Os conflitos envolvendo posseiros também foram noticiados pela imprensa da região Oeste paranaense. Em 3 de dezembro de 1980, a primeira edição do jornal *Nosso Tempo*<sup>195</sup>, em Foz do Iguaçu, noticiava o drama vivido por um grupo de posseiros próximos ao município, numa região denominada de Lote Grande:

LOTE GRANDE. Posseiros derrotados na Justiça. O litígio entre um grupo de posseiros e os herdeiros do ilustre iguaçuense Jorge Schimmelpfeng sobre o direito à propriedade de 54 alqueires do Lote Grande, a uns 15 quilômetros da cidade de Foz do Iguaçu, está chegando a um fim bastante melancólico. Pessoas simples, que não sabem e não precisariam fazer outra coisa senão cultivar a terra, estão as portas de saída do cerco que lhes foi armado no chão que sempre sonharam ser seu.<sup>196</sup>

Jorge Schimmelpfeng teria comprado a referida propriedade em 1913, que foi herdada por seus filhos após sua morte. No ano de 1969, os herdeiros verificaram que a área estava ocupada e sendo cultivada por posseiros. Diante disso, a família Schimmelpfeng moveu uma ação contra os ocupantes, que posteriormente foi cancelada. Anos mais tarde, uma nova ação foi instaurada e os herdeiros de Jorge Schimmelpfeng foram vitoriosos frente aos posseiros, os quais após inúmeras decepções com advogados, que em nada os ajudavam – provavelmente por estarem mancomunados com a família Schimmelpfeng – procuraram a Comissão Pastoral da Terra e o movimento Justiça e Paz, que intercedeu por eles junto ao

<sup>194</sup> HORST, Emma. Entrevista citada.

<sup>195</sup> O jornal *Nosso Tempo* surgiu em 1980, com sua primeira edição em 3 de dezembro. Isso após os jornalistas Aluizio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo serem demitidos do semanário *Hoje Foz*. Que havia sido vendido para Jucundino Furtado, político da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação da ditadura. Os jornalistas com perspectivas de esquerda idealizaram um jornal que trataria dos problemas da cidade, combateria a ditadura em defesa dos movimentos populares e por eleições diretas. O *Jornal Nosso tempo* fechou no ano de 1994, quando já não pertencia mais aos três sócios, que haviam o vendido em 1992 para Adão Luiz Almeida. Informações disponíveis em <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>.

<sup>196</sup> LOTE Grande. Posseiros derrotados na Justiça. **Nosso Tempo**, Edição 1, 3 dez. 1980. p. 8-9. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/1/>. Acesso em: 21 nov. 2013.

INCRA. O INCRA, por sua vez, buscava uma solução amigável entre as partes e que os posseiros saíssem da terra com uma compensação razoável.

Em outra matéria, “Posseiro premiado pelo INCRA”<sup>197</sup>, da edição nº17, de 1 de abril de 1981, novamente trata o drama vivido pelos posseiros do Lote Grande. O posseiro Afonso Viera da Silva havia ganho o “Prêmio Produtividade Rural” a nível municipal e regional, concedido pelo INCRA, o que segundo a matéria era muito contraditório, sendo que Afonso, juntamente com cerca de outras 20 famílias, estava prestes a ser expulso das terras que cultivava, em função da má conduta daquele órgão federal, sendo que este poderia interceder na decisão judicial que favorecia a família dita proprietária da terra e, conseqüentemente, obrigava os posseiros a desocuparem aquela área. Segundo o jornal, o prêmio ganho pelo posseiro Afonso Viera da Silva comprova que a terra ocupada era muito produtiva, por meio do que era possível questionar os modelos de produção impostos pelo processo de “modernização da agricultura”, sendo que Afonso e sua família cultivavam as terras sem auxílio de tecnologias e uso de inseticidas ou pesticidas.

No município de Marechal Cândido Rondon também existiram posseiros, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, Alcino Biesdorf:

Nós tínhamos algumas posses aqui na região e que foram regularizadas já na década de setenta pra oitenta. Eu participei dessa regularização. Nós tínhamos uma área aqui em São Roque, chamava “Terra do Banco” lá na região dos Cinco Canto. Lá a cultura lá era mamona, aquela época, vendia mamona, aquela época tinha uma cerealista parece que de uma empresa de São Paulo que comprava mamona em São José da Palmeiras. Aí fizêmo uma série de reuniões lá e conseguimos regularizar a situação desses, porque eles eram posseiro lá. Aí nós tínhamos a Fazenda Rio Brando que era ali em Bom Jardim, na beira do Rio Paraná que também era **dominada** por vários posseiros, aí quando veio a indenização de Itaipu se conseguiu também que eles fossem indenizados, normalmente igual aos outros proprietários pra sair daquela área lá, **não houve conflito**. Então essas duas áreas realmente foi isso, nós tínhamos aqui também, mas isso já foi regularizado aquela época, nas regiões onde quem dominou as áreas foram os fazendeiros se criou-se conflito agrário. Hoje dos tal dos sem-terra que também acha que tem esse direito, e o governo sabe que é tudo complicado é difícil, não tá se conseguindo resolver muito a situação desse povo.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> POSSEIRO premiado pelo INCRA. **Nosso Tempo**, Edição 17, 1 abril. 1981. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/17/>. Acesso em: 21 nov. 2013.

<sup>198</sup> BIESDORF, Alcino. Entrevista citada.

Na narrativa do presidente do sindicato a indenização dos trabalhadores posseiros aparece como um ato benevolente da Itaipu Binacional e não como resultado de uma luta travada pelo atingidos no alagamento para receber indenizações justas.<sup>199</sup> O senhor Alcino busca colocar-se como sujeito neste processo, atribuindo a conquista da indenização dos posseiros a sua atuação naquele momento e desta forma oculta os posseiros juntamente com outros trabalhadores rurais num processo de luta. Apesar de falar sobre a existência de posseiros no município de Marechal Cândido Rondon oculta os conflitos por terra e, conseqüentemente, a luta de classes, afirmando que essas terras já foram regularizadas há alguns anos. Imagem que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon busca legitimar durante toda a entrevista, que nunca existiram conflitos por terra nesta região. Assim, como que o Oeste do Paraná está fora dos “domínios dos fazendeiros” e também não existem sem terras e nem sem-terra.

---

<sup>199</sup> Judite Veranisa Schmitt em sua dissertação “Os atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000”, analisou o movimento social dos atingidos pelo alagamento de terras ocasionado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Oeste do Paraná entre 1975 e 1982. O movimento era formado pelos expropriados que não aceitaram as indenizações propostas pela Hidrelétrica. Havia todo um trabalho voltado a “conscientizar” a população da importância da construção da usina para o desenvolvimento do país. Mesmo assim, o discurso e as formas de indenização foram contestados e questionados pelos atingidos, que estabeleceram uma resistência e uma luta organizada na região, reivindicando direitos e melhores preços pelas terras indenizadas. Porém, este discurso e a forma de indenização, propostos pelos dirigentes da Binacional, foi contestado e questionado pelos atingidos que não aceitaram as propostas, estabelecendo uma resistência e uma luta organizada na região Oeste do Paraná, através do movimento social, constituído pelos expropriados, que elaboraram suas próprias práticas de organização e de mobilização, reivindicaram direitos e melhores preços pelas terras que seriam indenizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tivemos como sujeitos os trabalhadores rurais sem terra, que com seu trabalho formaram as lavouras da região e em suas narrativas deixaram transparecer a exploração e a expropriação. Também problematizamos a estrutura fundiária da região, na qual o número de grandes e médias propriedades é pequeno, porém estas ocupam parte considerável do território do Oeste paranaense. Desta forma, buscamos desconstruir uma visão hegemônica que oculta os conflitos por terra e entre proprietários e trabalhadores.

Analisamos um período no qual o campo da região Oeste do Paraná passou por um processo profundo de transformações na forma de produzir, nas relações de trabalho e nos modos de viver. Processo esse que foi denominado hegemonicamente de “modernização da agricultura”. Um termo que homogeneiza e positiva este processo, como se os trabalhadores do campo nesse período tivessem obtido ganhos econômicos e sociais. Enquanto que para poucos este processo de reorganização significou o enriquecimento, para muitos outros resultou na perda da propriedade, na diminuição do trabalho e no deslocamento para a cidade.

Não se trata apenas de descrever as mudanças que ocorreram e sim as direções políticas que ela nos apontaram. Do que podemos afirmar que foi um processo desigual e injusto, que cerceou possibilidades para alguns permitindo que outros se apropriassem da terra e concentrasse ainda mais a riqueza. Buscamos também compreender quais foram os sentidos e significados atribuídos as transformações no campo pelos trabalhadores que as vivenciaram. E concluímos que para os trabalhadores os marcos deste processo histórico não são os mesmos que parte da historiografia afirma. Estão relacionados as suas experiências, aos locais de trabalho, as situações vividas com a família.

O segundo capítulo da dissertação, para além de descrever e interpretar as relações de trabalho, teve como objetivo denunciar o descumprimento da legislação trabalhista no campo do Oeste paranaense na quadra histórica investigada. Inúmeros trabalhadores ainda hoje não tem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não recebem horas extras, folgas semanais, férias. Direitos que foram conquistados ao longo de um processo longo de lutas da classe trabalhadora e que, historicamente, foram e são desrespeitados. A classe patronal como “desculpa” para não cumprir a legislação busca a deslegitimar, afirmando que está ultrapassada e que não é adequada a realidade do campo.

Também investigamos as formas de resistências dos trabalhadores frente a situações de exploração e expropriação. Num primeiro momento, um sentimento de decepção tomou conta perante as reações dos trabalhadores diante determinadas situações que, ao nosso ver, eram inadmissíveis. Porém, na tentativa de compreensão das formas como os trabalhadores reagem quando sentiam-se lesados, foi possível compreender os sentidos de suas ações. Mesmo sendo explorados e tendo seus direitos negados, os trabalhadores não necessariamente iriam mover ações trabalhistas contra os patrões. Ou, tendo passado por um processo de expropriação entrariam num movimento coletivo de luta pela terra. As práticas sociais e formas de reagir diante determinados acontecimentos são as mais diversas. São influenciadas pela experiência, pelo que já foi vivido, pelos anseios do futuro, por valores, crenças, religião. É necessário levar isso em consideração para tentar compreender o porquê um trabalhador reage de tal maneira e não de outra. Assim, podemos concluir que pedir as contas e procurar outro trabalho tornou-se uma prática social entre os trabalhadores do campo na região. Uma prática que não é organizada coletivamente, mas que é compartilhada socialmente entre os trabalhadores. Eles tem conhecimento da dificuldade em encontrar trabalhadores que possuem experiência no campo, causando um problema aos proprietários de terra. O que pode levar até a paralisação de determinada atividade, como no caso da produção de leite.

Os trabalhadores rurais sujeitos desta pesquisa vivenciaram situações muito parecidas e possuem trajetórias de vida muito semelhantes. Marcadas pelos constantes deslocamentos, pela exploração do seu trabalho, pela expropriação da terra. Porém, estes sujeitos não reagem de forma homogênea às pressões vividas.<sup>200</sup> Alguns, diante de uma situação de exploração, pedem as contas e buscam outro trabalho, outros recorrem à justiça para fazer valer seus direitos e outros ainda veem em movimentos coletivos de luta pela terra a possibilidade de uma vida mais digna. Não cabe a nós historiadores julgarmos as diferentes respostas dos trabalhadores frente a determinadas situações, e sim buscarmos interpretar e compreender as formas encontradas por estes sujeitos diante um realidade que fixa limites e exerce pressões em suas vidas.

A análise das relações sociais no campo do Oeste paranaense deixou questões pendentes e abriu possibilidade para outras pesquisas. Algumas questões não puderam ser investigadas por conta dos prazos estabelecidos para realização da pesquisa para dissertação do mestrado. Inicialmente, tínhamos a intenção de utilizar também como fonte processos

---

<sup>200</sup> O que pode ser compreendido através da noção de experiência de Edward Palmer Thompson (1981), a relação dialética do ser social e da consciência social. Os sujeitos experimentam de maneiras diversas o vivido, baseados em valores, normas, regras.

trabalhistas envolvendo trabalhadores rurais. Ao longo da pesquisa com a necessidade de delimitar a problemática e cumprir os prazos, os processos trabalhistas foram descartados. Desse modo, esse material histórico constitui em fonte para a experiência social dos trabalhadores rurais do Oeste do Paraná e deve ser investigado posteriormente.

Outra problemática possível de investigação histórica está relacionada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon. A pesquisa de Flaviane Mônica Christ sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu<sup>201</sup> serviu como referência para análise do sindicalismo rural na região. Estive inúmeras vezes no sindicato para realização de pesquisa na documentação, porém, pouco material me foi disponibilizado. Apenas a entrevista realizada com o presidente foi utilizada e nesta pouco se fala sobre a história de organização do sindicato em si. Por meio do contato com outros sujeitos que atuaram no sindicato seria possível compreender o seu processo de formações e as disputas políticas dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon.

---

<sup>201</sup> CHRIST, F. M. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

## FONTES

### **Narrativas Orais:**

BIESDORF, Alcino. Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal C. Rondon, na Av. Rio Grande do Sul, nº71. Duração de 53min18s.

CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira e Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR. Duração de 1h18min49s.

CUNICO, Ivanir. Entrevista concedida em 29 de novembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado em Marechal Cândido Rondon– PR. Duração de 52min17s.

DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

FISCHER, João, FISCHER. Delci. Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência dos entrevistados na Linha Km 13, município de Pato Bragado – PR. Duração de 1h1min1s.

GITTLER, José. GITTLER, Marlete. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistado na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

GITTLER, Marlete. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência da entrevistada na Linha Passo Fundo, distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon – PR

HOFFMANN, Rodolfo. HOFFMANN, Terezinha. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Linha KM 13, Pato Bragado – PR. Duração de 1h30min12s.

HORST, Emma. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Avenida Continental, Centro, Pato Bragado – PR.

KOPSEL, Bernardo. KOPSEL, Julieta. Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2011. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Linha KM 9, Pato Bragado – PR.

LIMBERGER, Guido. Entrevista concedida em 12 de março de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências de sua casa na Linha São João, distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon – PR.

MARTINUK, Osmar. MARTINUK, Ivone. Entrevista concedida em 24 de outubro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Avenida Continental, Pato Bragado. Duração de 1h4min20s.

ROCHA, Maria. Entrevista concedida em 06 de setembro de 2012. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada no Distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon– PR. Duração de 57min14s.

STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista concedida em 26 de janeiro de 2011. Realizada nas dependências da residência da entrevistada no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

### **Jornal O Presente Rural:**

Casqueamento e pedilúvio são fundamentais na prevenção. **O Presente Rural**. Especial Bovinos, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./set. 2013, p.10. Disponível em: <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/opresenterural/index.jsp?ipg=91323>>. Acesso em 05 de dez. 2013.

Economia forte. Especial Bovinocultura e Grãos. **O Presente Rural**. Marechal Cândido Rondon - PR. Jul. 2008. Capa, p.1.

Falta mão de obra pelo interior do Brasil. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Jun./Jul. 2011, p. 07.

Indústrias a céu aberto. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./Set. 2011. Editorial, p.2.

Pequeno produtor tem resultados acima da média com estratégias diferenciadas. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Ago./set. 2011, p.10.

Por que acreditar na avicultura? **O Presente Rural**. Especial Aves. Marechal Cândido Rondon - PR. Abr./maio 2012. Capa, p.1.

Propriedades rurais entram em tempo de tecnologia. **O Presente Rural**. Especial Suínos. Marechal Cândido Rondon – PR. Maio/jun. 2010, p.11

Sindicato Rural alerta para legalidade de contratos trabalhistas. **O Presente Rural**. Especial Suínos e Peixes. Marechal Cândido Rondon - PR. Out./nov. 2011, p. 05.

Sócio imprevisível. **O Presente Rural**. Especial Bovinocultura, Grãos e Máquinas. Marechal Cândido Rondon – PR. Fev./mar. 2012. Editorial, p.2.

### **Notícias, matérias jornalísticas e informações extraídas da internet:**

Conflitos com sem terras no Paraná. **Band/Uol**. 02 dez. 2005. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?id=9077>> . Acesso em: 18 nov. 2013.

Membros do MST fazem protesto no Núcleo Regional de Educação de Foz. **Gazeta**. Disponível em: <http://www.gazeta.inf.br/caderno1/membros-do-mst-fazem-protesto-no-nucleo-regional-de-educacao-de-foz/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

Lote Grande: Posses derrotados na justiça. **Nosso Tempo** (Periódico). Edição 1, dezembro de 1980. p.8-9. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/1/>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

Posses premiado pelo INCRA. **Nosso Tempo** (Periódico). Edição 17, abril de 1981. p.9. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/17/>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Sul. Ações anti-indígenas no Oeste do Estado do Paraná. 08 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519128-acoes-anti-indigenas-no-oeste-do-estado-do-parana#.UWQTgzai9rE.email>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ROCHA, D. P. M. Ônus da prova no processo trabalhista. **Universo Jurídico**. Disponível em: <[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3746/onus\\_da\\_prova\\_no\\_processo\\_do\\_trabalho](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3746/onus_da_prova_no_processo_do_trabalho)>. Acesso em: 26 nov. 2013.

JÚNIOR, José Coutinho. Novo alvo: Ruralistas querem precarizar legislação trabalhista do campo. **Página do MST**. 15 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Novo-alvo-ruralistas-querem-precarizar-legislacao-trabalhista-do-campo>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

FILHO, José Brandt Silva. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 26 de março de 2013.  
**Legislação:**

Lei Federal Nº8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm)> Acesso em: 09 abr. 2013.

Lei Federal Nº8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2013.

Lei Federal Nº10.803, de 11.12.2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2013.

Lei Federal Nº11.718, de 20 de junho de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm)>. Acesso em: 14 out. 2013.

Lei Federal Nº5.889, de 8 de junho de 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2013.

Lei Federal Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)>. Acesso em: 30 set. 2013.

Norma Reguladora 31 (NR31) Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, G. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2009.

BELUSSO, D. **A cooperativa C. Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia: Análise Regional e Ambiental) Universidade Estadual de Maringá. Maringá – PR, 2007.

BOSI, A. P. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010) **Revista de História Regional** 16(2): 400-430, Inverno, 2011.

\_\_\_\_\_. **Acumulação de capital, industrialização e exploração do trabalho no Oeste do Paraná (1960-2010)**. 2013. (Artigo que expõe resultados parciais da pesquisa “Trabalho e Trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1980-2009)”, desenvolvida com apoio material e financeiro do CNPq.).

BRUNO, R. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Edur. 2009.

CHRIST, F. M. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

COELHO, D. **Mudanças e permanências na produção camponesa de subsistência no contexto da expansão do agronegócio no município de Pato Bragado – PR (1960-2010)**. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2012

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNICO, J. **A produção de leite para a Frimesa Cooperativa Central e as relações de trabalho no campo do Oeste do Paraná**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

DURÃES, A. C. B. **Trabalho e Trabalhadores na Unidade Fabril de Queijos em Marechal Cândido Rondon-PR (1989-2010)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondo – PR, 2011.

FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. Introdução. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2004.

GUGLIELME, F. P. **Entre a propaganda do progresso econômico e a experiência dos trabalhadores: um estudo sobre o trabalho agroindustrial em Marechal Cândido**

**Rondon (2000-2010).** Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 25, nº74, p.159-196, Outubro de 2010.

HOBBSAWM, E, J; RUDÉ, G. **Capitão Swing:** a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006.**

\_\_\_\_\_. **Censo agrícola 1960.**

KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias:** memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

LINHART, R. **Greve na Fábrica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:** os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

MONSMA, K. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, nº. 49. p. 95-122, 2000.

MORAES JUNIOR, L. R de. **Mastro:** o movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná (1970-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

MOREIRA, V. J. **Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964.** 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009.

\_\_\_\_\_. **O levante comunista de 1949:** memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no noroeste paulista. Cascavel, Edunioeste, 2012

\_\_\_\_\_. O fazer-se de Trabalhadores como sem-terra em Sumaré, São Paulo (1980-1997). **Tempos Históricos,** vol. 11, p. 69-103, 1º semestre 2011.

PAGLIARINI, R. **O “colono” na cidade:** Memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estududos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, dez. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141989000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141989000300006&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 26 nov. 2013.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite Lopes. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.

PENTEADO, Maria A. G. **Trabalhadores da Cana: Protesto Social de Guariba – Maio de 1984**. Maringá, Eduem, 2000. p.92.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

PRIORI, A. **O Protesto do Trabalho: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964**.

RICHARD, M. **Copagril: relações de poder para com os associados em Marechal Cândido Rondon-PR (1990- 2008)**. 2013.

SCHMITT, J. V. **Os Atingidos por Itaipu: história e memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº5. Brasília, p. 217-243, jan.-jul. de 2011.

SEIBERT, C. A. **Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): Um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia**. Dissertação (Mestrado em História: História Poder e Práticas Sociais) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon – PR, 2008.

SILVA, F. T. “Justiça de Classe”: Tribunais, Trabalhadores Rurais e Memória. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n.8, p. 124-160, jul. Dez 2012.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo. Editora Unesp, 1999.

SILVA, O. H. A gênese do sindicalismo rural no Paraná. p.107-108. In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados a Copagril**. Dissertação (Mestrado em Geografia: Produção do Espaço e Meio Ambiente) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão - PR, 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1988.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1987.

\_\_\_\_\_. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio L; SILVA, Sérgio (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. O termo ausente: experiência. In: \_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOEBE ZEN, R. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A: Controles, mediações e autonomia**. (Mestrado em Educação: Sociedade, Estado e Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel – PR, 2009.

VARUSSA, R. J. “Daí eu agarrei o mundo”: experiências e trajetórias de trabalhadores “sem profissão definida” a partir do Oeste do Paraná (décadas de 1970 a 2000). 2009. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 71-102, jul. dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

WALTER, S. I. **Experiências Sociais e Relações de Trabalho dos Trabalhadores Pegadores de Frango e Batedores de Caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, mar./maio 2005. p. 216. Disponível em: [http://search.4shared.com/postDownload/e7YHD9dd/Base\\_e\\_superestrutura\\_na\\_teori.html](http://search.4shared.com/postDownload/e7YHD9dd/Base_e_superestrutura_na_teori.html). Acesso em: 27 mar. 2013.